

**Nº 16 - Reunião Ordinária da  
Câmara Municipal de Chaves  
Realizada no dia 20 de Agosto  
de 2009. -----**

Aos vinte dias do mês de Agosto do ano dois mil e nove, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. João Gonçalves Martins Batista, e com as presenças dos Vereadores, Sra. Dra. Maria Aline da Silva Ferreira Caetano, Sr. Arqt. António Cândido Monteiro Cabeleira, Sr. Dr. Luís Manuel Areias Fontes, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas Sr. Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues e Sra. Dr.ª Maria de Lurdes Rogado Leitão Duarte Almeida Campos, e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Director de Departamento de Administração Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas e quarenta minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de quatro de Agosto do corrente ano. -----

**I - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A  
ACTIVIDADE MUNICIPAL. -----**

O Presidente da Câmara começou por dar conhecimento ao Executivo Municipal sobre os seguintes assuntos relacionados com a Actividade Municipal: -----

- **Despacho n.º 12/GAPV/2009** - O Presidente da Câmara deu conhecimento ao Executivo da designação da Dra. Maria de Lurdes Rogado Leitão Duarte Almeida Campos, como Vice Presidente da Câmara Municipal de Chaves. -----

- **"Programa Merca"** - No pretérito dia 11.08.2009, no Auditório Municipal, realizou-se a apresentação do programa "Merca", aos comerciantes do Concelho. Este programa irá permitir a abertura de concurso para apoios ao comércio, serviços e restauração no âmbito de Acções de Regeneração e Desenvolvimento Urbano, podendo ser apresentados projectos para a inovação produtiva, requalificação e modernização das actividades económicas dos estabelecimentos. O Concelho de Chaves poderá beneficiar de tal programa como consequência directa e necessária da aprovação das Candidaturas apresentadas pelo Município, no âmbito da regeneração Urbana. -----

- **Reunião com o Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias - INIR, IP** - No pretérito dia 17.08.2009, realizou-se, em Lisboa, uma reunião de trabalho com o INIR, IP, tendo como principal objectivo a colocação de sinalética na A24, muito concretamente, Saída Chaves Sul e reserva de corredor no PDM para variante Sul a Chaves com travessia do Rio Tâmega em Outeiro Jusão ; -----

- **Reunião na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte - CCDR-N** - No pretérito dia 18.08.2009, realizou-se uma reunião de trabalho, na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, no Porto, contando com a presença dos legais representantes dos oito municípios envolvidos na construção das barragens que integram o plano nacional de barragens, a saber: Chaves, Vila Pouca de Aguiar, Ribeira de Pena, Boticas, Cabeceiras de Bastos, Celorico, Mondim, Amarante. -----

A referida reunião teve como objectivo principal a análise do Estudo de Impacte Ambiental relativo à construção da Barragem do Alto Tâmega, sendo certo que os Municípios do Alto Tâmega presentes decidiram apresentar uma resposta fundamentada às soluções constantes no aludido estudo. -----

**- Assembleia Municipal - sessão ordinária do mês de Setembro do corrente ano** - O Presidente da Câmara deu conhecimento ao Executivo camarário que a próxima sessão do Órgão Deliberativo terá lugar no próximo dia 02 de Setembro de 2009. -----

## I ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

### 1. ACTAS:

**1.1.** Aprovação da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 06 de Agosto de 2009. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida acta. -----

### 2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

#### **2.1. QUOTIZAÇÃO DE ASSOCIADOS - "TURISMO DO PORTO E NORTE DE PORTUGAL, ER". PROPOSTA N.º 75/GAPV/09.** -----

Foi presente a proposta identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

##### **I - Da Exposição de Motivos** -----

Através da Proposta n.º 89/GAPV/09, presente em reunião ordinária do Executivo Municipal em 16 de Setembro de 2008, foi deliberado por unanimidade, aprovar a proposta de adesão do Município de Chaves à Entidade Regional de Turismo do Norte - "Turismo do Porto e Norte de Portugal"; -----

A deliberação que recaiu sobre este assunto foi, conforme prevê a alínea m), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua última versão, devidamente sancionada em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Chaves, ocorrida a 24 de Setembro de 2008; -----

Considerando que a referida entidade, através do ofício registado nos serviços administrativos de expediente geral desta Câmara Municipal sob o n.º 12170, de 5 de Agosto, veio comunicar que em sessão de Assembleia Geral deste órgão, foi fixado em 1.500,00 € o valor da quota anual dos seus associados; -----

Considerando que compete agora liquidar o valor correspondente à quotização do Município de Chaves enquanto associado da referida entidade; -----

Considerando, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea a), do número 4, do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro de 2002 pode, legalmente, o executivo municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes. -----

**II - Da Proposta em Sentido Estrito -----**

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, sou de submeter à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: ---

a) Que seja aprovado o pagamento da quota respeitante ao Município de Chaves, a qual foi fixada em 1.500,00 € (Mil e Quinhentos Euros);-----

b) A presente proposta tem cobertura orçamental através da seguinte rubrica: 04 07 01 99 99; -----

c) Se a decisão for favorável, dever-se-á remeter a presente proposta à Divisão de Gestão financeira, Económica e Patrimonial para ulterior operacionalização. -----

Chaves, 14 de Agosto de 2009 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

**3. FREGUESIAS**

**3.1. REFORMULAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE SANTO ANTÓNIO DE MONFORTE RELATIVO AO ANO DE 2008 - ARRUAMENTOS; EXECUÇÃO DE RAMAIS DE SANEAMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO SISTEMA DE AQUECIMENTO DA ESCOLA EB1 E DO JARDIM-DE-INFÂNCIA. PROPOSTA N.º. 39/GATF/09. ---**

Foi presente a proposta identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**I - JUSTIFICAÇÃO -----**

Considerando que nos termos do disposto no n.º. 1 do artigo 66º. Da Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações a Câmara Municipal, mediante autorização da Assembleia Municipal de 28 de Dezembro de 2005, pode delegar competências nas Juntas de Freguesia interessadas, mediante a celebração de protocolos; -----

Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesia, veio a ser celebrado em 31/07/08, um Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de **Santo António de Monforte**, destinado à execução de obras na Freguesia, nomeadamente: -----

- **Pavimentação de Arruamentos**, no valor de 15.500,00€; -----

- **Execução de Ramais de Saneamento**, no valor de 9.450,00€; -----

- **Alteração do Sistema de Aquecimento da Escola EB1 e do Jardim-de-infância**, pelo valor de 5.000,00€; -----

- **Aquisição, colocação e manutenção de sinalização de ruas e praças, excluindo a sinalização luminosa (Toponímia)**, pelo valor de 1.700,00€; -----

Considerando que, para além das obras executadas ao abrigo do Protocolo acima mencionado, a freguesia de **Santo António de Monforte** está a executar outras obras, com a finalidade de proporcionar uma melhor qualidade de vida aos cidadãos da freguesia, nomeadamente a conclusão de novos Arruamentos, cujo valor importa em mais 20.000,00 se forem mandados executar por administração directa da Junta de Freguesia, o que se torna vantajoso para o Município; -----

Considerando que o valor total do protocolado, delegando competências na freguesia para investimento, importa em **51.650,00 €, (cinquenta e um mil e seiscentos e cinquenta euros)**. -----

**II - DA PROPOSTA -----**

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: ---

a) Que seja autorizada a reformulação do Protocolo de Execução estabelecido com a Junta de Freguesia de **Santo António de Monforte** para 2008, introduzindo-lhe o valor adicional de **20.000,00 €, (vinte mil euros)**, no art. 1º do Protocolo de Execução celebrado entre este Município e a Junta de Freguesia de **Santo António de Monforte**, para execução e conclusão de novos arruamentos. -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar o documento. -----

À consideração superior. -----

Câmara Municipal de Chaves, 11 de Agosto de 2009 -----

A Funcionária -----

Maria das Graças -----

**Anexo:** Matriz do Protocolo Reformulado, que substitui os anteriores. -----

#### **JUSTIFICAÇÃO** -----

##### **EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS** -----

**1** - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 27 de Fevereiro de 2002, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

**2** - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

**3** - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

**4** - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

#### **II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO** -----

##### **(REFORMULADO)** -----

**ENTRE:** -----

**1. Outorgante:** Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

**2. Outorgante:** Freguesia de Santo António de Monforte, pessoa colectiva nº. 506910571, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor António dos Anjos Martins. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

**1a.** - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Santo António de Monforte**, a execução das seguintes obras: -----

**a)** **Pavimentação de Arruamentos**, no valor de 35.500,00€; -----

**b)** **Ramais de Saneamento**, pelo valor de 9.450,00€, -----

**c)** **Aquisição, colocação e manutenção de sinalização de ruas e praças, excluindo a sinalização luminosa (Toponímia)**, pelo valor de 1.700,00€.-----

**d)** **Alteração do sistema de Aquecimento da Escola EBI e Jardim-de-infância**, pelo valor de 5.000,00€.-----

**2a.** - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

**3a.** - A freguesia de **Santo António de Monforte** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

**4a.** - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Santo António de Monforte**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

**5a.** - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de \_\_\_\_\_ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

**6a.** - Do valor global de **51.650,00 €**, (**cinquenta e um mil e seiscentos e cinquenta euros**) indicado na cláusula 1ª, já foram transferidos para a conta da respectiva Junta 5.000,00€, e o restante, no total de **46.650,00 €**, será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

**7a.** - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

**8a.** - Em tudo o que for omissa no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----  
Chaves, de de 2009 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----  
(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----  
(António dos Anjos Martins) -----

**Nota:** Este Protocolo substitui os anteriores, com excepção do que foi assinado na área da Educação. -----

**DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DR. JOÃO BATISTA DE 2009.08.12** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

### **3.2. REFORMULAÇÃO DO PROTOCOLO DE INVESTIMENTO DA FREGUESIA DE S. VICENTE DA RAIÁ / 2008 - EXECUÇÃO DO PROJECTO DO LAR DE IDOSOS. PROPOSTA Nº.40/GATF/2009.** -----

Foi presente a proposta identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

#### **I - JUSTIFICAÇÃO:** -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais; ----  
Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, vieram a ser celebrados em 06/02/08 e 10/01/08, respectivamente, Protocolos de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de **S. Vicente da Raia**, destinados à execução de obras na Freguesia, nomeadamente: -----

- **Pavimentação de Ruas em Segirei**, no valor de 5.000,00€ -----

- **Recuperação do Depósito de Água da aldeia de S. Vicente**, pelo valor de 1.000,00€; -----

- **Aquisição, colocação e manutenção de sinalização de ruas e praças, excluindo a sinalização luminosa (Toponímia)**, pelo valor de 3.875,00€. -----

Considerando que, para além das obras executadas ao abrigo do Protocolo acima mencionado, a freguesia de **S. Vicente da Raia** está a executar outras obras, com a finalidade de proporcionar uma melhor qualidade de vida aos cidadãos da freguesia, nomeadamente: A "**Execução do Projecto destinado à Construção do Lar de Idosos**" a implantar na aldeia de S. Vicente da Raia, pelo valor de **1.200,00€** (mil e duzentos euros), com IVA à taxa legal em vigor. -----

Considerando que o valor total do protocolado importa em **11.075,00 €**, (onze mil e setenta e cinco euros). -----

#### **II - DA PROPOSTA** -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: ---

a) Que seja autorizada a reformulação do Protocolo de Execução estabelecido com a Junta de Freguesia de **S. Vicente da Raia**, para 2008, introduzindo-lhe o valor adicional de **1.200,00€**, (mil e

duzentos euros). no seu art. 1º para execução do mencionado projecto. -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar no documento. -----

À Consideração Superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 10 de Agosto de 2009 -----

A Funcionária, -----

(Maria das Graças) -----

**Em anexo:** -----

Minuta do Protocolo Reformulado, que torna sem efeito os anteriores. -----

## **I - JUSTIFICAÇÃO** -----

### **EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS** -----

**1** - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 27 de Fevereiro de 2002, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

**2** - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

**3** - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

**4** - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

## **II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO** -----

### **(REFORMULADO)** -----

**ENTRE:** -----

**1. Outorgante:** Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 130, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

**2. Outorgante:** Freguesia de **São Vicente**, contribuinte nº. 509 019 005, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Antenor dos Anjos. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

**1a.** - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de São Vicente a execução das seguintes obras: -----

**a)** **Pavimentação de Ruas em Segirei**, pelo valor de 5.000,00€; -----

**b)** **Recuperação de Depósito de Água em S. Vicente**", pelo valor de 1.000,00€; -----

**c)** **Aquisição, colocação e manutenção de sinalização de ruas e praças, excluindo a sinalização luminosa (Toponímia)**, pelo valor de 3.875,00€. -----

**d)** **Elaboração do Projecto para Construção do Centro Social de S. Vicente**, pelo valor de 1.200,00€-----

**2a.** - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

**3a.** - A freguesia de **São Vicente** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

**4a.** - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **São Vicente**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

**5a.** - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de \_\_\_\_\_ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

**6a.** - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2., no valor global de **-11.075,00 €, (onze mil e setenta e cinco euros)** será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

**7a.** - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

**8a.** - Em tudo o que for omissso no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----

Chaves, de \_\_\_\_\_ de 2009 -----

**O Presidente da Câmara Municipal** -----  
(Dr. João Batista) -----

**O Presidente da Junta de Freguesia** -----  
(Antenor dos Anjos) -----

**Nota:** Este Protocolo substitui os anteriores, com excepção do Protocolo assinado, na área da Educação. -----

**DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DR. JOÃO BATISTA DE 2009.08.12** -----

À reunião de câmara. -----



**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

**3.3. REFORMULAÇÃO DO PROTOCOLO DE INVESTIMENTO ASSINADO COM A FREGUESIA DE OUCIDRES, DESTE CONCELHO DE CHAVES, RELATIVO AO ANO DE 2008. CONSTRUÇÃO DE REGADIO DE ÂMBITO AGRÍCOLA. PROPOSTA Nº.41/GATF/2009.** -----

Foi presente a proposta identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**I - JUSTIFICAÇÃO:** -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais; ----

Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, veio a ser celebrado em 31/07/08, um Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de **Oucidres**, e posteriormente reformulado em 29/06/09, destinado à execução de várias obras na Freguesia, nomeadamente; ---

- **Pavimentação de Arruamentos** na Freguesia, pelo valor de 7.500,00€;  
- **Construção de Regadio de âmbito Agrícola**, pelo valor de 10.000,00€; -----

- **Rede Social - Recuperação de habitação familiar**, pelo valor de 7.115,00€ -----

Considerando que, o valor destinado à construção de um "Regadio de âmbito Agrícola", no valor de 10.000,00€ (dez mil euros), se verificou insuficiente; -----

Considerando que o orçamento agora apresentado pela Junta de Freguesia, no valor de 10.000,00€, para a conclusão da obra, é economicamente favorável, se os trabalhos forem mandados executar por administração directa da Junta; -----

Considerando que o valor total Protocolado importa em **34.615,00€ (trinta e quatro mil seiscientos e quinze euros)**; -----

**II - DA PROPOSTA** -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: ---

a) Que seja autorizada a reformulação do Protocolo de Execução estabelecido com a Junta de Freguesia de **Oucidres**, para 2008, introduzindo-lhe o valor adicional de **10.000,00€** (dez mil euros) no seu art. 1º para conclusão das mencionadas obras - Regadio Agrícola.

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar no documento. -----

À Consideração Superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 11 de Agosto de 2009 -----

A Funcionária, -----

**Anexo:** -----

Minuta do Protocolo reformulado, que substitui o anterior. -----

-----  
**I - JUSTIFICAÇÃO** -----

**EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS** -----

**1** - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

**2** - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

**3** - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

**4** - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----  
 Assim, -----

**II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO** -----

**(REFORMULADO)** -----

**ENTRE:** -----

**1. Outorgante:** Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e-----

**2. Outorgante:** Freguesia de **Oucidres**, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Gabriel Teixeira. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

**1a.** - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Oucidres**, a execução das seguintes obras: -----

**a) Pavimentação de Arruamentos**, no valor de 7.500,00€; -----

**b) Construção de Regadio de âmbito Agrícola**, pelo valor de 20.000,00€; -----

**c) Rede social - Recuperação de habitação familiar**, pelo valor de 7.115,00€ -----

**2a.** - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

**3a.** - A freguesia de **Oucidres** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

**4a.** - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Oucidres**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

**5a.** - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de \_\_\_\_\_ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

**6a.** - Do valor global de **34.615,00 €**, (**trinta e quatro mil seiscientos e quinze euros**), indicado na cláusula 1ª, já foram transferidos para a conta da respectiva Junta 5.000,00€, e o restante, no total de **29.615,00 €**, será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

**7a.** - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

**8a.** - Em tudo o que for omissa no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----  
Chaves, de \_\_\_\_\_ de 2009 -----

**O Presidente da Câmara Municipal** -----  
(Dr. João Batista) -----

**O Presidente da Junta de Freguesia** -----  
(Gabriel Teixeira) -----

**Nota:** Este Protocolo substitui os anteriores. -----

**DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DR. JOÃO BATISTA DE 2009.08.12** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

### **3.4. REFORMULAÇÃO DO PROTOCOLO DE INVESTIMENTO ASSINADO COM A FREGUESIA DE CURALHA, DESTE CONCELHO DE CHAVES, RELATIVO AO ANO DE 2008.ARRUAMENTOS. PROPOSTA N.º.43/GATF/2009.** -----

Foi presente a proposta identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

#### **I - JUSTIFICAÇÃO:** -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de

Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais; ----  
Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, veio a ser celebrado em 16/10/08, um Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de **Curalha**, destinado à execução de várias obras na Freguesia, nomeadamente: -----

- **Pavimentação de Arruamentos** na Freguesia, pelo valor de 15.000,00€;
- **Aquisição, colocação e manutenção de sinalização de ruas e praças, excluindo a sinalização luminosa (Toponímia)**, pelo valor de 3.049,00€. -----

Considerando, porém, que o valor destinado à execução dos "Arruamentos" previstos se verificou insuficiente; -----

Considerando que o orçamento agora apresentado pela Junta de Freguesia, no valor de 7.500,00€, para a sua conclusão, é economicamente favorável, se os trabalhos forem mandados executar por administração directa da Junta; -----

Considerando que o valor total Protocolado importa em **25.549,00€ (vinte e cinco mil e quinhentos e quarenta e nove euros)**; -----

## **II - DA PROPOSTA** -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: ---

a) Que seja autorizada a Reformulação do Protocolo de Execução estabelecido com a Junta de Freguesia de **Curalha**, para 2008, introduzindo-lhe o valor adicional de **7.500,00€ (sete mil e quinhentos euros)** no seu art. 1º para conclusão das mencionadas obras - Arruamentos na Freguesia. -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar no documento. -----

À Consideração Superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 11 de Agosto de 2009 -----

A Funcionária, -----

(Maria das Graças) -----

Anexo: -----

*Minuta do Protocolo reformulado, que substitui os anteriores.* -----

## **I - JUSTIFICAÇÃO** -----

### **EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**-----

**1** - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

**2** - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de

celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

**3** - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

**4** - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----  
Assim, -----

## **II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO ----- (REFORMULADO) -----**

**ENTRE:** -----

**1. Outorgante:** Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva n.º. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

**2. Outorgante:** Freguesia de **Curalha**, pessoa colectiva 506 882 780 neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Domingos de Moura Alves. -----  
É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

**1a.** - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Curalha** a execução das seguintes obras: -----

**a) Pavimentação de Arruamentos**, na freguesia no valor de 22.500,00€;  
**b) Aquisição, colocação e manutenção de sinalização de ruas e praças, excluindo a sinalização luminosa (Toponímia)**, pelo valor de 3.049,00€. -----

**2a.** - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

**3ª.** - A freguesia de **Curalha** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

**4a.** - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Curalha**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

**5a.** - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de \_\_\_\_\_ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

**6a.** - Do valor global de **25.549,00€ (vinte e cinco mil e quinhentos e quarenta e nove euros)** indicado na cláusula 1ª, já foram transferidos para a conta da respectiva Junta 10.000,00€ (dez mil euros) e o restante, no total de **15.549,00 €**, será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

**7a.** - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

**8a.** - Em tudo o que for omissso no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----  
Chaves, de de 2009 -----

**O Presidente da Câmara Municipal** -----  
(Dr. João Batista) -----

**O Presidente da Junta de Freguesia** -----  
(Domingos de Moura Alves) -----

**Nota:** Este Protocolo substitui os anteriores. -----

**DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DR. JOÃO BATISTA DE 2009.08.12** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

### **3.5. REFORMULAÇÃO DO PROTOCOLO DE INVESTIMENTO ASSINADO COM A FREGUESIA DE ERVEDEDO, DESTE CONCELHO DE CHAVES, RELATIVO AO ANO DE 2008.ARRUAMENTOS NA FREGUESIA. PROPOSTA Nº.44/GATF/2009.** -----

Foi presente a proposta identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

#### **I - JUSTIFICAÇÃO:** -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais; ----  
Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, veio a ser celebrado em 06/02/08, um Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de **Ervededo**, e posteriormente reformulado em 18/05/09, destinado à execução de várias obras na Freguesia, nomeadamente: -  
"Arruamentos na Freguesia", pelo valor de 72.500,00€ e "Colocação de um Portão" numa propriedade particular, por força do alargamento de uma rua, pelo valor de 500,00€; -----

Considerando, porém, que o valor destinado à execução dos "Arruamentos" previstos se verificou insuficiente; -----

Considerando que o orçamento agora apresentado pela Firma Grilo Betão Lda., no valor de 35.000,00€, para a sua conclusão, é economicamente favorável, se os trabalhos forem mandados executar por administração directa da Junta; -----

Considerando que o valor total Protocolado para investimento na

Freguesia importa em 107.500,00€ (cento e sete mil e quinhentos euros); -----

## **II - DA PROPOSTA** -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: ---

a) Que seja autorizada a Reformulação do Protocolo de Execução estabelecido com a Junta de Freguesia de **Ervededo**, para 2008, introduzindo-lhe o valor adicional de 35.000,00€ (trinta e cinco mil euros) no seu art. 1º para conclusão das mencionadas obras. -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar no documento. -----

À Consideração Superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 13 de Agosto de 2009 -----

A Funcionária, -----

(Maria das Graças) -----

## **Anexo:** -----

Minuta do Protocolo reformulado que substitui os anteriores. -----

## **I - JUSTIFICAÇÃO**-----

### **EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS** -----

**1** - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

**2** - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

**3** - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

**4** - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

## II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO ----- (REFORMULADO) -----

ENTRE: -----

**1. Outorgante:** Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

**2. Outorgante:** Freguesia de **Ervededo**, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Álvaro José Madureira Pereira. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

**1a.** - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Ervededo**, a execução das seguintes obras: -----

**a) Arruamentos na Freguesia**, pelo valor de 107.500,00€; -----

**b) Colocação de um Portão numa propriedade particular, por força do alargamento de uma rua**, pelo valor de 500,00€; -----

**2a.** - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

**3a.** - A freguesia de **Ervededo** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras acima mencionadas. -----

**4a.** - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Ervededo**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

**5a.** - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de \_\_\_\_\_ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

**6a.** - Do valor global de 107.500,00€ (cento e sete mil e quinhentos euros) indicado na cláusula 1ª, já foram transferidos para a conta de respectiva Junta 53.980,00€ e o restante será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

**7a.** - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

**8a.** - Em tudo o que for omissa no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----  
Chaves, de \_\_\_\_\_ de 2009 -----

**O Presidente da Câmara Municipal** -----  
(Dr. João Batista) -----

**O Presidente da Junta de Freguesia** -----  
(Álvaro José Madureira Pereira) -----



**Nota:** Este Protocolo substitui os anteriores, com excepção do Protocolo assinado, na área da Educação. -----

**DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DR. JOÃO BATISTA DE 2009.08.12** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

### **3.6. REFORMULAÇÃO DO PROTOCOLO DE INVESTIMENTO DA FREGUESIA DE ANELHE RELATIVO A 2008. ALUGUER DE MÁQUINAS PARA ABERTURA E ROMPIMENTO DE NOVAS VIAS DE COMUNICAÇÃO. PROPOSTA N.º.45/GATF/2009. -**

Foi presente a proposta identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

#### **I - JUSTIFICAÇÃO:** -----

Considerando que nos termos do disposto no n.º. 1 do artigo 66º. Da Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações a Câmara Municipal, mediante autorização da Assembleia Municipal de 28 de Dezembro de 2005, pode delegar competências nas Juntas de Freguesia interessadas, mediante a celebração de protocolos; -----

- **Pavimentação de várias ruas na Freguesia**, no valor de 55.000,00€;-

- **Construção da Casa Mortuária de Anelhe**, pelo valor de 20.000,00€;-

Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, vieram a ser celebrados em 30/07/08 e 26/10/08 Protocolos de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de **Anelhe**, destinados à execução de obras na Freguesia, nomeadamente: -----

- **Conclusão de Arruamentos em Anelhe**, pelo valor de 6.500,00€. -----

Considerando que, para além das obras executadas ao abrigo do Protocolo acima mencionado, a freguesia de **Anelhe** está a executar outras obras, com a finalidade de proporcionar uma melhor qualidade de vida aos cidadãos da freguesia, nomeadamente o "**Aluguer de Máquinas para abertura e rompimento de novas Vias de Comunicação**", cujo valor importa em mais 5.000,00 (cinco mil euros); -----

Considerando que o valor total do protocolado, delegando competências na freguesia para investimento, importa em **86.500,00 €, (oitenta e seis mil e quinhentos euros)**. -----

#### **II - DA PROPOSTA:** -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: ---

a) Que seja autorizada a reformulação do Protocolo de Execução estabelecido com a Junta de Freguesia de **Anelhe** para 2008, introduzindo-lhe o valor adicional de **5.000,00€ (cinco mil euros)** para "**Aluguer de Máquinas para abertura e rompimento de novas Vias de Comunicação**", no art. 1º do Protocolo de Execução celebrado entre este Município e a Junta de Freguesia. -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar o documento. -----

À consideração superior. -----

Câmara Municipal de Chaves, 17 de Agosto de 2009-----  
 A Funcionária -----  
 (Maria das Graças) -----  
**Anexo:** Matriz do Protocolo Reformulado, que substitui os anteriores.  
 -----

# **I - JUSTIFICAÇÃO** -----

## **EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS** -----

**1** - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

**2** - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra-estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

**3** - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

**4** - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

## **II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO** -----

### **(REFORMULADO)** -----

#### **ENTRE:** -----

**1. Outorgante:** Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

**2. Outorgante:** Freguesia de **Anelhe**, pessoa colectiva nº. 506 866 939, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Carlos Gonçalves Esteves. ----  
 É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

**1a.** - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos

representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Anelhe**, a execução das seguintes obras: -----

**a) - Pavimentação de Arruamentos em várias ruas da Freguesia**, pelo valor de 55.000,00€; -----

**b) Construção da Casa Mortuária de Anelhe**, pelo valor de 20.000,00€; -----

**c) - Conclusão de arruamento em Anelhe**, pelo valor de 6.500,00€; ---

**d) - Aluguer de Máquinas para abertura e rompimento de novas Vias de Comunicação**, pelo valor de 5.000,00€. -----

**2ª.** - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

**3ª.** - A freguesia de **Anelhe** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação de competências. -----

**4a.** - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Anelhe**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico; -----

**5a.** - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de \_\_\_\_\_ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo; -----

**6a.** - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2, no valor global de **-86.500,00€** (oitenta e seis mil e quinhentos euros), dos quais já foram transferidos para a conta da Junta 5.000,00€, será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos; -----

**7a.** - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização; -----

**8a.** - Em tudo o que for omissa no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----  
Chaves, de \_\_\_\_\_ de 2009 -----

**O Presidente da Câmara Municipal** -----  
(Dr. João Batista) -----

**O Presidente da Junta de Freguesia** -----  
(Carlos Gonçalves Esteves) -----

**Nota:** Este Protocolo substitui os anteriores. -----

**DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DR. JOÃO BATISTA DE 2009.08.17** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

## II

### DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE SERVIÇOS JURÍDICOS:

**1. APRECIÇÃO DAS ALEGAÇÕES APRESENTADAS EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA DOS INTERESSADOS - LICENÇAS DE TÁXI - ABANDONO DO EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE - CADUCIDADE DO DIREITO À LICENÇA -. INFORMAÇÃO/PARECER N.º 55/DASJ/09. -----**

Foi presente a informação identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**I - Enquadramento -----**

1. Na sequência da deliberação tomada pelo executivo municipal, em sua reunião ordinária realizada em 18 de Junho de 2009, veio aquele órgão municipal manifestar a intenção de declarar a a caducidade do direito à licença de táxi em relação aos seguintes titulares, a saber: -----

- Victor Fontoura, ao qual foi atribuída a área de serviço da freguesia de Vilarelho da Raia; -----

- Joaquim Moraes - Sociedade Táxis, Lda, à qual foi atribuída a área de serviço da freguesia de São Pedro de Agostém; -----

- Manuel Jorge Teixeira Areias, ao qual foi atribuída a área de serviço da freguesia de Santo António de Monforte; -----

- Dionides Fernandes Carneiro, ao qual foi atribuída a área de serviço da freguesia de Lamadarcos; -----

- A.M.C.L Auto Mecânica de Chaves, Lda, à qual foi atribuída a área de serviço da freguesia de Oucidres; -----

- Abel da Cruz, ao qual foi atribuída a área de serviço da freguesia de Ervededo. -----

- Teresa Pinho, à qual foi atribuída a área de serviço da freguesia de Vilela Seca; -----

2. Tal intenção de declarar a caducidade do referido direito, teve como fundamento o abandono do exercício da respectiva actividade, de acordo com as disposições combinadas previstas no art. 29º do Regulamento de Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros em vigor neste concelho, e no art. 18º, do DL nº 251/98, de 11 de Agosto e ulteriores alterações. -----

3. Neste contexto, foi concedido aos interessados o prazo de 10 dias úteis para virem ao processo, por escrito, dizer o que se lhes oferecer sobre o assunto, nos termos do disposto no art. 100º e ss do Código do Procedimento Administrativo. -----

4. Assim, no exercício do direito de participação na tomada de decisões administrativas, consagrado no art. 100º e ss. do Código do Procedimento Administrativo, vieram os interessados, **com excepção da Srª. D. Teresa Pinho**, a apresentar, em sua defesa, um conjunto de argumentos na tentativa, legítima, de inverter tal sentido de decisão - caducidade do direito à licença de táxi -. -----

5. Em síntese, vieram alegar o seguinte, a saber: -----

**A - Das alegações apresentadas por Abel da Cruz -----**

Abel da Cruz veio, através de requerimento com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia nº 9760, de 26 de Junho de 2009, alegar, em sua defesa, em síntese, os seguintes factos: ---

" Transporte 3 vezes por semana, o doente Mário Carvalho Martelo, com residência na localidade da Torre, Freguesia de Ervededo, para o serviço de hemodiálise do Hospital de Chaves", anexando, para o efeito, os respectivos documentos comprovativos; -----

"Todas as 4ª feiras, sem excepção, apresento-me na localidade de Agrela e do Couto, Freguesia de Ervededo", conforme documentos comprovativos que anexa; -----

Nesta conformidade, Abel da cruz invoca, grosso modo, que não existe fundamento para declara a caducidade de tal direito, visto que não há abandono do exercício de tal actividade. -----

**B - Das alegações apresentadas pela firma A.M.C.L Auto-Mecânica de Chaves, Lda** -----

A firma A.M.C.L Auto-Mecânica de Chaves, Lda veio, através de requerimento com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia nº 9957, de 01 de Julho de 2009, alegar, em sua defesa, em síntese, os seguintes factos: -----

"...no dia 11 de Maio de 2009 encontrava-me a fazer um serviço de hemodiálise no Porto", conforme cópia da factura que anexa; -----

"...a viatura de táxi que utilizo se encontra com um contrato celebrado comigo e a sub-região de saúde de Vila Real (Tarifa C)...", conforme 3 facturas que anexa; -----

"...temos contratos celebrados com diversas entidades para prestação de serviço de Táxi (companhias de seguro, assistência em viagem)"; --

"O nosso táxi...desloca-se frequentemente a Oucidres e Vila Nova de Monforte e quando lá não vai é porque foi chamado via telefone por algum cliente para efectuar serviços de transporte de táxi"; -----

Pelo que invoca, em síntese, que não há abandono do exercício da actividade de táxi, encontrando-se a respectiva viatura à disposição do público. -----

**C - Das alegações apresentadas pela firma Joaquim Morais - Sociedade de Táxis, Lda** -----

"A empresa aqui em causa continua com a sua actividade, não cessando a sua actividade em termos fiscais, nem em termos comerciais"; -----

"Durante o ano de 2008 e já no ano de 2009, efectuou vários serviços...conforme cópia das facturas que se anexam"; -----

"Ainda no passado dia 1 de Junho de 2009 foi efectuado um serviço, no qual a D. Vera Lucia Machado cliente da empresa, a qual prestou o serviço de transporte desde a sede da freguesia, São Pedro de Agostém até à cidade de Bragança"; -----

Nestes termos, invoca que não há fundamento para a declaração de caducidade do direito à licença, devendo a mesma manter-se a favor da firma notificada. -----

**D - Das alegações apresentadas por Diónides Fernandes Carneiro** -----

"O aqui notificado em causa continua com a sua actividade, não cessando a sua actividade em termos fiscais, nem em termos comerciais"; -----

"Durante o ano de 2008 e já no ano de 2009, efectuou vários serviços...conforme cópia das facturas que se anexam"; -----

"No passado dia 12 de Março de 2009 foi efectuado um serviço, no qual a senhora Genoveva Adegas Duro, o qual prestou o serviço de transporte desde a sede da freguesia, Lama de Arcos até à cidade de Chaves"; -----

"No passado dia 20 de Abril de 2009 foi efectuado um serviço, no qual a senhora Beatriz Gomes, o qual prestou serviço de transporte desde a sede da freguesia, Lama de Arcos até à cidade de Chaves";

"Ainda neste dia foram prestados outros serviços, como desde então para cá"; -----

Assim, Diónides Fernandes Carneiro solicita a "...não promoção da intenção de declarar a caducidade do direito à licença de táxi...uma vez que estão preenchidos os pressupostos da mesma". -----

**E - Das alegações apresentadas por Manuel Jorge Teixeira Areias** ----

"...em momento algum abandonei o exercício de actividade de taxista";-

"...junto em anexo documento onde consta o nome de alguns habitantes de Santo Antonio de Monforte, que comprovam que me encontro ao serviço nesta freguesia e atestam a veracidade desta informação". --

**F - Das alegações apresentadas por Vítor Manuel Morais Fontoura ----**

"...o Requerente não abandonou o exercício da actividade, razão pela qual em tempo procedeu à renovação do alvará competente em 27 de Março de 2009"; -----

"...o veículo de matrícula SC-46-52 afecto à actividade de transporte de táxi, esta imobilizado, actualmente, na oficina onde é alvo de reparação com vista a ser apresentado na inspecção periódica"; ----

"...em momento algum o veículo esteve imobilizado 30 dias seguidos ou 60 interpolados"; -----

"...actualmente, o Requerente não se encontra no país, tendo-se ausentado para a Suíça, por razões familiares, com vista a prestar a auxilio e apoio familiar a uma irmã...na medida em que aquela se encontra bastante doente, impossibilitada de trabalhar e necessita da ajuda diária de um terceiro para tudo, inclusive cuidados pessoais"; -----

"...Assim é que se deslocou aquele país acompanhado de sua esposa, para valerá sua irmã...neste momento difícil..." -----

Nestes termos e de acordo com as razões expostas, solicita que não seja declarada a caducidade do direito à respectiva licença. -----

**6. Cumpre, assim, decidir: -----**

6.1 A licença do táxi caduca, de acordo com o disposto no nº 2, do art. 22º e 29º, do Regulamento de Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros em vigor neste concelho<sup>1</sup>, nos seguintes casos: -----

a) Quando não for iniciada a exploração no prazo fixado pela câmara municipal, ou, na falta deste, nos 90 dias posteriores à emissão da licença; -----

b) Quando o alvará emitido pela DGTTF não for renovado; -----

c) **Abandono do exercício da actividade.** -----

6.2 Refira-se que, de acordo com as disposições combinadas previstas no nº 1, do art. 29º do Regulamento de Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros em vigor, e no nº 1, do art. 18º, do DL nº 251/98, de 11 de Agosto e ulteriores alterações, considera-se que há abandono do exercício da actividade sempre que os táxis não estejam à disposição do público durante 30 dias consecutivos ou 60 interpolados dentro do período de um ano. -----

6.3 Ora, as razões invocadas pelos exponentes identificados no presente Capitulo nas alíneas A, B, C, D, E e F, em sede de audiência prévia dos interessados, são susceptíveis de poder modificar o sentido de decisão entretanto adoptado pela Administração e traduzido na intenção declarar a caducidade do direito à respectiva licença de táxi. -----

6.4 Ou seja, fazendo fé no conjunto de considerações apresentadas pelos exponentes nos respectivos requerimentos atrás identificados, no âmbito do exercício do direito de participação em sede de audiência prévia dos interessados, julgamos, salvo melhor opinião, que os elementos agora carreados para o processo são susceptíveis de fazer alterar a argumentação por nós, em devido tempo, perfilhada e devidamente registada no Parecer nº 33/2009, datado do pretérito dia

---

<sup>1</sup> Veja-se, neste sentido, o disposto no nº 2, do art. 12º e 18º, do DL nº 251/98, e ulteriores alterações. -----

2009/06/03, sendo certo que os mesmos vêm invocar, grosso modo, que até à presente data continuam a exercer regularmente a actividade de transporte em táxi. -----

6.5 No que respeita à Sr.<sup>a</sup>. D. Teresa Pinho, à qual foi atribuída a área de serviço da freguesia de Vilela Seca, a mesma foi notificada, no pretérito dia 2009/06/23, para, no prazo de 10 dias úteis, e por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido de decisão manifestado pelo órgão executivo municipal e consubstanciado na intenção de declarar a caducidade do direito à licença de táxi, com fundamento no abandono do exercício da respectiva actividade. -----

6.6 A verdade é que, tendo decorrido tal prazo, a Sr.<sup>a</sup>. D. Teresa Pinho nada veio apresentar em sua defesa, na tentativa legítima de inverter tal sentido de decisão, o que vem, inequivocamente, demonstrar que a mesma se conformou com a intenção entretanto manifestada por este município -intenção de declarar a caducidade do direito à licença de táxi, com fundamento no abandono do exercício da respectiva actividade -. -----

## **II - Propostas** -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

**a)** Considerar procedente a tese argumentativa apresentada pelos ora exponents - A, B, C, D, E e F -, nos requerimentos anteriormente identificados e relativos à matéria ora em apreciação -; -----

**b)** Para o efeito, deverá o presente assunto ser agendado para uma próxima reunião ordinária do órgão executivo municipal, com vista à obtenção da competente decisão administrativa, agora, definitiva e executória, consubstanciada na manutenção do direito à respectiva licença de táxi em relação aos seguintes titulares: -----

-Victor Fontoura, ao qual foi atribuída a área de serviço da freguesia de Vilarelho da Raia; -----

- Joaquim Morais - Sociedade Táxis, Lda, à qual foi atribuída a área de serviço da freguesia de São Pedro de Agostém; -----

- Manuel Jorge Teixeira Areias, ao qual foi atribuída a área de serviço da freguesia de Santo António de Monforte; -----

- Dionides Fernandes Carneiro, ao qual foi atribuída a área de serviço da freguesia de Lamadarcos; -----

- A.M.C.L Auto Mecânica de Chaves, Lda, à qual foi atribuída a área de serviço da freguesia de Oucidres; -----

- Abel da Cruz, ao qual foi atribuída a área de serviço da freguesia de Ervededo; -----

**c)** Simultaneamente, deverá o órgão executivo municipal adoptar deliberação, agora definitiva, consubstanciada na declaração de caducidade do direito à licença de táxi, com fundamento no abandono do exercício da respectiva actividade, a favor de Teresa Pinho, à qual foi atribuída a área de serviço da freguesia de Vilela Seca, de acordo com as disposições combinadas previstas no art. 29º do Regulamento de Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros em vigor neste concelho, e no art. 18º, do DL nº 251/98, de 11 de Agosto e ulteriores alterações; -----

**d)** Alcançado tal desiderato, dever-se-á notificar os interessados da decisão praticada, sendo, para o efeito, expedida a competente notificação, no escrupuloso cumprimento do disposto no art. 68º e ss do Código do Procedimento Administrativo; -----

e) De imediato, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao gabinete do Vereador Responsável pela respectiva área de intervenção, Arquitº. António Cabeleira. -----

Chaves, 17 de Agosto de 2009 -----

É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

A Chefe de Divisão, -----

(Drª. Sandra Lisboa) -----

**Em anexo:** O respectivo processo. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2009.08.17.** -----

Visto. Concordo com a informação, a qual merece o meu inteiro acolhimento. À consideração do Vereador responsável, Arquit. António Cabeleira. -----

**DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2009.08.17.** -----

Visto. Concordo. À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### III

#### EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

##### 1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS. INFORMAÇÃO DA DSC. PARA CONHECIMENTO. ----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º1. --

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

##### 2. PROGRAMA MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR ANO LECTIVO 2009/2010. INFORMAÇÃO N.º300/DED/2009 DE 09-08-07. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

##### **I - Exposição** -----

O Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, sob proposta nº 95/GAP/2006, foi aprovado na reunião de Câmara do dia 20 de Novembro de 2006 e posteriormente devidamente sancionado pela Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária, realizada no dia 29 de Novembro de 2006, sendo depois publicado no Edital nº 141/2006, de 4 de Dezembro. Foi posteriormente alterado através da Informação nº 219/DED do dia 29 de Maio de 2008 e aprovada na reunião de Câmara do dia 16 de Junho de 2008, sendo sancionada pela Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária, realizada no dia 25 de Junho de 2008. -----

Considerando que para se dar seguimento ao Programa Municipal de atribuição de bolsas de estudo para o Ensino Superior é necessário programar a calendarização das candidaturas para o ano lectivo 2009/2010; -----



Para o efeito e relativamente à calendarização de todo o processo de candidatura e avaliação dos processos candidatos à atribuição de bolsas de estudo, propõe-se o seguinte cronograma: -----

Procedimento	Data
- Candidatura à atribuição de Bolsa de Estudo	14/09/2009 a 9/10/2009
- Apreciação das candidaturas	12/10/2009 a 13/11/2009
- Lista Provisória das Bolsas atribuídas	23/11/2009
- Lista Definitiva das Bolsas atribuídas	4/01/2010

Relativamente ao valor das bolsas a atribuir e tendo em conta o ponto 4 do artigo 3º, do aludido regulamento, o montante a atribuir a cada candidato será provisório, uma vez que só depois das bolsas das Instituições de Ensino serem publicadas se poderá definir o valor definitivo. -----

## II - Da Proposta -----

Atendendo ao exposto, tomo a liberdade de submeter à consideração de V. Ex<sup>a</sup>. a seguinte proposta: -----

1. Que seja autorizada a calendarização proposta ao Programa Municipal de Atribuição de Bolsas ao Ensino Superior - ano lectivo 2009/2010 e publicação do respectivo Edital num jornal local, bem como a sua afixação nos lugares de estilo do Município. -----

2.- Que a presente informação seja encaminhada para a próxima reunião de Câmara. -----

À consideração Superior. -----

A Técnica Superior -----

(Dr.<sup>a</sup> Tânia Oliveira) -----

Em anexo: Minuta do Edital -----

## E D I T A L N° -----

**JOÃO GONÇALVES MARTINS BATISTA,** -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES** -----

Torna públicos que se encontram abertas as candidaturas de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, entre os dias 14 de Setembro a 9 de Outubro de 2009, para o ano lectivo de 2009/2010. -----

Os candidatos deverão consultar o Regulamento disponível no site da Câmara Municipal de Chaves, ou solicitado na Divisão de Educação e Desporto, sita no Centro Cultural de Chaves. -----

A candidatura é efectuada em impresso próprio a fornecer pela Câmara Municipal de Chaves. -----

Bolsa de estudo -----

1. Bolsa de estudo é uma prestação pecuniária, destinada à comparticipação dos encargos inerentes à frequência do ensino superior por estudantes economicamente carenciados do Concelho de Chaves, num ano lectivo. -----

2. O número de bolsas de estudo a atribuir pela Câmara Municipal de Chaves é no máximo até 20, em cada ano escolar. -----
3. O valor mensal máximo de cada bolsa de estudo é de €200,00 para jovens a estudar fora do concelho de Chaves e de €75,00 para os não deslocados do concelho de Chaves, no caso do candidato não auferir de mais nenhum tipo de Bolsa. -----
4. As bolsas de estudo têm uma duração máxima de 10 meses, correspondente ao ano escolar. -----
5. A bolsa de estudo é paga em prestações mensais. -----
- Condições de Candidatura -----
- Podem candidatar-se à atribuição de bolsas de estudo, os estudantes que preencham, cumulativamente, as seguintes condições: -----
- a) Serem residentes no Concelho de Chaves há pelo menos 5 anos; ----
  - b) Terem ingressado no ensino superior com média igual ou superior a 14 valores; -----
  - c) Não serem detentores de licenciatura ou bacharelato; -----
  - d) Terem obtido aproveitamento escolar no ano anterior, tal como definido no n.º 1, do artigo 8.º, do presente Regulamento, caso tenham estado matriculados no ensino superior no ano lectivo anterior àquele para que requerem a bolsa; -----
  - e) Não possuírem, por si só ou através do agregado familiar em que se integram, um rendimento mensal per capita superior ao salário mínimo nacional. -----
- Apresentação da Candidatura -----
1. Tem legitimidade para se candidatar: -----
- a) O estudante, quando for maior de idade; -----
  - b) O encarregado de educação, quando o estudante for menor. -----
2. A candidatura far-se-á mediante o preenchimento de um impresso próprio, que será facultado aos interessados pelo Sector da Juventude da Câmara Municipal de Chaves, acompanhado dos seguintes documentos: -----
- a) Bilhete de identidade; -----
  - b) Atestado de residência, emitido pela Junta de Freguesia da área da sua residência; -----
  - c) Documento comprovativo da titularidade do curso do ensino secundário e da respectiva classificação (média); -----
  - d) Certificado de matrícula no ensino superior, em caso de ingresso, com especificação do curso; -----
  - e) Declaração do estabelecimento de ensino que frequentou no ano lectivo anterior, comprovando o aproveitamento escolar, e certificado de matrícula com especificação do curso e ano quando se tratar de estudantes já integrados no ensino superior; -----
  - f) Fotocópia da última declaração de I.R.S. e/ou I.R.C., referente a todos os elementos do agregado familiar; -----
  - g) Documentos comprovativos dos rendimentos auferidos por cada membro do agregado familiar passado pela entidade patronal ou pela Segurança Social; -----
  - h) Declaração de bens patrimoniais do agregado familiar passada pela Repartição de Finanças da sua área de residência; -----
- Critérios de selecção -----
- São consideradas, pela ordem que se indica no presente artigo, como condições preferenciais na atribuição das bolsas de estudo: -----
- a) Menor rendimento per capita do agregado familiar; -----
  - b) Em caso de igualdade nos termos da alínea anterior, será considerado o melhor aproveitamento escolar; -----

c) Se tal igualdade, ainda persistir, será considerada a melhor média de classificação final nos últimos três anos; -----

d) Mantendo-se a igualdade nos termos das alíneas anteriores, dar-se-á preferência aos filhos dos naturais do Concelho e, de entre estes, aos mais novos. -----

Lista Provisória e Lista definitiva -----

1. Analisadas as candidaturas e feita a selecção dos candidatos a bolseiros será elaborada uma lista provisória que será enviada aos candidatos por carta registada com aviso de recepção. -----

2. No prazo de 10 dias a contar da data da recepção da carta enviada com a lista provisória, poderá qualquer concorrente reclamar da mesma, por escrito. -----

3. Findo o período de reclamação, será elaborada a lista definitiva, devidamente fundamentada, a submeter à Câmara Municipal para deliberação. -----

4. A lista definitiva dos beneficiários da bolsa de estudo será afixada nos lugares do costume e disponibilizada no site oficial da Câmara Municipal de Chaves, com valores provisórios da bolsa atribuída a cada candidato, até a apresentação das declarações de bolsas de estudo das Instituições de Ensino superior serem apresentadas. -----

Para conhecimento geral se publica o presente EDITAL que vai ser afixado em todas as Juntas de Freguesia do Concelho, nos lugares do costume e ainda publicado num jornal local. -----

E eu, \_\_\_\_\_, Cristina Maria Fernandes Rodrigues, Técnica Superior de 2ª Classe, no uso de competências subdelegadas o subscrevi. -----

Chaves, Paços do Concelho, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DRA. LÍDIA PINTO NA AUSÊNCIA DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE 2009-08-07 -----**

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do senhor Presidente da Câmara. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2009.08.10 -----**

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

#### IV

#### PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

**1. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE PANKRATION ATHLIMA. PROPOSTA N.º 76/GAPV/09. -----**

Foi presente a proposta identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**I - Da Exposição de Motivos -----**

Através do ofício remetido a este Município em 13 de Julho de 2009, registado na Secção de Expediente Geral sob o n.º 10678, a "Federação Portuguesa de Pankration Athlima" veio solicitar apoio financeiro, destinado a compartilhar as despesas inerentes à participação de

atletas federados nessa instituição, nos Jogos Mundiais de Luta, na modalidade de Pankration, que terão lugar na Lituânia, entre os dias 11 e 13 de Setembro. -----

Considerando, que as despesas associadas à participação no referido evento, nomeadamente as que se reportam às deslocações e estadia dos atletas, são muito elevadas, debatendo-se a Federação com grandes dificuldades, não tendo qualquer tipo de apoio; -----

Considerando que a selecção nacional desta modalidade contempla um atleta que é natural de Chaves; -----

Considerando o interesse para a região e para o país, que estes atletas, uma vez seleccionados pelo mérito demonstrado em anteriores torneios, possam participar neste evento a nível mundial; -----

Considerando, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea b), do número 4, do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro de 2002 pode, legalmente, o executivo municipal deliberar sobre as formas de apoio a actividades de interesse municipal, de natureza desportiva. -----

## **II - Da Proposta em Sentido Estrito -----**

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, sou de submeter à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: ---

**a)** Apoiar financeiramente a "Federação Portuguesa de Pankration Athlima" com o montante de 750,00 € (setecentos e cinquenta euros), com vista a permitir a participação no Mundial de Pankration, a ter lugar na Lituânia; -----

**b)** A presente proposta tem cobertura orçamental através da seguinte rubrica: 04 07 01 01; -----

**c)** Se a decisão for favorável, dever-se-á remeter a presente proposta à Divisão de Gestão financeira, Económica e Patrimonial para ulterior operacionalização. -----

Chaves, 14 de Agosto de 2009 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

## **V**

### **ACÇÃO SOCIAL:**

#### **1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS. INFORMAÇÃO DA DAS. PARA CONHECIMENTO. ----**

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º2. --

**A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----**

#### **2. VENDA DA HABITAÇÃO Nº 3 DO BAIRRO MARECHAL CARMONA. INFORMAÇÃO N.º303/DAS/2009 DE 2009-08-11. -----**

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais, e que se anexa a presente acta sob o número 3. -----

**DESPACHO DA SRA. VEREADORA DRA. MARIA DE LURDES CAMPOS DE 2009.08.13.** -----

Visto. Concorde. Ao Sr. Presidente. -----

**DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DR. JOÃO BATISTA DE 2009.08.14** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## VI

### PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

#### 1- PLANEAMENTO

#### 2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

**2.1. APRESENTAÇÃO DE ADITAMENTO INERENTE A OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO URBANO ALVARÁ N.º 23/1987 - FERREIRA E FILHOS, LDA. - SITO EM LUGAR DE OLA, FREGUESIA DE SANTA CRUZ TRINDADE - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DO ARQUITECTO LUÍS SANTOS DATADA DE 2009/08/14.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Antecedentes: -----

**INTRODUÇÃO:** -----

A empresa Ferreira & Filhos, através de requerimento n.º 2141/09, inerente ao processo n.º 9/08, apresenta novos elementos de acordo com a reunião realizada nestes serviços, no sentido de concluir o pedido de alterações às condições de licença da operação de loteamento, titulado pelo alvará n.º 23/87 de 16/09/1987, sita no lugar da Ola, na freguesia de Santa Cruz Trindade no concelho de chaves. -----

O pedido de alterações às condições de licença da referida operação de loteamento, anteriormente promovido pela requerente, que esteve presente em reunião de câmara em 17/04/09, no qual consubstanciou as alterações ao lote n.º 4 e por sugestão destes serviços, aos restantes lotes em desconformidade (n.º 1, n.º 3 e n.º 6).

A quando da emissão do aditamento ao referido alvará de loteamento, verificou-se a impossibilidade de liquidar de imediato, os valores correspondentes às compensações ao município pelas áreas não cedidas, pela totalidade dos restantes proprietários, pelo facto de se encontrarem a residir fora do concelho de Chaves.

Neste sentido, de forma a não penalizar a empresa requerente, estes serviços adoptam a seguinte estratégia procedimental, aplicar em todos os pedidos de alterações aos alvarás de loteamento: -----

- Proceder às alterações das condições de licença da operação de loteamento, ao lote propriedade do requerente; -----

- Após a emissão do aditamento ao título da operação de loteamento e caso se tenha verificado a existência de edificações nos restantes lotes, em desconformidade com a mesma, serão convocados os seus proprietários para apresentarem um novo pedido de alterações às

condições de licença da operação de loteamento em causa, de forma a regularizar a suas situações. -----

**INSTRUÇÃO DO PEDIDO:** -----

O pedido encontra-se instruído com os elementos mencionados na Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março e com o Regulamento Municipal de Chaves nomeadamente: -----

**Peças escritas:** -----

- Requerimento inicial;
- Original da Certidão da Conservatória do Registo Predial de Chaves do lote n.º 4, do qual é proprietário o requerente; -----
- Cópias das da Certidões da Conservatória do Registo Predial de Chaves dos restantes lotes; -----
- Termo de responsabilidade do técnico autor do projecto de arquitectura; -----
- Termo de responsabilidade do técnico coordenador de projectos; ---
- Cópia da Declaração de inscrição na Ordem dos Arquitectos do coordenador do projecto de arquitectura; -----
- Original da Declaração de inscrição na ANET - Associação nacional dos Engenheiros Técnicos do autor do projecto de arquitectura; -----
- Memória descritiva e justificativa explicando as alterações; -----
- Nota descritiva do plano de acessibilidades, presente na memória descritiva; -----
- Estudo de dados acústicos; -----
- Ficha de dados estatísticos; -----

**Peças gráficas:** -----

- Peças desenhadas à escala 1/500: -----
- Planta de Localização; -----
- Levantamento topográfico; -----
- Planta Síntese; -----
- Planta de áreas de cedência ao domínio público; -----
- Plano de acessibilidades; -----
- Planta de alterações; -----
- Fichas dos lotes dos lotes; -----
- Peças desenhadas e escritas em suporte informático. -----

**ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO:** -----

**No regime jurídico** -----

Nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei 555/99, alterado e republicado pela Lei n.º 60/07 de 4/09, o pedido da interessada enquadra-se numa alteração à licença da operação de loteamento, titulada pelo alvará 23/87 emitido em 16/09/1987, em nome de João Rodrigues e Outros. -----

**Nas disposições do Plano Director Municipal** -----

Segundo a Planta de Ordenamento n.º 34ªA do Plano Director Municipal de Chaves, o prédio insere-se na categoria de espaço pertencente à classe 1 (Espaços urbanos e urbanizáveis), na Categoria 1.1 (Cidade de Chaves): -----

Segundo a Planta de Condicionantes n.º 47B do Plano Director Municipal de Chaves, sobre o prédio não impende nenhuma servidão ou restrição de utilidade pública. -----

Verifica-se o cumprimento do Plano Director Municipal e o estudo do Plano de Urbanização de Chaves, usado para o efeito na limitação das zonas previstas no n.º1 do artigo 73.º do Regulamento do P.D.M. ----

**ANÁLISE DA PRETENSÃO:** -----

O requerente apresenta novos elementos, com as alterações às especificações do loteamento tituladas pelo alvará n.º 23/87, no que respeita ao lote n.º 4 (propriedade do requerente). -----

- Aumento da área total de implantação, passando de 143,00m2 para 233,00m2; -----  
- Aumento da área total de construção, passando de 429,00m2 para 679,00m2; -----  
- Aumento de um piso, passando de R/C, 1.º e 2.º andares para R/C, 1.º, 2.º e 3.º andares. -----

	Alterações resultantes do presente pedido, relativamente ao alvará de loteamento n.º 23/87
--	--

No que se refere às áreas de cedência ao domínio público municipal, o promotor a quando da emissão do título referente ao alvará de loteamento n.º 23/87, apenas cede as áreas necessárias à implementação das infra-estruturas viárias e também para um futuro arruamento situado a norte, perfazendo uma área total de 163,00m2.

- Aumento da área total de construção, passando de 429,00m<sup>2</sup> para 679,00m<sup>2</sup>, que resulta um aumento de 250,00m<sup>2</sup>; -----

Para espaços verdes e/ou de utilização colectiva - 28m <sup>2</sup> /120m <sup>2</sup> a. c. hab.	58,30m <sup>2</sup>
Para equipamentos de utilização colectiva - 35m <sup>2</sup> /120m <sup>2</sup> a. c. hab.	72,90m <sup>2</sup>
<b>Total</b>	<b>131,20m<sup>2</sup></b>

Uma vez que não há previsão de áreas de cedência destinadas a equipamentos e espaços verdes de utilização colectiva<sup>2</sup> para ao domínio público municipal, deverá a proprietária do lote compensar o município pelas áreas não cedidas para esses fins, sendo este valor calculado a partir da aplicação do artigo 67º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e Tabela de Taxas e Licenças Devidas pela Realização de Operações Urbanísticas e da Tabela XIX anexa a este e o valor do preço de construção da habitação por metro quadrado para vigorar no ano de 2009 da Portaria n.º 1240/2008, retratado nos quadros II que se segue: -----

Quadro II -----  
**Lote n.º 4** -----

L	K	A	V	LKxA (m2) xV	C= 7.653,35 €
0,90	0,20	131,20	648,15	C= 2	

O valor da compensação ao Município será de **7.653,35 €** (*Sete mil seiscentos e cinquenta e três euros e trinta e cinco cêntimos*). ----

O presente pedido de alterações à licença, da operação de loteamento titulada pelo alvará de loteamento n.º 23/87, respeita os parâmetros de dimensionamento definidos no ponto 3 do artigo 12.º do Plano Director municipal de Chaves, no que respeita ao estacionamento a exigir (lugares privados situados no interior do lote), uma vez que o lote possui área de logradouro superior à necessária para albergar os referidos lugares de estacionamento exigidos.

No que respeita aos lugares de estacionamento públicos a exigir, resultantes do aumento da área de construção no lote n.º 4, uma vez que o Plano Director Municipal de Chaves sobre esta matéria nada refere, estes serviços consideram o estipulado na Portaria 216-B/2008 de 3 de Março "O número total de lugares resultante da aplicação dos critérios anteriores é acrescido de 20 % para estacionamento público". -----

Considera-se, que do ponto de vista urbanístico, poderá ser dispensado o cumprimento das regras estabelecidas em matéria de estacionamento público a prever, pelo enquadramento na excepção prevista no n.º5<sup>3</sup> do no art.º 12 do Regulamento do P.D.M., pelo facto

<sup>2</sup> <sup>2</sup> E não existir previsão de localização, a nível de plano, de equipamentos e/ou espaços deste tipo neste local. -----

<sup>3</sup> **Artigo 12º - Áreas para estacionamento de veículos** -----  
 5 - O município poderá estabelecer para situações de excepção devidamente tipificadas, nomeadamente edifícios situados em centros



do alvará de loteamento inicial (alvará n.º 23/87) não ter previsto lugares de estacionamento públicos, estando materializado no local os passeios e arruamentos. As infra-estruturas urbanísticas presentes no local poderá ser considerada como pré-existência, pelo facto de se encontrarem consolidados os arruamentos no local e não ser possível criar materialmente os referidos lugares de estacionamento públicos. -----

De acordo com o preceituado no n.º 3 do artigo 27<sup>4º</sup> do Dec-Lei 555/99 de 16 de Dezembro alterado e republicado pela Lei n.º 60/07 de 4/09, foram notificados os proprietários dos lotes n.º 1 a n.º 5 e o legal representante da administração do condomínio do lote n.º 6, para virem a processo no prazo de 10 dias dizer o que lhe oferecer no prazo de 10 dias, informando-se que o pedido de alterações às condições de licença da operação de loteamento, titulado pelo alvará n.º 23/87, se encontra disponível para consulta nestes serviços (Divisão de Gestão Territorial), conforme a informação técnica datada de 13/02/09. -----

Ultrapassados os 10 dias concedidos, não ocorreu oposição escrita de nenhum dos proprietários dos restantes lotes, pelo que, as alterações às condições de licença da operação de loteamento, pode ser aprovada. -----

#### **CONSIDERAÇÕES DO PARECER:** -----

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 com a redacção dada pela Lei n.º 60/2007 de 4/09, não ocorreu oposição escrita por parte de nenhum proprietário no prazo de 10 dias, após o gestor de procedimento ter procedido à sua notificação. -----

Considerando que deverá ser liquidado o valor de 7.653,35 € (*Sete mil seiscentos e cinquenta e três euros e trinta e cinco cêntimos*) pelo proprietário do lote n.º 4, correspondentes à compensação ao município pelas áreas não cedidas para os fins devidos, resultantes do pedido de alteração à licença; -----

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 com a redacção dada pela Lei n.º 60/2007 de 4/09, o pedido de alterações à licença em análise, fica dispensada de Consulta Pública, uma vez que não excede nenhum dos três limites definidos naqueles artigos, designadamente: -----

- 4 ha; -----

- 100 Fogos; -----

---

históricos ou núcleos antigos das povoações, a dispensa do cumprimento das disposições constantes dos números anteriores. -----

<sup>4</sup> Artigo 27.º -----

#### **Alterações à licença** -----

1 – A requerimento do interessado, podem ser alterados os termos e condições da licença. -----

2 – A alteração da licença de operação de loteamento é precedida de consulta pública quando a mesma esteja prevista em regulamento municipal ou quando sejam ultrapassados alguns dos limites previstos no n.º 2 do artigo 22.º -----

3 – Sem prejuízo do disposto no artigo 48.º, a alteração da licença de operação de loteamento não pode ser aprovada se ocorrer oposição escrita da maioria dos proprietários dos lotes constantes do alvará, devendo, para o efeito, o gestor de procedimento proceder à sua notificação para pronúncia no prazo de 10 dias.(...) -----

- 10% da população do aglomerado urbano em que se insere a pretensão; -----

Considerando que são respeitados os parâmetros urbanísticos no que se refere ao índice de construção; -----

Considerando que, no pedido objecto de análise, não se verificam violações às normas legais e regulamentares; -----

**PROPOSTA DE DECISÃO:** -----

Face ao exposto, sou a propor que seja adoptada a deliberação, de **deferir** o pedido de alterações às especificações do alvará de loteamento n.º 23/87; -----

Neste contexto, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1, do artigo 76.º, do DL n.º 555/99 de 16/12, alterado e republicado pela Lei n.º 60/2007 de 4/09, deve ser comunicado à requerente que dispõe do prazo de um ano, para requerer formalmente a emissão do Aditamento ao Alvará de Loteamento n.º 23/87 (sob pena de caducidade desta deliberação, conforme previsto no n.º 2 do artigo 71.º do mesmo diploma legal), devendo para o efeito instruir o seu pedido com os elementos mencionados no n.º 1, do artigo 2.º, da Portaria n.º 216-E/2008 de 03/03, designadamente: -----

- Planta de síntese da operação de loteamento em base transparente (5 exemplares). -----

- Descrição pormenorizada dos lotes com indicação dos artigos matriciais de proveniência; -----

- Actualização das certidões da conservatória do registo predial anteriormente entregue, no caso de estas não se encontrarem válidas. Mais se informa que pela emissão do aditamento ao alvará deverão ser liquidadas as correspondentes taxas previstas pelo artigo 117.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pela Lei n.º 60/2007 de 4/09, as quais se encontram estabelecidas no n.º 2, do artigo 45.º, do "Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação e tabela de taxas e licenças Devidas pela Realização de Operações Urbanísticas"; -----

Após a emissão do referido título de aditamento ao alvará deverão ser cumpridas as formalidades de publicidade previstas no artigo 78.º do diploma legal retro citado, bem como proceder à comunicação oficiosa à Conservatória do Registo Predial, para efeitos de averbamento, conforme previsto no n.º 7, do artigo 27.º, do diploma legal mencionado. -----

É tudo o que me cumpre informar. -----

À Consideração Superior. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/08/14.** -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/08/17.** -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**2.2. LOTEAMENTO URBANO - APRESENTAÇÃO DE ELEMENTOS - FLAVITUR S.A. - SITO NO ALTO DA COCANHA - FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE -**

**CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DO ARQUITECTO LUÍS MIGUEL FERREIRA SANTOS, DATADA DE 2009/08/17. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**INTRODUÇÃO -----**

A presente informação técnica vem no seguimento da consulta à Divisão Sub-Regional de Vila Real - CCDRN, sobre o pedido de licença para a realização da operação de loteamento em terreno de Domínio Hídrico, relativa ao processo n.º 7/00, sito no Alto da Cocanha, na freguesia de Santa Cruz/trindade em Chaves, promovido pela Flavitur - Sociedade de Empreendimentos da região de Chaves, S.A. -----

**ANTECEDENTES -----**

Em 11/09/2000, esteve presente em Reunião de Câmara a informação técnica, que propôs aprovação da divisão fundiária do pedido de licenciamento da operação de loteamento, na qual foi deliberado concordar com a mesma. -----

Em 13/07/2007, a quando do pedido de emissão do alvará de loteamento, a promotora através do requerimento n.º 2166/07, apresenta exposição relativa à licença de utilização do domínio hídrico a ser emitida pela Divisão Sub-Regional de Vila Real - CCDRN. Da análise da exposição apresentada, foi solicitado o competente parecer à referida entidade. -----

Em 12/09/2007, a Divisão Sub-Regional de Vila Real - CCDRN em resposta ao solicitado, emite parecer favorável que se anexa a esta informação, nas condições expressas no ponto IV e V da autorização de utilização dos recursos hídricos. -----

Na sequência do parecer da CCDRN, a Divisão de Gestão Territorial convocou uma reunião, onde estiveram presentes o representante da promotora e os técnicos autores dos projectos, no qual ficou estabelecido que a requerente deveria apresentar nova planta de síntese e fichas de todos os lotes, com as indicações expressas no parecer supracitado e as referidas por estes serviços. -----

A estratégia procedimental acordada e a adoptar foi a seguinte: ----

- A requerente deverá apresentar nova planta de síntese da divisão fundiária, resultante do parecer da CCDRN e das indicações destes serviços; -----

- Após ser deliberado aprovar a nova planta de síntese, será emitido o título do alvará de loteamento, fazendo parte integrante do mesmo a referida planta. -----

**ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----**

No regime jurídico -----

As alterações à planta de síntese aprovada em reunião de câmara de 11/09/2000, enquadram-se nos termos do artigo 21º Decreto-Lei 555/99, de 16/12 alterado e republicado pela Lei n.º 60/01 de 4/09.

Nas disposições do Plano Director Municipal -----

Segundo a Planta de Ordenamento 34ª do Plano Director Municipal de Chaves, o prédio insere-se na categoria de espaço da classe 1 (Espaços urbanos e urbanizáveis), na Categoria 1.1 (Cidade de Chaves): -----

Segundo a Planta de Condicionantes n.º 34A do Plano Director Municipal de Chaves, sobre o prédio impende uma servidão ou restrição de utilidade pública - linha de água. -----

Verifica-se o cumprimento do Plano Director Municipal e do estudo do Plano de Urbanização de Chaves, usado para o efeito de limitação das zonas previstas no n.º1 do artigo 73.º do Regulamento do P.D.M. ----

**ANÁLISE DA PRETENSÃO -----**

Conforme o anteriormente referido a promotora apresenta através do requerimento n.º 197/09 datado de 27/01/09, nova planta de síntese e fichas de lotes, conforme o acordado em reunião promovida por estes serviços. -----

Por lapso, à data da entrada dos elementos referidos no parágrafo anterior, não foi elaborada qualquer informação técnica sobre os mesmos. -----

Foi detectado um erro de impressão no quadro sinóptico da planta de síntese 2H e nos muros limites dos lotes n.º 7 a n.º 13 representados nas fichas. A requerente apresenta em sede de atendimento ao público no dia 12/08/09, a planta de síntese e as fichas de lotes corrigidas. -----

As alterações introduzidas vêm na sequência das condições expressas no parecer emitido pela Divisão Sub-Regional de Vila Real - CCDRN, nas quais refere que não é permitida qualquer construção a menos de 5 metros da linha de água, com excepção dos arruamentos e dos lugares de estacionamento, como também não é autorizada vedação nos lotes n.º 7 a n.º 13, n.º 27 e n.º 28. -----

Uma vez que não é permitido a construção de muros de vedação a menos de 5 metros da linha de água, os lotes n.º 8 e n.º 28 sofreram um ajustamento do limite do seu perímetro, nomeadamente na confrontação poente com a referida linha de água para a faixa dos 5 metros, como também de igual forma nos lotes n.º 7 e n.º 27 mas na confrontação a nascente, o que à necessidade de redimensionar as áreas dos lotes n.º 7 a n.º 13 e no lote n.º 27 e 28. -----

No que respeita ao lote n.º 156, foi aprovado em reunião de câmara de 1980, sob licença n.º 696, a construção de uma unidade industrial com cave, rés-do-chão e andar com área de 1687,11m<sup>2</sup> geometricamente coincidente com o limite da construção. Na planta de síntese aprovada em 11/09/2000, a construção situada do lote n.º 155 de carácter habitacional é geminada à referida unidade industrial. ----

Pelo motivo da construção contígua à unidade industrial ser habitacional, estes serviços sugeriram o seguinte: -----

- Existir um afastamento mínimo de 3 metros da edificação industrial, à extrema do lote n.º 155; -----

- A implantação da edificação no lote n.º 155, deverá estar afastada no mínimo a 4m à extrema do mesmo, conforme os restantes lotes de habitacionais; -----

- A configuração geométrica da implantação da construção no lote n.º 155, que resulta dos afastamentos mínimos à extrema propostos por estes serviços, altera a finalidade que a requerente pretendia alcançar, sugeriu-se então a divisão do mesmo lote n.º 155 em dois. -

As alterações enunciadas anteriormente e retratadas na nova planta de síntese, resultaram no redimensionamento da área dos lotes n.º 7 a n.º 13 e dos lotes n.º 27 e n.º 28, como também a criação de mais um lote, passando a unidade industrial a pertencer ao lote n.º 157 e o lote n.º 155 subdividir-se em dois, passando a existir o lote n.º 155 e n.º 156 com a finalidade habitacional, o que leva por sugestão destes serviços a criação de mais um fogo. -----

As modificações levadas a efeito no lote n.º 155, resultam na diminuição das áreas totais de implantação e de construção e aumento de um fogo, mantendo inalteráveis as restantes especificações da planta de síntese, aprovada em reunião de câmara de 11/09/2000. ----

A área total de construção contabilizar para efeitos do cálculo do índice de construção diminui de 108.160,00m<sup>2</sup> para 107.203,00m<sup>2</sup>,

podendo-se concluir que continua a respeitar preceituado no n.º1 do artigo 73.º do Regulamento do P.D.M. -----  
 No que concerne ao dimensionamento das parcelas de terreno destinadas à rede viária, espaços verdes e de utilização colectiva, equipamentos e às áreas de cedência ao município, resultantes das alterações à planta de síntese aprovada verifica-se o seguinte: ----  
 Áreas de cedência constantes na planta de síntese aprovadas em reunião de câmara de 11/09/2000. -----

- Área total do terreno	110.775,00m2
<hr/>	
- Espaços de circulação	38.390,00m2
<hr/>	
- Espaços verdes e de utilização colectiva	8.747,00m2
<hr/>	
- Equipamentos	1.126,00m2

Da leitura do artigo n.º 4 do artigo 20.º do regulamento do Plano Director Municipal, sobre o dimensionamento das parcelas de terreno destinadas a espaços de circulação, espaços verdes e de utilização colectiva e a equipamentos, é considerado para o cálculo das referidas parcelas a área bruta de construção. Pelo facto da área bruta de construção proposta ser inferior à aprovada, considera-se não haver lugar ao aumento das áreas destinadas às parcelas enunciadas. -----

No que respeita ao regime de cedências em loteamentos de acordo com o n.º 2 do artigo 21.º do regulamento do Plano Director Municipal, relativamente ao dimensionamento das áreas de cedência que devam integrar o domínio público municipal, à semelhança do parágrafo anterior é considerado para o cálculo das mesmas a área bruta de construção e a área do terreno. De igual modo e pelo facto da área bruta de construção proposta ser inferior à aprovada, considera-se não haver lugar ao aumento das áreas anteriormente enunciadas. ----

As alterações a introduzir respeitam os parâmetros de dimensionamento definidos no ponto 3 do artigo 12.º Plano Director municipal de Chaves, no que respeita ao estacionamento a exigir, uma vez que o lote n.º 155 e 156 possuem garagem e área de livre no interior do lote para albergar os 3 e 2 lugares respectivamente, que resultam da aplicação do referido artigo. -----

#### **CONSIDERAÇÕES DO PARECER** -----

Considerando que, a requerente tem legitimidade para efectuar as alterações à divisão fundiária, conforme documentos presentes no processo administrativo; -----

Considerando que a requerente acolheu as considerações do parecer emitido pela CCDRN e propostas por estes serviços, na reunião levada a efeito com o representante da promotora e os técnicos autores do projecto; -----

Considerando que as alterações introduzidas, não condicionam o aumento das áreas de cedência para integração no domínio municipal; Considerando que são respeitados os parâmetros urbanísticos no que se refere ao índice de construção; -----

Considerando que, no pedido objecto de análise, não se verificam violações às normas legais e regulamentares; -----

**PROPOSTA DE DECISÃO -----**

Face ao exposto, propõe-se ao Executivo que delibere aprovar a nova planta de síntese com as alterações acima referidas, mantendo inalteráveis as restantes especificações da divisão fundiária aprovada em reunião de câmara de 11/09/2000. -----

Neste contexto e conforme o referido na informação técnica de 23/06/09, consta no processo todos os elementos para que se possa emitir o respectivo título, caso venha a ser deliberado aprovar a nova planta de síntese (desenho n.º 2H), deverá a mesma fazer parte integrante do alvará de loteamento pretendido. -----

Deverá ainda o requerente dar cumprimento às condições expressas no ponto IV, do parecer emitido pela CCDRN de 10/09/07. -----

À consideração Superior -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/08/17. -----**

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/08/17. -----**

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**2.3. LOTEAMENTO "A" - PEDIDO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO TITULADAS PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 11/2001 - ANTEROS COMERCIAL - SOCIEDADE COMERCIAL S.A. - SITO NA QUINTA DA ESTAÇÃO - FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA SRA. ENGENHEIRA CIVIL CONCEIÇÃO FERNANDES REI DATADA DE 2009/08/17. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**1-INTRODUÇÃO -----**

A sociedade anónima, Anteros Comercial, na qualidade de titular do alvará de loteamento n.º 11/2001, através do requerimento registado no Departamento de Planeamento e Desenvolvimento com o n.º 781/09, solicitou a recepção definitiva das obras de urbanização tituladas pelo alvará de loteamento n.º 11/2001. -----

**2- ANTECEDENTES -----**

Em reunião de câmara de 06-08-2009, sob proposta da informação técnica de 24-07-2009, foi deliberado pelo Executivo: -----

-Receber definitivamente as obras de urbanização, inerentes aos arruamentos, rede de abastecimento de água, drenagem de águas residuais domésticas e pluviais e deposição de resíduos sólidos, orçadas no montante de 114 088,47 € -----

-Receber provisoriamente os Acessos às garagens e os passeios, orçados no montante de 1 795,67 € e 7 541,83 €. -----

-Receber definitivamente as obras de Electricidade, orçadas no montante de 70 337,38 €. -----

**3-PARECER -----**

Presentemente já consta no processo o parecer da Divisão de Abastecimento Público, relativo à recepção definitiva das obras de Telecomunicações (Informação N.º 071/DAP/09, datada de 12-08-2009) e o parecer da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, relativo à

redução de caução dos trabalhos inerentes à Valorização Paisagística (Informação nº 53/DASU/2009, de 07-08-2009). -----

#### **4-PROPOSTAS DE DECISÃO -----**

Tendo em consideração o referido no anterior capítulo, propõe-se ao Executivo que adopte as seguintes resoluções: -----

4.1-Que, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 50º do Decreto-Lei nº 448/91, de 29/11, na sua versão final, a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de recepção definitiva das obras de Telecomunicações, orçadas no montante de 20 220,20 €. -----

4.2-Que, nos termos do disposto na alínea b) do nº 3 do artigo 24º do diploma legal acima referido, a Câmara Municipal delibere reduzir o valor da caução inerentes aos trabalhos de Valorização Paisagística, orçados no montante de 6 504,32€. -----

4.3-Na sequência da deliberação camarária que recair sobre a presente informação técnica, dever-se-á comunicar ao Banco Predial Português, S.A, que a garantia bancária N/Nº551.100143522, actualmente válida para o montante de 13 701,12 €, poderá ser reduzida para o valor de € 5 191,51 = 4 241,00<sup>5</sup> + 0,10 x (3/5 x 6 504,32<sup>6</sup> + 3/5 x 9 337,50<sup>7</sup>). -----

4.4-Notificar a promotora do empreendimento do teor das resoluções tomadas pelo Executivo, relativamente ao pedido de recepção definitiva das obras de urbanização, bem como dar-lhes a conhecer o teor dos pareceres mencionados na presente informação técnica. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/08/17. -----**

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/08/17. -----**

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### **3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO**

**3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR, EM REGIME DE TEMPO INTEIRO, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ARQT. CASTANHEIRA PENAS. -----**

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º 4 - -----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----**

**3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, ENG. CONCEIÇÃO MARTINS, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS. -----**

<sup>5</sup> (Electricidade em falta) -----

<sup>6</sup> (Valorização Paisagística) -----

<sup>7</sup> (2/3 x 1 795,67 (Acessos aos lotes) + 2/3 x 7 541,83 (Passeios). --

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º 5 -

-----  
**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

**VII**  
**OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:**

**1- URBANIZAÇÃO**

**1.1. LIGAÇÃO RODOVIÁRIA ENTRE A E.M. 506 E O IP3(A24) - NÓ DO PARQUE EMPRESARIAL DE CHAVES - AUTO DE MEDIÇÃO N°03/DE/2009.** -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o auto de Medição n°03/DE/2008, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Socorpena - Construção e Obras Públicas, Lda., no valor de 326.086,14 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais:-----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS,ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 14/08/2009.** ----

Visto. -----

**DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2009.08.17.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 326.086,14 €, (Trezentos e vinte e seis mil e oitenta e seis euros e catorze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

**1.2. ROTUNDA NO ENTRONCAMENTO DA AV. DUARTE PACHECO E AV. D. JOÃO I - AUTO DE MEDIÇÃO N°02/DE/2009.** -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o auto de Medição n°02/DE/2009, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Anteros Empreitadas S.A., no valor de 60.297,18 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais:-----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS,ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 17/08/2009.** ----

Visto. -----

**DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2009.08.17.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 60.297,18 €, (Sessenta mil, duzentos e noventa e sete euros e dezoito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

**1.3. ARQUIVO MUNICIPAL DE CHAVES - AUTO DE REVISÃO DE PREÇOS N°01/DE/2009.** -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o auto de Revisão de Preços n°1/DE/2009, da empreitada em epígrafe, cujo



adjudicatário é a firma, Santana & Companhia S.A., no valor de 11.338,71 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 05/08/2009. ----**

Visto. -----

**DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2009.08.17. -----**

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

#### **1.4. MERCADO DE GADO DE CHAVES E ARRANJOS EXTERIORES - AUTO DE MEDIÇÃO Nº22/DE/2009. -----**

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o auto de Medição nº22/DE/2009, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, José Moreira & Filhos, Lda., no valor de 1.166,36 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 06/08/2009. ----**

Visto. -----

**DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2009.08.17. -----**

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 1.166,36 €, (Mil cento e sessenta e seis euros e trinta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

#### **1.5. MERCADO DE GADO DE CHAVES E ARRANJOS EXTERIORES - AUTO DE MEDIÇÃO Nº23/DE/2009. -----**

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o auto de Medição nº23/DE/2009, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, José Moreira & Filhos, Lda., no valor de 54.227,90 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 06/08/2009. ----**

Visto. -----

**DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2009.08.17. -----**

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 54.227,90 €, (Cinquenta e quatro mil, duzentos e vinte e sete euros e noventa cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

#### **1.6. PAVIMENTAÇÃO DA LIGAÇÃO DA A24 ALTO DA COCANHA - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA. -----**

Foi presente a informação nº189/DE/2009, da Técnica Responsável, Eng<sup>a</sup> Fernanda Serra, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra para todos os efeitos legais: -----

**A - Antecedentes** -----

1. A Câmara Municipal de Chaves abriu concurso público tendo como objecto a adjudicação da empreitada "Pavimentação da Ligação A24 - Alto da Cocanha". -----
  2. De harmonia com a deliberação camarária, do dia 22 de Janeiro de 2009, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Higino Pinheiro & Irmão, Lda" a execução da referida empreitada. -----
  3. O acto adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, outorgado perante o oficial público da Autarquia em 27 de Fevereiro de 2009. -----
  4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 526.489.48€ (Quinhentos e vinte e seis mil, quatrocentos e oitenta e nove euros e quarenta e oito cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: -----
- Tipo de Empreitada: Série de Preços; -----
- Prazo de execução da obra: 150 dias a contar da consignação dos trabalhos, cujo auto data de 30 de Março de 2009. -----

**B - Do requerimento e sua análise** -----

1. O empreiteiro vem, através de requerimento que deu entrada nos serviços de expediente geral deste município com o n.º 12618 em 13 de Agosto de 2009, solicitar a prorrogação do prazo de execução em 120 dias, alegando para o efeito as seguintes razões: -----
- As expropriações necessárias para o desenvolvimento da obra ainda não estão totalmente concluídas. -----
2. Após análise da pretensão, verifica-se que: -----
- De facto, os termos burocráticos das expropriações ainda estão a decorrer, existindo, no entanto troços da obra e trabalhos que podem ser executados, independentemente deste factor. -----
  - O atraso que ocorreu no início dos trabalhos não se deveu a esta condicionante. -----

**C - Da Proposta** -----

Face ao descrito no ponto anterior propõe-se de acordo com o previsto de acordo com o ponto nº2 do art.13º do Decreto-Lei nº 6/2004 de 6 de Janeiro, que seja concedida uma prorrogação do prazo de execução da empreitada, nos seguintes termos: -----

- 30 dias de prorrogação legal do prazo de execução. -----
- 90 dias de prorrogação graciosa do prazo de execução da empreitada, sem direito a qualquer acréscimo na revisão de preços. -

À consideração superior -----

Divisão de Empreitadas, 17 de Agosto de 2009. -----

Fernanda Maria D.B.M. Serra, Eng.<sup>a</sup> Civil -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F. CARNEIRO, DE 17/08/2009. ---**

Visto. Concorde com o proposto. À consideração do Sr. Vice Presidente. -----

**DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2009.08.17. -----**

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

- 2- SANEAMENTO E SALUBRIDADE
- 3- HIGIENE PÚBLICA
- 4- CEMITÉRIOS
- 5- PROTECÇÃO CIVIL
- 6- DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO
- 7- COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES
- 8- DEFESA DO MEIO AMBIENTE
- 9- CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES
- 10- SEGURANÇA PÚBLICA
- 11- ILUMINAÇÃO PÚBLICA
- 12- TERMAS
- 13- ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

## VIII EXPROPRIAÇÕES

**1. EXECUÇÃO DA EMPREITADA DENOMINADA "PAVIMENTAÇÃO DA LIGAÇÃO DA A24/ALTO DA COCANHA". - RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 06/08/2009, QUE ADOPTOU A RESOLUÇÃO DE REQUERER A UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO DAS PARCELAS DE TERRENO INDISPENSÁVEIS À CONCRETIZAÇÃO DO REFERIDO PROJECTO. PROPOSTA Nº 77/GAPV/09. -----**

Foi presente a proposta identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**I - Antecedentes e Justificação. -----**

**1** - Ao abrigo da competência que lhe está legalmente confiada pela alínea c), do nº 7, do artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5 - A/2002 de 11 de Janeiro, o executivo camarário em sua reunião ordinária realizada no passado dia 06 do corrente mês de Agosto, deliberou propor a "Declaração de Utilidade Pública" (DUP), para efeitos de expropriação, de uma parcela de terreno indispensável à concretização da obra pública "**Pavimentação da Ligação da A24/Alto da Cocanha**". -----

**2** - A Proposta Nº72/GAPV/09, sobre a qual foi tomada a deliberação da resolução de expropriar uma parcela de terreno indispensável à concretização da aludida obra, era acompanhada, entre outros documentos, pelo "Mapa de Expropriações", contendo os elementos previstos nas alíneas b), c) e d) do nº1 do Artigo 10º do Código das Expropriações. -----

**3** - Em plena execução do projecto da aludida empreitada, constatou-se ser imprescindível a ocupação de mais três parcelas de terreno,

de forma a assegurar-se a boa execução técnica da referida obra, parcelas essas que não constam do aludido mapa de expropriações e, conseqüentemente, não se encontram abrangidas pela citada deliberação camarária e respectiva resolução de expropriar. -----

**4** - Neste enfoque, assiste-se à necessidade de proceder à rectificação da deliberação tomada pelo executivo camarário em sua reunião de 06 de Agosto de 2009, no sentido da resolução de expropriar vir a incidir sobre mais três parcelas de terreno - parcelas nºs 2,3 e 4 -, bens imóveis necessários para a execução do projecto em causa e que deverão, também, ser objecto do procedimento expropriativo, passando a constar do "Mapa de Expropriações" devidamente rectificado, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, e que se anexa à presente Proposta, no qual se encontram mencionados os seguintes elementos, face ao Artigo 10º do Código das Expropriações, tidos como essenciais, a saber: -----

- a)** Identificação dos bens a expropriar, com referência ao número atribuído às parcelas de terreno, área, respectiva situação por freguesia, inscrição matricial e descrição na Conservatória; -----
- b)** Identificação dos proprietários, pelo nome e morada; -----
- c)** Estimativa dos encargos com a expropriação dos bens imóveis em causa; -----
- d)** Previsão em instrumento de gestão territorial para os imóveis a expropriar e para a zona da sua localização. -----

## **II - Da Proposta em Sentido Estrito.** -----

- Considerando os elementos fundadores anteriormente evidenciados, indissociáveis da determinação da causa de utilidade pública que está na génese da concretização do projecto/obra pública em questão, devidamente explicitados na Proposta Nº72/GAPV/09, que se dão aqui por integralmente reproduzidos; -----

- Considerando que, nos termos do disposto na alínea c), do nº 7, do artigo nº. 64, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal, propor, nos termos da lei, a declaração de utilidade pública, para os efeitos de expropriação, não sendo, tal competência, susceptível de delegação no Presidente da Câmara. -----

Assim, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário que adopte deliberação no sentido de: -----

**a)** Ao abrigo do disposto no Artigo 10º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei nº. 168/99, de 18 de Setembro, seja adoptada resolução de requerer a declaração de utilidade pública da expropriação - D.U.P. -, enquanto acto preparatório indispensável à obtenção da D.U.P., junto do membro do governo competente, com vista à disponibilização de mais três parcelas de terreno, identificadas com os números 2, 3 e 4, necessárias à execução da obra denominada **"Pavimentação da Ligação da A24/Alto da Cocanha"**, anexando-se, para o efeito, o "mapa de expropriações", com a identificação das mesmas; -----

**b)** Por último, caso a presente proposta venha a merecer acolhimento por parte do Executivo Camarário, deverá, o Presidente da Câmara, em sede de execução de tal decisão, notificar os interessados conhecidos, por carta registada com aviso de recepção, da resolução de requerer a utilidade pública da expropriação, no cumprimento do disposto no nº. 5, do citado artigo 10º, do C.E., a qual deverá incluir proposta de aquisição, por via de direito privado, no valor expresso no mapa de expropriações supra citado; -----

c) No caso de decisão favorável, dever-se-á remeter a presente proposta ao Departamento de Administração Geral - Sector de Contratos, Expropriações e Apoio ao Notariado -, para ulterior operacionalização. -----

Chaves, 3 de Agosto de 2009. -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----

**Em Anexo:** -----

- Mapa de Expropriações; -----

- Plantas Parcelares; -----

- Cópia das descrições da Conservatória; -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

## IX

### DIVISÃO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO

## X

### DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

## XI

### FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

#### 1. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS. INFORMAÇÃO/PARECER N.º 53/DAG/09. -----

Foi presente a informação identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Na sequência do despacho praticado pelo Vice-Presidente da Câmara, Arq. António Cabeleira, de 4 de Agosto último, o qual recaiu sobre a informação produzida pela Divisão de Abastecimento Público, de 24 de Julho de 2009, e relativa à eventual prorrogação dos efeitos do contrato de prestação de serviços celebrado com a empresa "AGS", solicitando a intervenção do Departamento de Administração Geral em vista ao esclarecimento e clarificação da estratégia procedimental a adoptar sobre o assunto, cumpro-me informar o seguinte: -----

**1** - Na precedência de concurso público, veio a ser celebrado com a Empresa "AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, SA, um contrato de prestação de serviços tendo como objecto a operação, manutenção e conservação de Estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais. -----<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Saliente-se que o procedimento adjudicatório que esteve na génese da celebração do contrato de prestação de serviços tendo como objecto os serviços de operação, manutenção e conservação de estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais teve início em 3 de Julho de 2008, desenvolvendo-se toda a sua tramitação procedimental à luz do então em vigor D.L. n.º 197/99, de 8 de Junho. -----

De acordo com as disposições transitórias previstas, sobre a matéria, no artigo 16 do Código dos Contratos Públicos, diploma que entrou em vigor no pretérito dia 30 de Julho de 2008, o mesmo só é

**2** - O aludido contrato veio a ser formalizado, por escrito, em 18 de Agosto de 2008, nos termos da proposta apresentada pela firma adjudicatária e de acordo com as condições de execução do contrato emergentes do Caderno de Encargos que deu suporte ao correspondente procedimento adjudicatório. -----

**3** - Do clausulado do aludido contrato, em vista ao esclarecimento da matéria ora em apreciação, importa destacar a consagração das seguintes condições contratuais: -----

a) Duração do contrato: O contrato de prestação de serviços em causa tem a duração de doze meses, começando o mesmo a produzir os seus efeitos na data da sua celebração; -----

b) Preço e condições de pagamento: O encargo total estimado para o presente contrato é de € 180.913.97, sendo € 150.761.64 referentes ao valor da prestação de serviços e € 30.152.33, relativos ao valor do IVA; -----

c) Renovação do contrato: O contrato em causa é susceptível de renovação por sucessivos períodos de um ano até ao limite de três anos. No entanto, a eventual prorrogação dos efeitos do contrato, nos termos anteriormente configurados, deverá ser comunicada, pelo Município de Chaves, ao cocontratante privado até sessenta dias do termo do contrato e ou da prorrogação em vigor; -----

d) Revisão de Preços: O contrato em apreciação contempla, na sua cláusula 5ª, um regime de revisão de preços, sendo certo que os preços da prestação de serviços objecto do contrato serão, anualmente, actualizados desde que o valor da actualização exceda o valor de 2%. -----

**4** - Neste contexto, em face das condições de execução do contrato plasmadas no seu clausulado, o mesmo é susceptível de ser prorrogado por sucessivos períodos de um ano, até ao limite de três anos. -----

**5** - Sendo certo que a eventual prorrogação dos feitos do contrato deverá ser comunicada ao cocontratante privado até sessenta dias do seu termo ou da prorrogação em vigor, ou seja, no caso individual e concreto, com a antecedência de sessenta dias relativamente a 18 de Agosto de 2009, data na qual perfaz um ano de duração do contrato e causa. -----

**6** - Assim, considerando a avaliação claramente positiva feita pela Divisão de Abastecimento Público sobre as condições de execução do contrato em causa por parte da firma prestadora, apontando a mesma, de forma inequívoca, para a prorrogação dos seus efeitos por mais um

---

de aplicar aos procedimentos iniciados após a data da sua entrada em vigor e à execução dos contratos que revistam a natureza de contrato administrativo celebrados na sequência de procedimentos de formação iniciados após essa data. -----

Por outro lado, nos termos do disposto no nº2, da mesma disposição legal, o Código dos Contratos Públicos não deverá ser aplicado a prorrogações, expressas ou tácitas, do prazo de execução das prestações que constituem o objecto de contratos públicos cujo procedimento tenha sido iniciado previamente à data de entrada em vigor daquele. -----

No caso sub-judice, e na senda das razões anteriormente expostas, a eventual decisão administrativa consubstanciada na prorrogação dos efeitos do contrato de prestação de serviços por mais um ano, nos termos do clausulado do respectivo contrato, deverá ser analisada e enquadrada, sob o ponto de vista jurídico, à luz do regime legal estatuído no, actualmente, revogado D.L. nº 197/99, de 8 de Junho. -

ano, deverá tal unidade orgânica, por escrito, comunicar tal decisão ao cocontratante privado, nos termos e para os efeitos do disposto na cláusula 13ª do contrato. -----

**7** - Por último, considerando que a prestação de serviços em causa, bem como a minuta do respectivo contrato, veio a ser aprovada por deliberação do executivo camarário de 3 de Julho de 2008, a prorrogação dos efeitos do contrato, ora sugerida pela Divisão competente, deverá ser, previamente, sancionada pelo aludido órgão municipal. -----

**8** - Nesta conformidade, deverá este assunto, nos termos legais, ser agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo camarário, a ter lugar no dia 20 de Agosto do corrente ano, em vista à obtenção da necessária deliberação, sendo, salvaguardada, simultaneamente, a modificação orçamental necessária em vista ao reforço da respectiva rubrica por forma a contemplar os encargos emergentes da prorrogação dos efeitos do contrato em causa. -----

É tudo o que tenho a informar, de momento, sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

O Director de Departamento de Administração Geral -----  
(Marcelo Delgado) -----

**Em anexo:** Informação da DAP. -----

**C/ Conhecimento à DGFE.** -----

**DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2009.08.11.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## **2. PROCEDIMENTO CP 06/SA/09 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ESTABELECIMENTOS DO ENSINO BÁSICO. ---**

Foi presente a relatório identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Aos cinco dias do mês de Agosto do ano de dois mil e nove, pelas dez horas, no gabinete da Chefe de Divisão de Educação e Desporto, no Centro Cultural de Chaves, reuniu o júri designado para efeitos do presente procedimento - CP - 06/SA/09 -, constituído pelos seguintes membros: -----

- Presidente: Marcelo Caetano Martins Delgado, Director do Departamento de Administração Geral; -----

- 1º Vogal: Lídia Felisbela Pereira Pinto, Chefe da Divisão de Educação e Desporto; -----

- 2º Vogal: José Carlos dos Santos Silva, Coordenador Técnico. -----

A reunião teve por finalidade ponderar as eventuais observações apresentadas pelos concorrentes, em sede de audiência prévia dos interessados, nos termos do artigo 147º do Código dos Contratos Públicos, e proceder à elaboração do relatório final, conforme decorre do disposto no artigo 148º do mesmo Código. -----

I - Das alegações apresentadas em Sede de audiência dos interessados A empresa ITAU - Instituto Técnico de Alimentação Humana, S.A. veio, através de requerimento, via Vortal, com o registo de entrada nº 35310, de 31/07/09, e no exercício do direito do contraditório, apresentar as seguintes observações relativamente ao relatório preliminar, datado do pretérito dia 24 de Julho de 2009, muito concretamente, no que concerne à análise nele exarada e relativa às

propostas apresentadas pelos concorrentes AMIL - Lourenço e Nóbrega Restauração e Catering, Lda e UNISELF, S.A., a saber: -----

1."Concorrente UNISELF, S:A, detectamos que a mesma não responde correctamente ao Caderno de Encargos, nomeadamente ao artigo 7.º, ponto 14, onde é referido que para além do pessoal a colocar na cozinha central, deverá o concorrente colocar um total de cinco Empregada de refeitório distribuídas pelas unidades locais, a saber : -----

- Escola 1 Nogueira da Montanha - 1 Emp. refeitório -----
- Escola EBI de Anelhe - 1 Emp. refeitório -----
- Escola EBI de Águas Frias - 1 Emp. refeitório -----
- Escola EBI de Cinchaves - 2 Emp. Refeitório -----

3.Concorrente Lourenço e Nóbrega (AMIL), após análise da mesma verificamos que apresenta relativamente a encargos com pessoal valores demasiado baixos, mesmo quando comparados com os restantes concorrentes, à excepção da UNISELF que apresenta já por si um quadro de pessoal abaixo dos limites mínimos permitidos. -----

4.Esse facto reflecte-se na apresentação de um quadro de pessoal, em nossa opinião insuficiente, nomeadamente no respeitante ao número de elementos a colocar na cozinha central, pois apenas um cozinheiro e uma empregada de refeitório notoriamente pouco para confeccionar, acondicionar, higienizar e assegurar correctamente o serviço cumprindo as normas de HACCP. -----

8.Além de tudo isto verificamos igualmente que na descriminação dos factores que intervêm na determinação do preço da refeição conforme artigo 10.º do Programa de Procedimento, dado formal e obrigatório da proposta, existe um erro matemático com influência na apresentação do preço final da refeição. -----

9. Nessa conformidade, o valor apresentado pelo concorrente para encargos gerais e lucro (€ 0,06) é justificado como sendo 3,4% da sua proposta. No entanto verifica-se que 3,4 % do valor desta proposta (€ 1,49) não corresponde a esse valor mas sim a €0,05 logo gerando um erro no valor final no custo da refeição apresentado." --

- Em síntese, a firma, ora exponents, invoca, em defesa da sua posição subjectiva no âmbito do presente procedimento, os seguintes argumentos: -----

a)- A concorrente, UNISELF, S.A., não cumpriu o estipulado no n.º. 14, artigo 7º, parte II, do Caderno de Encargos que define o pessoal a colocar nas unidades locais; -----

b) A concorrente, AMIL - Lourenço e Nóbrega Restauração e Catering, Lda, apresenta: -----

1. Apenas duas funcionárias para a cozinha; -----

2. Um erro matemático num dos factores que contribuem para a determinação do preço da refeição. -----

II - Do dever de ponderação das alegações apresentadas pela firma exponents. -----

a)A concorrente UNISELF, S.A., além de não discriminar o pessoal pelas unidades locais, apenas mencionou quatro empregadas de refeitório, quando deveriam ser cinco, não cumprindo, assim, o estipulado no n.º. 14, art.º. 7º., parte II que diz o seguinte: -----  
Para além do pessoal a colocar na cozinha Central, de acordo com o n.º.previsto na proposta, são necessárias as seguintes empregadas de refeitório nas Unidades Locais: Nogueira da Montanha - 1; Anelhe - 1; Águas Frias - 1; Cinchaves - 2" -----



Consequentemente, a alínea b), nº. 2 do artº. 10º, do Programa de Procedimento refere, que na proposta os concorrentes devem indicar os seguintes elementos: -----

"Número e categoria dos trabalhadores a afectar para a confecção das refeições e para apoio nos Estabelecimentos de Ensino previstos no Caderno de Encargos". -----

Deste modo, o júri verificou ter cometido um lapso na análise feita da proposta em causa, e deliberou, por unanimidade, e nos termos consignados nos artigos 146º e 148º do Código dos Contratos Públicos, modificar o teor e as conclusões do relatório preliminar, no sentido de ser excluída a proposta apresentada pelo concorrente UNISELF, S.A. reconhecendo, agora, que tal proposta não dá integral cumprimento às condições de execução do contrato estatuídas no respectivo Caderno de Encargos, razão justificadora, nos termos legais, da sua exclusão. -----

b)A concorrente, AMIL - Lourenço e Nóbrega Restauração e Catering, Lda, apresenta: -----

1.Apenas duas funcionárias para a cozinha. O Caderno de Encargos não prevê a discriminação do número e categorias do pessoal da cozinha central e de acordo com a alínea b) do nº2 do artigo 11º (parte I) do referido Caderno de Encargos o número e categorias dos trabalhadores em serviço serão os indicados na proposta do adjudicatário de acordo com os rácios de pessoal/refeições e com as exigências previstas na legislação que regula o sector. -----

Por outro lado, nos termos da alínea b), do nº1, do artigo 71º do Código dos Contratos Públicos, uma proposta só é considerada anormalmente baixa quando seja 50% inferior ao preço base fixado, o que, no caso individual e concreto da proposta ora em apreciação, não se verifica. -----

2.Um erro matemático num dos factores que contribuem para a determinação do preço da refeição. Apesar de existir o referido erro matemático, o mesmo não aumenta o preço contratual proposto, razão pela qual tal facto não altera, do ponto de vista substantivo, a análise do mérito da proposta em causa, em sede de aplicação do critério de adjudicação pré-definido. -----

III - Da decisão final -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, o júri deliberou, por unanimidade, o seguinte: -----

a)Julgar parcialmente procedentes as alegações apresentadas pela Firma ITAU - Instituto Técnico de Alimentação Humana, S.A., em sede de audiência dos interessados, e consubstanciadas na exclusão da proposta apresentada pela concorrente UNISELF, S.A., em virtude da mesma desrespeitar o caderno de encargos; -----

b)Julgar improcedentes os argumentos apresentados pela firma exponente e associados à eventual exclusão da proposta apresentada pela firma AMIL - Lourenço e Nóbrega Restauração e Catering, Lda, não sendo os mesmos susceptíveis, nessa parte, de justificar a alteração do sentido de decisão perfilhado no relatório preliminar de vinte e quatro de Julho de dois mil e nove; -----

c)Tendo em conta a reapreciação das propostas determinada com base no dever de ponderação das alegações do critério de adjudicação fixado no artigo 7º do Programa do Concurso, o júri deliberou, por unanimidade, alterar a ordenação das propostas dos concorrentes constante no Relatório Preliminar, passando a sua ordenação definitiva a ser a seguinte: -----

		Preço Total
--	--	-------------

Concorrentes	Preço Unitário	
Lourenço & Nobrega - Restauração e Catering Lda	1,49 €	133 660,45 €
Itau, S.A.	1,70 €	152 498,50 €
SOLNAVE - Restaurantes e Alimentação, S.A.	1,72 €	154 292,60 €
ICA - Indústria e Comércio Alimentar, S.A.	1,82 €	163 263,10 €
Eurest (Portugal) Lda.	1,84 €	165 057,20 €

d)Atendendo às condições contratuais propostas pelos concorrentes, bem como à análise comparativa de preços indicados, e ao critério de adjudicação previamente definido, o júri deliberou, por unanimidade, manter a adjudicação ao concorrente "Lourenço & Nobrega - Restauração e Catering Lda.", pelo preço unitário de 1,49€/refeição, acrescido de IVA à taxa de 12%; -----

e) Nesta conformidade, o júri fixou o prazo de 5 dias em vista a dar cumprimento à promoção de nova audiência prévia dos interessados tendo como objecto o presente relatório final, tudo no termos do disposto no n.º 2 do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos. - Nada mais havendo a tratar, elaborou-se o presente relatório, o qual vai ser assinado pelos membros do júri. -----

O Júri, -----

(Marcelo Caetano, Dr.) -----

(Lídia Pinto, Dra.) -----

(José Carlos Silva) -----

**DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DR. JOÃO BATISTA DE 2009.08.07.** -----

Visto. Concorde. À reunião de câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com o Relatório Final supra. Proceda-se em conformidade com o teor do mesmo. Notifique-se. -----

### **3. CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO, EM REGIME DE SERVIÇO PÚBLICO, DA REDE DE TRANSPORTES COLECTIVOS URBANOS DE PASSAGEIROS, NA ÁREA DA SEDE DO CONCELHO DE CHAVES. RELATÓRIO DEFINITIVO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS PARA EFEITOS DE ADJUDICAÇÃO.** -----

Foi presente a relatório identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

#### **I - Introdução** -----

Aos sete dias do mês de Agosto de dois mil e nove reuniu, no Gabinete do Director de Departamento de Administração Geral do Município de Chaves, o júri responsável pela liderança e avaliação

das propostas patenteadas no âmbito do procedimento adjudicatório acima identificado, tendo como objectivo o seguinte: -----

a) Proceder à avaliação e ou ponderação das sugestões eventualmente apresentadas, durante a fase de audiência dos interessados, tendo por base o relatório preparatório de avaliação das propostas para efeitos de adjudicação, datado do pretérito dia catorze do mês de Julho do ano dois mil e nove, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa ao presente relatório final; -----

b) Ponderadas que sejam as eventuais sugestões apresentadas no âmbito da audiência dos interessados, tornar definitivo, para efeitos de adjudicação, o relatório preparatório retrocitado, propondo, agora, com carácter definitivo, a prática do acto adjudicatório ao Órgão Municipal competente. -----

## **II - Das sugestões apresentadas na fase de audiência dos interessados -----**

1. O relatório preparatório de avaliação das propostas para efeitos de adjudicação foi devidamente levado ao conhecimento de todos os concorrentes, expedindo-se, para o efeito, as competentes notificações, sendo-lhes concedido um prazo de 5 (cinco) dias úteis para virem ao processo dizer o que se lhes oferecer sobre o sentido de adjudicação nele perfilhado; -----

2. Nesta conformidade, as alegações a apresentar pelos concorrentes interessados, deram entrada, para ulterior ponderação por parte do júri, na plataforma electrónica "vortalgov" utilizada pelo Município, dentro do prazo definido para o efeito. -----

## **III - Das alegações apresentadas pelo "Consórcio Rodonorte - Santos", em sede de audiência dos interessados -----**

No sentido de tentar inverter o sentido de adjudicação plasmado no relatório preliminar elaborado pelo júri, em 14 de Julho de 2009, o consórcio interessado, ora alegante, invoca, em síntese, na defesa da sua posição subjectiva, no âmbito do presente procedimento, os seguintes argumentos: -----

1- No que diz respeito à documentação da candidatura, apenas este Consórcio entregou os seguintes documentos: -----

a) Certificado emitido por organismos independentes para a certificação da conformidade do prestador de serviços com as normas de garantia da qualidade; -----

b) Certificado de execução de transportes urbanos de passageiros; -

c) Quadro de pessoal afecto à exploração do serviço a concessionar; -----

d) Mecanismo de revisão da retribuição das partes e proposta de "Código de exploração de serviços"; -----

2 - Relativamente ao valor anual da renda variável a suportar pelo concorrente o Consórcio estabeleceu a atribuição de 65 % do valor acima da receita mínima, tendo obtido como classificação 1 ponto; a outra proposta aceite obteve a classificação de 2 pontos, para uma renda de 50% que não está correcto pois o valor da renda apresentada pelo Consórcio é superior e obteve menor pontuação; ----

3 - Relativamente ao material circulante, o consórcio apresenta o plano da carroçaria aprovado pelo IMTT, pelo que devia obter uma classificação superior; -----

4 - No currículo dos concorrentes, o consórcio comprovou a titularidade de concessões na área dos transportes urbanos; -----

5 - Na qualificação profissional, apenas o consórcio entregou um quadro com o número de efectivos a contratar; -----

6 - Relativamente aos indicadores económico-financeiros, apenas o consórcio consagra um período de 10 anos, prevendo o outro concorrente um período de 9 anos e quatro meses. -----

**IV - Do Dever de Ponderação das alegações apresentadas pela exponents** -----

Face às alegações apresentadas pela exponents cumpre proceder à sua apreciação no sentido de avaliar a sua pertinência para efeitos da fundamentação do presente relatório: -----

**1. Apreciação da alegação apresentada na alínea a) do nº 1, do ponto III** -----

Embora se reconheça, sem hesitação, que a proposta apresentada pela firma "Auto Viação do Tâmega, Lda.", não se encontra instruída com documento idóneo comprovativo da certificação, por organismo independente para a certificação da conformidade do prestador de serviços com as normas de garantia da qualidade, conforme o expressamente previsto no ponto IX), da alínea b), do nº 1, do artigo 14º do programa de concurso, não é menos verdade que da aludida proposta consta a auto vinculação do proponente à contratualização de tais serviços com entidade externa em vista à implementação de um "sistema de gestão da qualidade e ambiente", de acordo com as normas de referência, serviços esses que deverão estar concluídos no prazo máximo de 18 meses. -----

Reconhecida tal realidade associada à intenção revelada pela firma preponente, o júri não considerou tal facto como motivo idóneo de exclusão, pese embora ter atribuído ao concorrente "Auto Viação do Tâmega", nessa valência, a pontuação correspondente a 1 valor (um), ou seja - "satisfaz pouco". -----

Refira-se que o concorrente, ora exponents, obteve, nesse "item", a pontuação máxima, ou seja - "satisfaz plenamente" 4 (quatro) valores, razão pela qual não poderão, nesta matéria, ser consideradas pertinentes as alegações apresentadas. -----

Acresce que se a tese perfilhada pela exponents fosse também aplicada à proposta por si apresentada, facilmente se concluiria que a mesma, sendo formalizada sob a forma de consórcio, não se encontra instruída com o aludido certificado de conformidade emitido em nome de cada uma das empresas, mas apenas a empresa "Rodonorte, Transportes Portugueses, S.A.". -----

Tal facto não veio a comprometer, na perspectiva do júri, a atribuição da pontuação máxima à sua proposta. -----

**2. Apreciação da alegação apresentada na alínea b) do nº 1 e no nº 4 do ponto III** -----

Nos termos do disposto na alínea i) do numero 2, do artigo 19º, do Programa de Concurso, a não apresentação dos documentos previstos no ponto vi), da alínea b) do nº 1 do artigo 14º, não implica a exclusão da proposta. -----

Ora, a ausência do documento comprovativo aqui colocado em causa por parte da empresa exponents no processo de candidatura formulado pela empresa "Auto Viação do Tâmega", ou seja, - "listagem das concessões da mesma natureza da que é posta em concurso"-, prevista no ponto vi), da alínea b), do nº 1 do artigo 14º, embora constituindo um documento de apresentação obrigatória, não determina a exclusão da proposta, por força da aplicação do citado artigo 19º do programa de concurso. -----

**3. Apreciação da alegação apresentada na alínea c) do nº 1 e no nº 5 do ponto III** -----

No ponto 3, do documento apresentado pela empresa "Auto Viação do Tâmega" onde é descrita a história jurídica e funcional da empresa, consta, expressamente, um capítulo, denominado "recursos humanos", integrando o mesmo informação sobre os trabalhadores afectos ao quadro de pessoal da empresa, com a indicação das respectivas categorias profissionais, sendo tais elementos complementados, com a informação substantivada, para efeitos do contrato a celebrar, na previsão da afectação de mais 7 motoristas e um técnico de coordenação interno de serviço. -----

Neste contexto, os argumentos apresentados pela firma exponente não poderão ser acolhidos por parte do júri, no sentido da exclusão da proposta apresentada pela firma "Auto Viação do Tâmega, Lda.". -----

#### **4. Apreciação da alegação apresentada na alínea d) do nº1 do ponto III -----**

Relativamente a esta alegação, no documento exigido pelo Programa de Concurso, no seu artigo 14º, alínea b), parte XI "Estudo de Viabilidade Económico-Financeira", são elencados elementos passíveis de integrar o referido estudo. -----

O mapa incorporado no estudo de viabilidade económica e financeira, - página 25-, apresentado pela firma "Auto Viação do Tâmega", traduz, de forma inequívoca, -"a retribuição das partes"-, pelo que o júri entendeu aceitar o seu conteúdo como informação idónea para cumprimento do requisito exigido. -----

O júri do procedimento entendeu também que os elementos que instruíram o estudo de viabilidade económica e financeira foram suficientes para a sua apreciação, análise e valoração, pelo que, a ausência de apresentação da referida "Proposta de Código de Exploração dos Serviços", por parte da empresa "Auto Viação do Tâmega" não constitui, por si só, motivo de exclusão. -----

Por outro lado, e considerando que o artigo 12º do Caderno de Encargos prevê que no prazo máximo de uma semana a contar da data de comunicação do visto do Tribunal de Contas o "Código de Exploração dos Serviços" deverá ser apresentado, apreciado e aprovado pelo concedente, não vislumbra o júri do procedimento prejuízo significativo na sua não apresentação, nesta fase, para efeito de análise do mérito da aludida proposta de código, tanto mais que este apenas constitui uma componente do estudo de viabilidade económica e financeira no universo das restantes componentes. -----

Mais se refere que, o estudo de viabilidade económica e financeira apresentado pela "Auto Viação do Tâmega" não suscita dúvidas quanto ao rigor, consistência e fiabilidade do seu conteúdo, sendo que, para além de balanço e demonstrações previsionais, -documentos "pilar" que devem sustentar qualquer estudo de viabilidade económico financeira -, são ainda apresentados mapa demonstrativo dos "cash-flows" do investimento e respectivos "pay-back", segundo distintos critérios contabilísticos, valorizando e credibilizando as projecções apresentadas. -----

Refira-se, em reforço da tese acima perfilhada, que o esboço de "Proposta de Código de Exploração de Serviços" integrado no estudo de viabilidade económica e financeira apresentado pelo consórcio exponente, apenas se limita a reproduzir as condições gerais de execução do contrato, não constituindo, nesta medida, uma verdadeira proposta de "Código de Exploração de Serviços". -----

#### **5. Apreciação da alegação apresentada no nº 2 do ponto III -----**

Relativamente ao Valor anual da Renda Variável a suportar pelo concorrente no caso do volume de tráfego de passageiros a

transportar anualmente ser superior ao mínimo indispensável para o equilíbrio do resultado operacional da exploração, o "Consórcio Rodonorte-Santos" propõe-se pagar uma renda equivalente a 65% da receita obtida a partir de um tráfego anual de passageiros de 510.500; -----

Por outro lado, a "Auto Viação do Tâmega, Lda." propõe-se pagar uma renda equivalente a 50% da receita obtida a partir de um tráfego anual de passageiros que varia entre os 343.809 no ano 2011 e os 463.739 no ano 2017; -----

Ora, como facilmente se compreenderá, será mais vantajosa para o Município a proposta da "Auto Viação do Tâmega, Lda.", na medida em que, tendo por referência o valor correspondente ao tráfego anual de passageiros a partir do qual o concessionário fica obrigado a pagar renda (510.500 no caso do "Consórcio Rodonorte-Santos" e de 386.068<sup>9</sup> no caso da "Auto Viação do Tâmega, Lda."), se constata que a diferença do volume de tráfego é de 124.432 passageiros, a favor da "Auto Viação do Tâmega, Lda.". A receita resultante da percentagem incidente sobre o volume de tráfego de 124.432 passageiros supra-referido, equivale a um valor médio de 51.845€ de renda que o município poderá receber anualmente pela concessão do serviço. -----

Por outro lado, face a casos de concessões em exploração em cidades com características urbanas semelhantes da que é objecto do presente concurso (cidade de Chaves), o júri considera muito mais realista e alcançável o cenário dos volumes de tráfego estimados pela "Auto Viação do Tâmega, Lda." do que o "Consórcio Rodonorte-Santos", o que, num padrão de mobilidade predominante nas cidades portuguesas de pequena/média dimensão, equivale a dizer que o cenário proposto por este consórcio, sendo dificilmente alcançável, resultaria no não pagamento de qualquer renda. -----

Neste contexto, a pontuação atribuída pelo júri do concurso deve ser mantida: -----

Consórcio Rodonorte-Santos: 1 valor (Satisfaz pouco) -----

Auto Viação do Tâmega, Lda.: 2 valores (Satisfaz) -----

#### **6. Apreciação da alegação apresentada no nº3 do ponto III -----**

É verdade que o concorrente "Auto Viação do Tâmega, Lda." não apresenta o certificado de aprovação do modelo da carroçaria emitido pelo IMTT. Mas também é verdade que os dois concorrentes propõem o mesmo tipo de autocarro, com o mesmo chassis e a mesma carroçaria. Assim sendo, o júri considera-se esclarecido no que respeita à certificação do modelo proposto, pelo que decide manter a pontuação atribuída: -----

Consórcio Rodonorte-Santos: 2 valores (Satisfaz) -----

Auto Viação do Tâmega, Lda.: 2 valores (Satisfaz) -----

#### **7. Apreciação da alegação apresentada no nº6 do ponto III -----**

Relativamente às questões colocadas quanto ao estudo de viabilidade económica e financeira, previsto no ponto XI, do artigo 14º, do Programa de Concurso, cumpre ao júri do procedimento, tecer os seguintes esclarecimentos: -----

- O Estudo de viabilidade apresentado pela "Auto-Viação do Tâmega, Lda." abrange um período de 10 anos de calendário, garantindo, com indicadores económicos e financeiros realistas, a evolução do

---

<sup>9</sup> Valor correspondente à média simples dos dez anos dos valores dos volumes mínimos de tráfego anual para obtenção de um resultado operacional nulo (conforme proposto no estudo de viabilidade económica e financeira apresentado). -----

investimento com todas as componentes necessárias para a projecção pretendida. Esclarece-se, contudo, que o facto de o referido estudo ter por base um período de 10 anos de calendário e não de exercício, não constitui motivo para colocar em causa a credibilidade das projecções efectuadas. -----

Por outro lado, o júri verificou que todos os indicadores económicos e financeiros apresentados revelam consistência, baseando-se em pressupostos credíveis, até porque, como é prática regular em estudos de viabilidade económica e financeira, a partir de metade do período em análise, todas as projecções apontam para resultados constantes. -----

Neste contexto, entende o júri do procedimento que todos os mapas apresentados respondem de forma cabal ao exigido no respectivo caderno de encargos. -----

#### **V - Da estratégia de actuação perfilhada -----**

Assim, em coerência com as razões acima enunciadas, o júri deliberou, por unanimidade, o seguinte: -----

1. Julgar improcedentes, pelas razões anteriormente expostas, por não fundadas, as alegações apresentadas pelo "Consórcio Rodonorte-Santos", em sede de audiência prévia dos interessados; -----

2. Tornar definitivo o relatório preparatório, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, o qual culmina com a proposta de adjudicação do concurso público para a concessão, em regime de serviço público, da rede de transportes colectivos urbanos de passageiros, na área da sede do Concelho de Chaves, a favor da firma "Auto Viação do Tâmega, Lda.", nos termos da proposta apresentada; -----

3. Sequencialmente, dever-se-á agendar este assunto, acompanhado do respectivo processo administrativo, integrando o mesmo, entre outros documentos, o relatório preparatório, para a próxima reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, com vista à obtenção da prática do acto adjudicatório, tendo como fundamento o teor do presente relatório final; -----

O Júri responsável -----

(Marcelo Delgado, Dr.) -----

(Márcia Santos, Dra.) -----

(Abel Peixoto, Eng.º) -----

Em anexo: Relatório Preliminar -----

**DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DR. JOÃO BATISTA DE 2009.08.17. -----**

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com o Relatório Final supra. Proceda-se em conformidade com o teor do mesmo. Notifique-se. -----

#### **4. PROCEDIMENTO CP - 05/SA/09 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES TERRESTRES DE ALUNOS EM CIRCUITOS ESPECIAIS PARA O ANO LECTIVO DE 2009/2010. -----**

Foi presente a relatório identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Aos três dias do mês de Agosto do ano de dois mil e nove, pelas dez horas, no gabinete da Chefe de Divisão de Educação e Desporto, no Centro Cultural de Chaves, reuniu o júri designado para análise do procedimento CP - 05/SA/09, constituído pelos seguintes membros: ---

- Presidente: Marcelo Caetano Martins Delgado, Director do Departamento de Administração Geral -----

- 1º Vogal: Lúcia Pinto, Chefe da Divisão de Educação e Desporto; --

- 2º Vogal: Tânia Oliveira, Técnica Superior. -----

Com o fim de tornar definitivo o relatório preliminar - sentido de adjudicação -, no sentido de permitir a prática do acto adjudicatório, no âmbito do presente procedimento. -----

No passado dia vinte e três de Julho, procedeu-se à notificação do projecto de decisão final aos concorrentes, tendo-lhes sido concedidos 5 dias para se pronunciarem sobre o mesmo. -----

Esgotado o prazo concedido para o exercício do direito de participação na tomada de decisão - audiência prévia escrita -, nenhum dos concorrentes apresentou qualquer sugestão quanto ao referido sentido de decisão. -----

Assim, o júri deliberou por unanimidade, o seguinte: -----

- Tornar definitivo, para efeitos de adjudicação, o sentido de adjudicação exposto no relatório preliminar - sentido de adjudicação -, remetendo-se o mesmo - relatório final - à entidade competente para autorizar a despesa, no caso, a Câmara Municipal. -----

- Propor que seja celebrado o contrato escrito, da presente adjudicação aos seguintes concorrentes, nos termos do artigo 94º do Código dos Contratos Públicos: -----

<b>Circuitos</b>	<b>CONCORRENTES</b>	<b>PREÇO</b>
1	Auto Viação do Tâmega	130.00€/dia
2	Auto Viação do Tâmega	110.00€/dia
3	Auto Viação do Tâmega	110.00€/dia
5	Auto Viação do Tâmega	130.00€/dia
7	Auto Viação do Tâmega	60.00€/dia
8	Auto Viação do Tâmega	60.00€/dia
9	Auto Viação do Tâmega	60.00€/dia
10	Auto Viação do Tâmega	60.00€/dia
11	Manuel do Couto	0.56€/km
13	Vítor Manuel Couto Vieira	0.50€/km



14	Joaquim Morais - Sociedade de Táxis	0.52/km
15	Centro Bem Estar Social Sto Estêvão	0.58€/km (+30km/dia)
16	Centro Bem Estar Social Sto Estêvão	0.55€/km
17	Táxi Herculano e Filhos, Lda	0.58€/km
18	Transportes Central Montenegro	0.57€/km
19	Transportes Central Montenegro	0.57€/km
21	Centro Bem Estar Social Sto Estevão	0.55€/km (+20km/dia)
22	Centro Bem Estar Social Sto Estevão	0.58€/km (+20km/dia)
27	Zeferino Pereira Morais	0.58€/km
29	Centro Bem Estar Social Sto Estêvão	0.55€/km
30	Manuel Joaquim Santos Gonçalves	35.00€/dia
31	Joaquim Morais - Sociedade de Táxis	25.00€/dia
32	José Barreira Dias	0.55€/km
33	Júlio Anjos Alturas	0.54€/km
34	Joaquim Morais - Sociedade de Táxis	0.47€/km
35	José Barreira Dias	0.55€/km

36	João Manuel Teixeira Rebelo	0.49€/km

- Que seja aprovada a minuta do contrato, em anexo, nos termos do nº 2 do artigo 98º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos. -----

- Nos termos do nº 4 do artigo 126º do citado código, que sejam dados 15 dias ao adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação referidos nas alíneas d), e) e i) do artigo 55º do mesmo código. -----

Nada mais havendo a tratar, elaborou-se o presente relatório, o qual vai ser assinado pelos membros do júri. -----

O júri -----

(Marcelo Caetano Delgado, Dr.) -----

(Lídia Pinto, Dra.) -----

(Tânia Oliveira, Dra.) -----

-----  
**MINUTA DO CONTRATO PARA "EXECUÇÃO DE TRANSPORTES TERRESTRES DE ALUNOS - CIRCUITOS ESPECIAIS - ANO LECTIVO 2009/10 - CIRCUITOS Nºs 1,2,3,4,5,6,7,8,9 E 10 -"** -----

No dia ... de ..... de dois mil e nove, celebram o presente contrato de prestação de serviços, para o transporte terrestre de alunos em circuitos especiais, para o Ano Lectivo 2009/2010, pelo preço total de **€ 132 980,00** (cento e trinta e dois mil, novecentos e oitenta euros), acrescidos de IVA à taxa de 5%. -----

Como primeiro outorgante, o **Município de Chaves**, titular do cartão de pessoa colectiva nº 501205551, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Gonçalves Martins Batista. -----

Como segundo outorgante, **Auto Viação do Tâmega, Lda.**, Pessoa Colectiva nº 500038619, com sede no Largo da Estação, 5400 - Chaves, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Chaves, sob o nº21, com capital social de 798.080 euros, neste acto legalmente representada por António Pereira, casado, natural de Esturãos, freguesia de Santiago, concelho de Valpaços, residente em S. Cipriano, freguesia de Serapicos, concelho de Valpaços, Contribuinte Fiscal nº 155088955, titular do Bilhete de Identidade nº 7492420, emitido em 20 de Outubro de 1986, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, na qualidade de sócio gerente da mencionada sociedade, com poderes para o acto conforme consta da acta da Assembleia Geral da referida sociedade, realizada em 19 de Junho de 1998. -----

Cláusula 1ª -----

**Objecto** -----

1- O objecto do presente contrato consiste na aquisição de serviços de transportes terrestres de alunos, em circuitos especiais, na área do concelho de Chaves, para o ano lectivo 2009/10. -----

2- Os circuitos/percursos contratados no presente contrato, bem como a tipologia do veículo a utilizar para o efeito, são os constantes do anexo I, documento que faz parte integrante do presente contrato.

3- Classificação estatística de produtos por actividades a que se refere o Regulamento (CE) Nº 1232/98, da Comissão, de 17 de Junho de 1998, da seguinte forma: Categoria 60.21.3; subcategoria 60.21.22, Grupo 60.2; Classe 60.21; Referências - CPC (1991) 71212. -----

Cláusula 2ª -----

**Local da prestação dos serviços** -----

Os serviços objecto do presente contrato serão executados na área do concelho de Chaves. -----

Cláusula 3ª -----

**Prazo de execução da prestação de serviços -----**

1- A prestação de serviços a realizar no âmbito do presente contrato deverá ser integralmente executada durante o ano lectivo 2009/10, sendo o seu início coincidente com o 1º dia lectivo. -----

2- A presente prestação de serviços será executada no cumprimento integral dos horários escolares dos alunos. -----

Cláusula 4ª -----

**Regularidade do Serviço -----**

1- Os circuitos especiais deverão ser executados com a regularidade prevista no plano de transportes, a seguir discriminados: -----

a) Os circuitos especiais que fazem a ligação com transporte público funcionam no horário da manhã e ao fim da tarde/noite. -----

b) Os circuitos para os Jardins-de-infância, Escolas do 1º Ciclo, Escolas EB2,3 e Escolas Secundárias funcionam de acordo com os horários dos respectivos estabelecimentos de ensino. Os locais de paragem para a tomada e largada de alunos serão, além dos próprios estabelecimentos de ensino, o centro de cada localidade, com excepção para os alunos de Ensino especial que será a sua residência. -----

c) Nas situações em que se verifique necessidade de desdobramento, o tempo máximo de espera dos alunos no estabelecimento de ensino é de 30 minutos, nas restantes situações é de 15 minutos. -----

Cláusula 5ª -----

**Preço e condições de pagamento -----**

1- O encargo total do presente contrato é de € 139 629,00 (cento e trinta e nove mil, seiscentos e vinte e nove euros), sendo € 132 980,00 (cento e trinta e dois mil, novecentos e oitenta euros) referentes ao valor da prestação de serviços e € 6 649,00 (seis mil, seiscentos e quarenta e nove euros) relativos ao valor do IVA -----

2. Os pagamentos serão efectuados mediante a apresentação do respectivo documento mensal de despesa (factura), nos serviços deste Município, as quais devem ser apresentadas até ao dia 15 do mês seguinte a que disserem respeito. -----

3 - As facturas serão pagas no prazo de 90 dias úteis, contados a partir da sua recepção nos serviços do primeiro outorgante. -----

Cláusula 6ª -----

**Sigilo -----**

O segundo outorgante garantirá o sigilo quanto a informações que venha a ter conhecimento relacionadas com a actividade do primeiro outorgante. -----

Cláusula 7ª -----

**Cessão da posição contratual -----**

1- O segundo outorgante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sem autorização do primeiro outorgante. -----

2- Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve: --

a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao segundo outorgante no presente procedimento; -----

b) O primeiro outorgante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

Cláusula 8ª -----

**Desistência da execução dos circuitos -----**

1- Depois de adjudicada a execução dos circuitos especiais, o segundo outorgante só poderá desistir de realizar um ou mais circuitos com base em motivos de força maior, comunicados ao primeiro outorgante com trinta dias de antecedência da data prevista para o seu termo. -----

2- Para efeitos do número anterior não se consideram motivos de força maior quaisquer alterações dos componentes que integram os custos dos transportes. -----

3- A alteração do horário previsto para a realização do circuito do especial não dá direito ao segundo outorgante à desistência ou à reclamação de qualquer indemnização. -----

Cláusula 9ª -----

**Penalidades** -----

No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao segundo outorgante, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades: -----

a) O segundo outorgante não receberá qualquer pagamentos pelos períodos em que não tenha assegurado a realização dos circuitos. ---

b) Sempre que o transportes não se realize por causa imputável ao segundo outorgante, este fica obrigado a indemnizar o primeiro outorgante em 75% do preço do serviço correspondente ao período em que o circuito não tenha sido executado; -----

c) Nos casos em que por motivos imputáveis ao segundo outorgante, o período de interrupção de todo ou parte do serviço seja superior a 5 dias escolares consecutivos ou de 15 intercalados há lugar à rescisão do contrato, sendo ainda a indemnização a que se refere o número anterior agravada para o montante equivalente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês lectivo a 22 dias; -----

d) As indemnizações devidas nos termos do presente artigo poderão ser deduzidas das somas devidas pelo primeiro ao segundo outorgante. -----

Cláusula 10ª -----

**Casos fortuitos ou de força maior** -----

1- Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos colectivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato. -----

2- A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação. -----

3- Quando por motivos de força maior e totalmente imprevisíveis para o primeiro outorgante, qualquer dos circuitos colocados a concurso, parcial ou totalmente se venha a mostrar desnecessário em virtude da ausência temporárias, considerando-se como tal um período superior a cinco dias, ou permanente dos alunos a transportar, o circuito ou parte dele poderá ser suspenso. -----

Cláusula 11ª -----

**Caução para garantir o cumprimento de obrigações** -----

1- Para garantir o exacto e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo outorgante prestou Depósito de Garantia/Garantia Bancária no valor de **€ 1 329,80** (mil, trezentos e vinte e nove euros e oitenta cêntimos), efectuado na Tesouraria do Município de Chaves no dia de hoje, através da guia nº ...../08, correspondente a 1% do montante total do contrato, com exclusão do IVA. -----

2- O primeiro outorgante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de

não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo segundo outorgante. -----

3- No prazo de 30 dias úteis contados do cumprimento de todas as obrigações contratuais por parte do segundo outorgante, o primeiro outorgante promove a libertação da caução a que se refere o nº 1. --

4- A demora na libertação da caução confere ao segundo outorgante o direito de exigir ao primeiro outorgante juro sobre a importância da caução, calculados sobre o tempo decorrido desde o dia seguinte ao termo do prazo referido no número anterior, nas condições a estabelecer por portaria do Ministro das Finanças. -----

Cláusula 12ª -----

**Revisão de preços -----**

A contratualização dos serviços objecto do presente contrato não está sujeita às regras da revisão de preços. -----

Cláusula 13ª -----

**Rescisão do contrato -----**

1- O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do presente contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais. -----

2- Para efeitos do número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na execução da prestação dos serviços alvo do presente contrato ou falta de reposição de bom funcionamento pelo período superior a 10 dias úteis. -----

3- No caso de no início do ano lectivo se verificar que a realização de determinado circuito especial não se justifica, o primeiro outorgante poderá rescindir o contrato celebrado relativo a esse circuito. -----

4- Também poderá haver lugar à rescisão daquele contrato se no decorrer do ano lectivo deixar de se justificar a rescisão do circuito ou o número de alunos se tenha alterado de modo que o seu transportes possa ser efectuado em veículos com características diversas do utilizado. -----

5- Para efeitos do número anterior, sempre que o primeiro outorgante assegure a execução do circuito em veículos que preencham as novas exigências, terá preferência na celebração do novo contrato. -----

6- Sempre que o contrato for rescindido nos termos dos nºs 3 e 4, o segundo outorgante terá direito a uma indemnização igual ao montante correspondente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês lectivo a 22 dias. -----

7- O contrato poderá ainda ser rescindido em caso de comprovada má execução da condução, falta de idoneidade moral ou falta de civismo do condutor, quando a sua substituição, quando solicitada, não seja promovida. -----

8- No caso do número anterior, o primeiro outorgante não está obrigado ao pagamento de qualquer indemnização. -----

Cláusula 14ª -----

**Alteração dos circuitos -----**

1- As partes contratantes obrigam-se a proceder à alteração das distâncias fixadas em quilómetros dos circuitos colocados a concurso, no sentido da sua redução ou aumento, em função do número de alunos que efectivamente vier a ser transportado e do número de viagens a realizar. -----

2- Tal alteração deverá ser titulada mediante a celebração de contrato adicional ao presente contrato. -----

3- As situações previstas no nº3, da cláusula 10º e cláusula 14ª não configuram para o segundo outorgante o direito de rescisão de contrato. -----

Cláusula 14ª -----

**Outros encargos** -----

Todas as despesas derivadas da celebração do presente contrato são da responsabilidade do segundo outorgante. -----

Cláusula 15ª -----

**Foro competente** -----

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal da Comarca de Chaves. -----

Cláusula 16ª -----

**Prevalência** -----

1- Fazem parte integrante do presente contrato o programa de concurso, caderno de encargos e a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

2- Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do presente contrato, seguidamente o programa de concurso e caderno de encargos, e em último lugar a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

Cláusula 17ª -----

**Disposições finais** -----

1- Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas. -----

2- O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação camarária de 21 de Maio de 2009; -----

3- A prestação dos serviços objecto do presente contrato foi adjudicada por deliberação camarária de ... de Agosto de 2009; -----

4- A minuta relativa ao presente contrato foi aprovada por deliberação camarária de ... de Agosto de 2009. -----

5- O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento do Município, sob as rubricas orçamentais com a classificação económica: 020210. -----

6- Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes. -----

Depois de o segundo outorgante ter feito prova, por certidão, de que tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português e por contribuições para a segurança social, o contrato foi assinado pelos representantes de ambas as partes. -----

Pelo Primeiro Outorgante, -----

Pelo Segundo Outorgante, -----

Imposto de Selo, Verba 8, Anexo III, da TGIS: € 5, liquidado hoje por meio de guia -----

Guia nº 522/08. -----

Contrato registado sob o nº ...../08. -----

**MINUTA DO CONTRATO PARA "EXECUÇÃO DE TRANSPORTES TERRESTRES DE ALUNOS - CIRCUITOS ESPECIAIS - ANO LECTIVO 2009/10 - CIRCUITO Nº 11 -"** -----

No dia ... de ..... de dois mil e nove, celebram o presente contrato de prestação de serviços, para o transporte terrestre de alunos em circuitos especiais, para o Ano Lectivo 2009/2010, pelo preço total de **€ 9 600,64** (nove mil, seiscentos euros e sessenta e quatro cêntimos), acrescidos de IVA à taxa de 5%. -----

Como primeiro outorgante, o **Município de Chaves**, titular do cartão de pessoa colectiva nº 501205551, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Gonçalves Martins Batista. -----

Como segundo outorgante, **Manuel do Couto**, casado, residente na Rua da Alameda Conde Caria, nº41, 5425 - 307 Vidago, titular do Bilhete de Identidade nº 919231, Contribuinte Fiscal nº 139778060. -----

Cláusula 1ª -----

**Objecto** -----

1- O objecto do presente contrato consiste na aquisição de serviços de transportes terrestres de alunos, em circuitos especiais, na área do concelho de Chaves, para o ano lectivo 2009/10. -----

2- Os circuitos/percursos contratados no presente contrato, bem como a tipologia do veículo a utilizar para o efeito, são os constantes do anexo I, documento que faz parte integrante do presente contrato.-----

3- Classificação estatística de produtos por actividades a que se refere o Regulamento (CE) Nº 1232/98, da Comissão, de 17 de Junho de 1998, da seguinte forma: Categoria 60.21.3; subcategoria 60.21.22, Grupo 60.2; Classe 60.21; Referências - CPC (1991) 71212. -----

Cláusula 2ª -----

**Local da prestação dos serviços** -----

Os serviços objecto do presente contrato serão executados na área do concelho de Chaves. -----

Cláusula 3ª -----

**Prazo de execução da prestação de serviços** -----

1- A prestação de serviços a realizar no âmbito do presente contrato deverá ser integralmente executada durante o ano lectivo 2009/10, sendo o seu início coincidente com o 1º dia lectivo. -----

2- A presente prestação de serviços será executada no cumprimento integral dos horários escolares dos alunos. -----

Cláusula 4ª -----

**Regularidade do Serviço** -----

1- Os circuitos especiais deverão ser executados com a regularidade prevista no plano de transportes, a seguir discriminados: -----

a) Os circuitos especiais que fazem a ligação com transporte público funcionam no horário da manhã e ao fim da tarde/noite. -----

b) Os circuitos para os Jardins-de-infância, Escolas do 1º Ciclo, Escolas EB2,3 e Escolas Secundárias funcionam de acordo com os horários dos respectivos estabelecimentos de ensino. Os locais de paragem para a tomada e largada de alunos serão, além dos próprios estabelecimentos de ensino, o centro de cada localidade, com excepção para os alunos de Ensino especial que será a sua residência. -----

c) Nas situações em que se verifique necessidade de desdobramento, o tempo máximo de espera dos alunos no estabelecimento de ensino é de 30 minutos, nas restantes situações é de 15 minutos. -----

Cláusula 5ª -----

**Preço e condições de pagamento** -----

1- O encargo total do presente contrato é de **€ 10 080,67** (dez mil e oitenta euros e sessenta e sete cêntimos), sendo **€ 9 600,64** (nove mil e seiscentos euros e sessenta e quatro cêntimos) referentes ao valor da prestação de serviços e **€ 480,03** (quatrocentos e oitenta euros e três cêntimos) relativos ao valor do IVA -----

2. Os pagamentos serão efectuados mediante a apresentação do respectivo documento mensal de despesa (factura), nos serviços deste

Município, as quais devem ser apresentadas até ao dia 15 do mês seguinte a que disserem respeito. -----

3 - As facturas serão pagas no prazo de 90 dias úteis, contados a partir da sua recepção nos serviços do primeiro outorgante. -----

Cláusula 6ª -----

**Sigilo** -----

O segundo outorgante garantirá o sigilo quanto a informações que venha a ter conhecimento relacionadas com a actividade do primeiro outorgante. -----

Cláusula 7ª -----

**Cessão da posição contratual** -----

1- O segundo outorgante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sem autorização do primeiro outorgante. -----

2- Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve: --

a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao segundo outorgante no presente procedimento; -----

b) O primeiro outorgante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

Cláusula 8ª -----

**Desistência da execução dos circuitos** -----

1- Depois de adjudicada a execução dos circuitos especiais, o segundo outorgante só poderá desistir de realizar um ou mais circuitos com base em motivos de força maior, comunicados ao primeiro outorgante com trinta dias de antecedência da data prevista para o seu termo. -----

2- Para efeitos do número anterior não se consideram motivos de força maior quaisquer alterações dos componentes que integram os custos dos transportes. -----

3- A alteração do horário previsto para a realização do circuito do especial não dá direito ao segundo outorgante à desistência ou à reclamação de qualquer indemnização. -----

Cláusula 9ª -----

**Penalidades** -----

No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao segundo outorgante, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades: -----

a) O segundo outorgante não receberá qualquer pagamentos pelos períodos em que não tenha assegurado a realização dos circuitos. ---

b) Sempre que o transportes não se realize por causa imputável ao segundo outorgante, este fica obrigado a indemnizar o primeiro outorgante em 75% do preço do serviço correspondente ao período em que o circuito não tenha sido executado; -----

c) Nos casos em que por motivos imputáveis ao segundo outorgante, o período de interrupção de todo ou parte do serviço seja superior a 5 dias escolares consecutivos ou de 15 intercalados há lugar à rescisão do contrato, sendo ainda a indemnização a que se refere o número anterior agravada para o montante equivalente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês lectivo a 22 dias; -----

d) As indemnizações devidas nos termos do presente artigo poderão ser deduzidas das somas devidas pelo primeiro ao segundo outorgante.-----

Cláusula 10ª -----

**Casos fortuitos ou de força maior** -----



1- Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos colectivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato. -----

2- A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação. -----

3- Quando por motivos de força maior e totalmente imprevisíveis para o primeiro outorgante, qualquer dos circuitos colocados a concurso, parcial ou totalmente se venha a mostrar desnecessário em virtude da ausência temporárias, considerando-se como tal um período superior a cinco dias, ou permanente dos alunos a transportar, o circuito ou parte dele poderá ser suspenso. -----

Cláusula 11<sup>a</sup> -----

**Caução para garantir o cumprimento de obrigações** -----

1- Para garantir o exacto e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo outorgante prestou Depósito de Garantia/Garantia Bancária no valor de **€ 96,00** (noventa e seis euros), efectuado na Tesouraria do Município de Chaves no dia de hoje, através da guia nº ..../08, correspondente a 1% do montante total do contrato, com exclusão do IVA. -----

2- O primeiro outorgante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo segundo outorgante. -----

3- No prazo de 30 dias úteis contados do cumprimento de todas as obrigações contratuais por parte do segundo outorgante, o primeiro outorgante promove a libertação da caução a que se refere o nº 1. --

4- A demora na libertação da caução confere ao segundo outorgante o direito de exigir ao primeiro outorgante juros sobre a importância da caução, calculados sobre o tempo decorrido desde o dia seguinte ao termo do prazo referido no número anterior, nas condições a estabelecer por portaria do Ministro das Finanças. -----

Cláusula 12<sup>a</sup> -----

**Revisão de preços** -----

A contratualização dos serviços objecto do presente contrato não está sujeita às regras da revisão de preços. -----

Cláusula 13<sup>a</sup> -----

**Rescisão do contrato** -----

1- O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do presente contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais. -----

2- Para efeitos do número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na execução da prestação dos serviços alvo do presente contrato ou falta de reposição de bom funcionamento pelo período superior a 10 dias úteis. -----

3- No caso de no início do ano lectivo se verificar que a realização de determinado circuito especial não se justifica, o primeiro outorgante poderá rescindir o contrato celebrado relativo a esse circuito. -----

4- Também poderá haver lugar à rescisão daquele contrato se no decorrer do ano lectivo deixar de se justificar a rescisão do circuito ou o número de alunos se tenha alterado de modo que o seu transportes possa ser efectuado em veículos com características diversas do utilizado. -----

5- Para efeitos do número anterior, sempre que o primeiro outorgante assegure a execução do circuito em veículos que preencham as novas exigências, terá preferência na celebração do novo contrato. -----

6- Sempre que o contrato for rescindido nos termos dos n.ºs 3 e 4, o segundo outorgante terá direito a uma indemnização igual ao montante correspondente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês lectivo a 22 dias. -----

7- O contrato poderá ainda ser rescindido em caso de comprovada má execução da condução, falta de idoneidade moral ou falta de civismo do condutor, quando a sua substituição, quando solicitada, não seja promovida. -----

8- No caso do número anterior, o primeiro outorgante não está obrigado ao pagamento de qualquer indemnização. -----

Cláusula 14<sup>a</sup> -----

**Alteração dos circuitos** -----

1- As partes contratantes obrigam-se a proceder à alteração das distâncias fixadas em quilómetros dos circuitos colocados a concurso, no sentido da sua redução ou aumento, em função do número de alunos que efectivamente vier a ser transportado e do número de viagens a realizar. -----

2- Tal alteração deverá ser titulada mediante a celebração de contrato adicional ao presente contrato. -----

3- As situações previstas no n.º3, da cláusula 10.º e cláusula 14<sup>a</sup> não configuram para o segundo outorgante o direito de rescisão de contrato. -----

Cláusula 14<sup>a</sup> -----

**Outros encargos** -----

Todas as despesas derivadas da celebração do presente contrato são da responsabilidade do segundo outorgante. -----

Cláusula 15<sup>a</sup> -----

**Foro competente** -----

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal da Comarca de Chaves. -----

Cláusula 16<sup>a</sup> -----

**Prevalência** -----

1- Fazem parte integrante do presente contrato o programa de concurso, caderno de encargos e a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

2- Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do presente contrato, seguidamente o programa de concurso e caderno de encargos, e em último lugar a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

Cláusula 17<sup>a</sup> -----

**Disposições finais** -----

1- Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas. -----

2- O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação camarária de 21 de Maio de 2009; -----

3- A prestação dos serviços objecto do presente contrato foi adjudicada por deliberação camarária de ... de Agosto de 2009; -----

4- A minuta relativa ao presente contrato foi aprovada por deliberação camarária de ... de Agosto de 2009. -----

5- O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento do Município, sob as rubricas orçamentais com a classificação económica: 020210. -----

6- Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes. -----

Depois de o segundo outorgante ter feito prova, por certidão, de que tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português e por contribuições para a segurança social, o contrato foi assinado pelos representantes de ambas as partes. -----

Pelo Primeiro Outorgante, -----

Pelo Segundo Outorgante, -----

Imposto de Selo, Verba 8, Anexo III, da TGIS: € 5, liquidado hoje por meio de guia -----

Guia nº 522/08. -----

Contrato registado sob o nº ...../08. -----

**MINUTA DO CONTRATO PARA "EXECUÇÃO DE TRANSPORTES TERRESTRES DE ALUNOS - CIRCUITOS ESPECIAIS - ANO LECTIVO 2009/10 - CIRCUITO Nº 13 -"** -----

No dia ... de ..... de dois mil e nove, celebram o presente contrato de prestação de serviços, para o transporte terrestre de alunos em circuitos especiais, para o Ano Lectivo 2009/2010, pelo preço total de **€ 12 876,00** (doze mil, oitocentos e setenta e seis euros) acrescidos de IVA à taxa de 5%. -----

Como primeiro outorgante, o **Município de Chaves**, titular do cartão de pessoa colectiva nº 501205551, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Gonçalves Martins Batista. -----

Como segundo outorgante, **Vitor Manuel do Couto Vieira**, casado, residente na Rua da Igreja, nº 222, Loivos, titular do Bilhete de Identidade nº 6806142, Contribuinte Fiscal nº 147561795. -----

Cláusula 1ª -----

**Objecto** -----

1- O objecto do presente contrato consiste na aquisição de serviços de transportes terrestres de alunos, em circuitos especiais, na área do concelho de Chaves, para o ano lectivo 2009/10. -----

2- Os circuitos/percursos contratados no presente contrato, bem como a tipologia do veículo a utilizar para o efeito, são os constantes do anexo I, documento que faz parte integrante do presente contrato. -----

3- Classificação estatística de produtos por actividades a que se refere o Regulamento (CE) Nº 1232/98, da Comissão, de 17 de Junho de 1998, da seguinte forma: Categoria 60.21.3; subcategoria 60.21.22, Grupo 60.2; Classe 60.21; Referências - CPC (1991) 71212. -----

Cláusula 2ª -----

**Local da prestação dos serviços** -----

Os serviços objecto do presente contrato serão executados na área do concelho de Chaves. -----

Cláusula 3ª -----

**Prazo de execução da prestação de serviços** -----

1- A prestação de serviços a realizar no âmbito do presente contrato deverá ser integralmente executada durante o ano lectivo 2009/10, sendo o seu início coincidente com o 1º dia lectivo. -----

2- A presente prestação de serviços será executada no cumprimento integral dos horários escolares dos alunos. -----

Cláusula 4ª -----

**Regularidade do Serviço** -----

1- Os circuitos especiais deverão ser executados com a regularidade prevista no plano de transportes, a seguir discriminados: -----

a) Os circuitos especiais que fazem a ligação com transporte público funcionam no horário da manhã e ao fim da tarde/noite. -----

b) Os circuitos para os Jardins-de-infância, Escolas do 1º Ciclo, Escolas EB2,3 e Escolas Secundárias funcionam de acordo com os horários dos respectivos estabelecimentos de ensino. Os locais de paragem para a tomada e largada de alunos serão, além dos próprios estabelecimentos de ensino, o centro de cada localidade, com excepção para os alunos de Ensino especial que será a sua residência. -----

c) Nas situações em que se verifique necessidade de desdobramento, o tempo máximo de espera dos alunos no estabelecimento de ensino é de 30 minutos, nas restantes situações é de 15 minutos. -----

Cláusula 5ª -----

#### **Preço e condições de pagamento -----**

1- O encargo total do presente contrato é de **€ 13 519,80** (treze mil, quinhentos e dezanove euros e oitenta cêntimos), sendo **€ 12 876,00** (doze mil, oitocentos e setenta e seis euros) referentes ao valor da prestação de serviços e **€ 643,80** (seiscentos e quarenta e três euros e oitenta cêntimos) relativos ao valor do IVA -----

2. Os pagamentos serão efectuados mediante a apresentação do respectivo documento mensal de despesa (factura), nos serviços deste Município, as quais devem ser apresentadas até ao dia 15 do mês seguinte a que disserem respeito. -----

3 - As facturas serão pagas no prazo de 90 dias úteis, contados a partir da sua recepção nos serviços do primeiro outorgante. -----

Cláusula 6ª -----

#### **Sigilo -----**

O segundo outorgante garantirá o sigilo quanto a informações que venha a ter conhecimento relacionadas com a actividade do primeiro outorgante. -----

Cláusula 7ª -----

#### **Cessão da posição contratual -----**

1- O segundo outorgante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sem autorização do primeiro outorgante. -----

2- Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve: --

a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao segundo outorgante no presente procedimento; -----

b) O primeiro outorgante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

Cláusula 8ª -----

#### **Desistência da execução dos circuitos -----**

1- Depois de adjudicada a execução dos circuitos especiais, o segundo outorgante só poderá desistir de realizar um ou mais circuitos com base em motivos de força maior, comunicados ao primeiro outorgante com trinta dias de antecedência da data prevista para o seu termo. -----

2- Para efeitos do número anterior não se consideram motivos de força maior quaisquer alterações dos componentes que integram os custos dos transportes. -----

3- A alteração do horário previsto para a realização do circuito do especial não dá direito ao segundo outorgante à desistência ou à reclamação de qualquer indemnização. -----

Cláusula 9ª -----

**Penalidades** -----

No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao segundo outorgante, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades: -----

**a)** O segundo outorgante não receberá qualquer pagamento pelos períodos em que não tenha assegurado a realização dos circuitos. ---

**b)** Sempre que o transporte não se realize por causa imputável ao segundo outorgante, este fica obrigado a indemnizar o primeiro outorgante em 75% do preço do serviço correspondente ao período em que o circuito não tenha sido executado; -----

**c)** Nos casos em que por motivos imputáveis ao segundo outorgante, o período de interrupção de todo ou parte do serviço seja superior a 5 dias escolares consecutivos ou de 15 intercalados há lugar à rescisão do contrato, sendo ainda a indemnização a que se refere o número anterior agravada para o montante equivalente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês lectivo a 22 dias; -----

**d)** As indemnizações devidas nos termos do presente artigo poderão ser deduzidas das somas devidas pelo primeiro ao segundo outorgante.

Cláusula 10ª -----

**Casos fortuitos ou de força maior** -----

1- Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos colectivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato. -----

2- A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação. -----

3- Quando por motivos de força maior e totalmente imprevisíveis para o primeiro outorgante, qualquer dos circuitos colocados a concurso, parcial ou totalmente se venha a mostrar desnecessário em virtude da ausência temporárias, considerando-se como tal um período superior a cinco dias, ou permanente dos alunos a transportar, o circuito ou parte dele poderá ser suspenso. -----

Cláusula 11ª -----

**Caução para garantir o cumprimento de obrigações** -----

1- Para garantir o exacto e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo outorgante prestou Depósito de Garantia/Garantia Bancária no valor de **€ 128,76** (cento e vinte e oito euros e setenta e seis cêntimos), efectuado na Tesouraria do Município de Chaves no dia de hoje, através da guia nº ...../08, correspondente a 1% do montante total do contrato, com exclusão do IVA. -----

2- O primeiro outorgante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo segundo outorgante. -----

3- No prazo de 30 dias úteis contados do cumprimento de todas as obrigações contratuais por parte do segundo outorgante, o primeiro outorgante promove a libertação da caução a que se refere o nº 1. --

4- A demora na libertação da caução confere ao segundo outorgante o direito de exigir ao primeiro outorgante juros sobre a importância da caução, calculados sobre o tempo decorrido desde o dia seguinte ao termo do prazo referido no número anterior, nas condições a estabelecer por portaria do Ministro das Finanças. -----

Cláusula 12ª -----

**Revisão de preços** -----

A contratualização dos serviços objecto do presente contrato não está sujeita às regras da revisão de preços. -----

Cláusula 13ª -----

**Rescisão do contrato** -----

1- O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do presente contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais. -----

2- Para efeitos do número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na execução da prestação dos serviços alvo do presente contrato ou falta de reposição de bom funcionamento pelo período superior a 10 dias úteis. -----

3- No caso de no início do ano lectivo se verificar que a realização de determinado circuito especial não se justifica, o primeiro outorgante poderá rescindir o contrato celebrado relativo a esse circuito. -----

4- Também poderá haver lugar à rescisão daquele contrato se no decorrer do ano lectivo deixar de se justificar a rescisão do circuito ou o número de alunos se tenha alterado de modo que o seu transportes possa ser efectuado em veículos com características diversas do utilizado. -----

5- Para efeitos do número anterior, sempre que o primeiro outorgante assegure a execução do circuito em veículos que preencham as novas exigências, terá preferência na celebração do novo contrato. -----

6- Sempre que o contrato for rescindido nos termos dos nºs 3 e 4, o segundo outorgante terá direito a uma indemnização igual ao montante correspondente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês lectivo a 22 dias. -----

7- O contrato poderá ainda ser rescindido em caso de comprovada má execução da condução, falta de idoneidade moral ou falta de civismo do condutores, quando a sua substituição, quando solicitada, não seja promovida. -----

8- No caso do número anterior, o primeiro outorgante não está obrigado ao pagamento de qualquer indemnização. -----

Cláusula 14ª -----

**Alteração dos circuitos** -----

1- As partes contratantes obrigam-se a proceder à alteração das distâncias fixadas em quilómetros dos circuitos colocados a concurso, no sentido da sua redução ou aumento, em função do número de alunos que efectivamente vier a ser transportado e do número de viagens a realizar. -----

2- Tal alteração deverá ser titulada mediante a celebração de contrato adicional ao presente contrato. -----

3- As situações previstas no nº3, da cláusula 10ª e cláusula 14ª não configuram para o segundo outorgante o direito de rescisão de contrato. -----

Cláusula 14ª -----

**Outros encargos** -----

Todas as despesas derivadas da celebração do presente contrato são da responsabilidade do segundo outorgante. -----

Cláusula 15ª -----

**Foro competente** -----

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal da Comarca de Chaves. -----

Cláusula 16ª -----

**Prevalência** -----

1- Fazem parte integrante do presente contrato o programa de concurso, caderno de encargos e a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

2- Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do presente contrato, seguidamente o programa de concurso e caderno de encargos, e em último lugar a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

Cláusula 17ª -----

**Disposições finais** -----

1- Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas. -----

2- O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação camarária de 21 de Maio de 2009; -----

3- A prestação dos serviços objecto do presente contrato foi adjudicada por deliberação camarária de ... de Agosto de 2009; -----

4- A minuta relativa ao presente contrato foi aprovada por deliberação camarária de ... de Agosto de 2009. -----

5- O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento do Município, sob as rubricas orçamentais com a classificação económica: 020210. -----

6- Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes. -----

Depois de o segundo outorgante ter feito prova, por certidão, de que tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português e por contribuições para a segurança social, o contrato foi assinado pelos representantes de ambas as partes. -----

Pelo Primeiro Outorgante, -----

Pelo Segundo Outorgante, -----

Imposto de Selo, Verba 8, Anexo III, da TGIS: € 5, liquidado hoje por meio de guia -----

Guia nº 522/08. -----

Contrato registado sob o nº ...../08. -----

**MINUTA DO CONTRATO PARA "EXECUÇÃO DE TRANSPORTES TERRESTRES DE ALUNOS - CIRCUITOS ESPECIAIS - ANO LECTIVO 2009/10 - CIRCUITOS NºS 14,31 e 34 -"** -----

No dia ... de ..... de dois mil e nove, celebram o presente contrato de prestação de serviços, para o transporte terrestre de alunos em circuitos especiais, para o Ano Lectivo 2009/2010, pelo preço total de **€ 16 286,40** (dezasseis mil, duzentos e oitenta e seis euros e quarenta cêntimos) acrescidos de IVA à taxa de 5%. -----

Como primeiro outorgante, o **Município de Chaves**, titular do cartão de pessoa colectiva nº 501205551, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Gonçalves Martins Batista. -----

Como segundo outorgante, **Joaquim Morais - Sociedade de Taxis, Lda.**, NIPC 505028336, com o mesmo número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Chaves, com sede na Rua 1º de Maio, freguesia de Loivos, concelho de Chaves, neste acto representada por José Joaquim Fernandes de Morais casado, residente em Loivos, titular do Bilhete de Identidade nº 6897480, Contribuinte Fiscal nº 197645526.-

Cláusula 1ª -----

**Objecto** -----

1- O objecto do presente contrato consiste na aquisição de serviços de transportes terrestres de alunos, em circuitos especiais, na área do concelho de Chaves, para o ano lectivo 2009/10. -----

2- Os circuitos/percursos contratados no presente contrato, bem como a tipologia do veículo a utilizar para o efeito, são os constantes do anexo I, documento que faz parte integrante do presente contrato.-----

3- Classificação estatística de produtos por actividades a que se refere o Regulamento (CE) N° 1232/98, da Comissão, de 17 de Junho de 1998, da seguinte forma: Categoria 60.21.3; subcategoria 60.21.22, Grupo 60.2; Classe 60.21; Referências - CPC (1991) 71212. -----

Cláusula 2ª -----

**Local da prestação dos serviços -----**

Os serviços objecto do presente contrato serão executados na área do concelho de Chaves. -----

Cláusula 3ª -----

**Prazo de execução da prestação de serviços -----**

1- A prestação de serviços a realizar no âmbito do presente contrato deverá ser integralmente executada durante o ano lectivo 2009/10, sendo o seu início coincidente com o 1º dia lectivo. -----

2- A presente prestação de serviços será executada no cumprimento integral dos horários escolares dos alunos. -----

Cláusula 4ª -----

**Regularidade do Serviço -----**

1- Os circuitos especiais deverão ser executados com a regularidade prevista no plano de transportes, a seguir discriminados: -----

a) Os circuitos especiais que fazem a ligação com transporte público funcionam no horário da manhã e ao fim da tarde/noite. -----

b) Os circuitos para os Jardins-de-infância, Escolas do 1º Ciclo, Escolas EB2,3 e Escolas Secundárias funcionam de acordo com os horários dos respectivos estabelecimentos de ensino. Os locais de paragem para a tomada e largada de alunos serão, além dos próprios estabelecimentos de ensino, o centro de cada localidade, com excepção para os alunos de Ensino especial que será a sua residência. -----

c) Nas situações em que se verifique necessidade de desdobramento, o tempo máximo de espera dos alunos no estabelecimento de ensino é de 30 minutos, nas restantes situações é de 15 minutos. -----

Cláusula 5ª -----

**Preço e condições de pagamento -----**

1- O encargo total do presente contrato é de **€ 17 100,72** (dezassete mil, cem euros e setenta e dois cêntimos), sendo **€ 16 286,40** (dezasseis mil, duzentos e oitenta e seis euros e quarenta cêntimos) referentes ao valor da prestação de serviços e **€ 814,32** (oitocentos e catorze euros e trinta e dois cêntimos) relativos ao valor do IVA.

2. Os pagamentos serão efectuados mediante a apresentação do respectivo documento mensal de despesa (factura), nos serviços deste Município, as quais devem ser apresentadas até ao dia 15 do mês seguinte a que disserem respeito. -----

3 - As facturas serão pagas no prazo de 90 dias úteis, contados a partir da sua recepção nos serviços do primeiro outorgante. -----

Cláusula 6ª -----

**Sigilo -----**

O segundo outorgante garantirá o sigilo quanto a informações que venha a ter conhecimento relacionadas com a actividade do primeiro outorgante. -----



Cláusula 7ª -----

**Cessão da posição contratual** -----

1- O segundo outorgante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sem autorização do primeiro outorgante. -----

2- Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve: --

a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao segundo outorgante no presente procedimento; -----

b) O primeiro outorgante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

Cláusula 8ª -----

**Desistência da execução dos circuitos** -----

1- Depois de adjudicada a execução dos circuitos especiais, o segundo outorgante só poderá desistir de realizar um ou mais circuitos com base em motivos de força maior, comunicados ao primeiro outorgante com trinta dias de antecedência da data prevista para o seu termo. -----

2- Para efeitos do número anterior não se consideram motivos de força maior quaisquer alterações dos componentes que integram os custos dos transportes. -----

3- A alteração do horário previsto para a realização do circuito do especial não dá direito ao segundo outorgante à desistência ou à reclamação de qualquer indemnização. -----

Cláusula 9ª -----

**Penalidades** -----

No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao segundo outorgante, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades: -----

a) O segundo outorgante não receberá qualquer pagamento pelos períodos em que não tenha assegurado a realização dos circuitos. ---

b) Sempre que o transporte não se realize por causa imputável ao segundo outorgante, este fica obrigado a indemnizar o primeiro outorgante em 75% do preço do serviço correspondente ao período em que o circuito não tenha sido executado; -----

c) Nos casos em que por motivos imputáveis ao segundo outorgante, o período de interrupção de todo ou parte do serviço seja superior a 5 dias escolares consecutivos ou de 15 intercalados há lugar à rescisão do contrato, sendo ainda a indemnização a que se refere o número anterior agravada para o montante equivalente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês lectivo a 22 dias; -----

d) As indemnizações devidas nos termos do presente artigo poderão ser deduzidas das somas devidas pelo primeiro ao segundo outorgante.-----

Cláusula 10ª -----

**Casos fortuitos ou de força maior** -----

1- Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos colectivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato. -----

2- A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação. -----

3- Quando por motivos de força maior e totalmente imprevisíveis para o primeiro outorgante, qualquer dos circuitos colocados a concurso, parcial ou totalmente se venha a mostrar desnecessário em virtude da

ausência temporárias, considerando-se como tal um período superior a cinco dias, ou permanente dos alunos a transportar, o circuito ou parte dele poderá ser suspenso. -----

Cláusula 11ª -----

**Caução para garantir o cumprimento de obrigações -----**

1- Para garantir o exacto e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo outorgante prestou Depósito de Garantia/Garantia Bancária no valor de **€ 162,86** (cento e sessenta e dois euros e oitenta e seis cêntimos), efectuado na Tesouraria do Município de Chaves no dia de hoje, através da guia nº .... /08, correspondente a 1% do montante total do contrato, com exclusão do IVA. -----

2- O primeiro outorgante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo segundo outorgante. -----

3- No prazo de 30 dias úteis contados do cumprimento de todas as obrigações contratuais por parte do segundo outorgante, o primeiro outorgante promove a libertação da caução a que se refere o nº 1. --

4- A demora na libertação da caução confere ao segundo outorgante o direito de exigir ao primeiro outorgante juros sobre a importância da caução, calculados sobre o tempo decorrido desde o dia seguinte ao termo do prazo referido no número anterior, nas condições a estabelecer por portaria do Ministro das Finanças. -----

Cláusula 12ª -----

**Revisão de preços -----**

A contratualização dos serviços objecto do presente contrato não está sujeita às regras da revisão de preços. -----

Cláusula 13ª -----

**Rescisão do contrato -----**

1- O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do presente contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais. -----

2- Para efeitos do número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na execução da prestação dos serviços alvo do presente contrato ou falta de reposição de bom funcionamento pelo período superior a 10 dias úteis. -----

3- No caso de no início do ano lectivo se verificar que a realização de determinado circuito especial não se justifica, o primeiro outorgante poderá rescindir o contrato celebrado relativo a esse circuito. -----

4- Também poderá haver lugar à rescisão daquele contrato se no decorrer do ano lectivo deixar de se justificar a rescisão do circuito ou o número de alunos se tenha alterado de modo que o seu transportes possa ser efectuado em veículos com características diversas do utilizado. -----

5- Para efeitos do número anterior, sempre que o primeiro outorgante assegure a execução do circuito em veículos que preencham as novas exigências, terá preferência na celebração do novo contrato. -----

6- Sempre que o contrato for rescindido nos termos dos nºs 3 e 4, o segundo outorgante terá direito a uma indemnização igual ao montante correspondente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês lectivo a 22 dias. -----

7- O contrato poderá ainda ser rescindido em caso de comprovada má execução da condução, falta de idoneidade moral ou falta de civismo

do condutor quando a sua substituição, quando solicitada, não seja promovida. -----

8- No caso do número anterior, o primeiro outorgante não está obrigado ao pagamento de qualquer indemnização. -----

Cláusula 14ª -----

#### **Alteração dos circuitos** -----

1- As partes contratantes obrigam-se a proceder à alteração das distâncias fixadas em quilómetros dos circuitos colocados a concurso, no sentido da sua redução ou aumento, em função do número de alunos que efectivamente vier a ser transportado e do número de viagens a realizar. -----

2- Tal alteração deverá ser titulada mediante a celebração de contrato adicional ao presente contrato. -----

3- As situações previstas no nº3, da cláusula 10ª e cláusula 14ª não configuram para o segundo outorgante o direito de rescisão de contrato. -----

Cláusula 15ª -----

#### **Outros encargos** -----

Todas as despesas derivadas da celebração do presente contrato são da responsabilidade do segundo outorgante. -----

Cláusula 16ª -----

#### **Foro competente** -----

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal da Comarca de Chaves. -----

Cláusula 17ª -----

#### **Prevalência** -----

1- Fazem parte integrante do presente contrato o programa de concurso, caderno de encargos e a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

2- Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do presente contrato, seguidamente o programa de concurso e caderno de encargos, e em último lugar a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

Cláusula 18ª -----

#### **Disposições finais** -----

1- Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas. -----

2- O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação camarária de 21 de Maio de 2009; -----

3- A prestação dos serviços objecto do presente contrato foi adjudicada por deliberação camarária de ... de Agosto de 2009; -----

4- A minuta relativa ao presente contrato foi aprovada por deliberação camarária de ... de Agosto de 2009. -----

5- O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento do Município, sob as rubricas orçamentais com a classificação económica: 020210. -----

6- Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes. -----

Depois de o segundo outorgante ter feito prova, por certidão, de que tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português e por contribuições para a segurança social, o contrato foi assinado pelos representantes de ambas as partes. -----

Pelo Primeiro Outorgante, -----

Pelo Segundo Outorgante, -----

Imposto de Selo, Verba 8, Anexo III, da TGIS: € 5, liquidado hoje  
 por meio de guia -----  
 Guia nº 522/08. -----  
 Contrato registado sob o nº ...../08. -----  
 -----

**MINUTA DO CONTRATO PARA "EXECUÇÃO DE TRANSPORTES TERRESTRES DE ALUNOS - CIRCUITOS ESPECIAIS - ANO LECTIVO 2009/10 - CIRCUITOS NºS 15, 16, 21,22 e 29 -" -----**

No dia ... de ..... de dois mil e nove, celebram o presente contrato de prestação de serviços, para o transporte terrestre de alunos em circuitos especiais, para o Ano Lectivo 2009/2010, pelo preço total de **€ 48 058,50** (quarenta e oito mil, cinquenta e oito euros e cinquenta cêntimos) acrescidos de IVA à taxa de 5%. -----

Como primeiro outorgante, o **Município de Chaves**, titular do cartão de pessoa colectiva nº 501205551, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Gonçalves Martins Batista. -----

Como segundo outorgante, **Centro de Bem - Estar Social**, titular do Cartão de Pessoa Colectiva nº 505044390, com sede em Sto. Estevão, 5400 Chaves, neste acto legalmente representado por Ademar de Sena Rodrigues, casado, residente em Santo Estevão, titular do Bilhete de Identidade nº 1670771, Contribuinte Fiscal nº 119540541, na qualidade de representante legal do Centro de Bem Estar Social. ----

Cláusula 1ª -----

**Objecto -----**

1- O objecto do presente contrato consiste na aquisição de serviços de transportes terrestres de alunos, em circuitos especiais, na área do concelho de Chaves, para o ano lectivo 2009/10. -----

2- Os circuitos/percursos contratados no presente contrato, bem como a tipologia do veículo a utilizar para o efeito, são os constantes do anexo I, documento que faz parte integrante do presente contrato.-----

3- Classificação estatística de produtos por actividades a que se refere o Regulamento (CE) Nº 1232/98, da Comissão, de 17 de Junho de 1998, da seguinte forma: Categoria 60.21.3; subcategoria 60.21.22, Grupo 60.2; Classe 60.21; Referências - CPC (1991) 71212. -----

Cláusula 2ª -----

**Local da prestação dos serviços -----**

Os serviços objecto do presente contrato serão executados na área do concelho de Chaves. -----

Cláusula 3ª -----

**Prazo de execução da prestação de serviços -----**

1- A prestação de serviços a realizar no âmbito do presente contrato deverá ser integralmente executada durante o ano lectivo 2009/10, sendo o seu início coincidente com o 1º dia lectivo. -----

2- A presente prestação de serviços será executada no cumprimento integral dos horários escolares dos alunos. -----

Cláusula 4ª -----

**Regularidade do Serviço -----**

1- Os circuitos especiais deverão ser executados com a regularidade prevista no plano de transportes, a seguir discriminados: -----

a) Os circuitos especiais que fazem a ligação com transporte público funcionam no horário da manhã e ao fim da tarde/noite. ----

b) Os circuitos para os Jardins-de-infância, Escolas do 1º Ciclo, Escolas EB2,3 e Escolas Secundárias funcionam de acordo com os horários dos respectivos estabelecimentos de ensino. Os locais de paragem para a tomada e largada de alunos serão, além dos próprios

estabelecimentos de ensino, o centro de cada localidade, com excepção para os alunos de Ensino especial que será a sua residência. -----

c) Nas situações em que se verifique necessidade de desdobramento, o tempo máximo de espera dos alunos no estabelecimento de ensino é de 30 minutos, nas restantes situações é de 15 minutos. -----

Cláusula 5ª -----

#### **Preço e condições de pagamento** -----

1- O encargo total do presente contrato é de **€ 50 461,43** (cinquenta mil, quatrocentos e sessenta e um euros e quarenta e três cêntimos), sendo **€ 48 058,50** (quarenta e oito mil, cinquenta e oito euros e cinquenta cêntimos) referentes ao valor da prestação de serviços e **€ 2 402,93** (dois mil, quatrocentos e dois euros e noventa e três cêntimos) relativos ao valor do IVA -----

2. Os pagamentos serão efectuados mediante a apresentação do respectivo documento mensal de despesa (factura), nos serviços deste Município, as quais devem ser apresentadas até ao dia 15 do mês seguinte a que disserem respeito. -----

3 - As facturas serão pagas no prazo de 90 dias úteis, contados a partir da sua recepção nos serviços do primeiro outorgante. -----

Cláusula 6ª -----

#### **Sigilo** -----

O segundo outorgante garantirá o sigilo quanto a informações que venha a ter conhecimento relacionadas com a actividade do primeiro outorgante. -----

Cláusula 7ª -----

#### **Cessão da posição contratual** -----

1- O segundo outorgante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sem autorização do primeiro outorgante. -----

2- Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve: --

a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao segundo outorgante no presente procedimento; -----

b) O primeiro outorgante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

Cláusula 8ª -----

#### **Desistência da execução dos circuitos** -----

1- Depois de adjudicada a execução dos circuitos especiais, o segundo outorgante só poderá desistir de realizar um ou mais circuitos com base em motivos de força maior, comunicados ao primeiro outorgante com trinta dias de antecedência da data prevista para o seu termo. -----

2- Para efeitos do número anterior não se consideram motivos de força maior quaisquer alterações dos componentes que integram os custos dos transportes. -----

3- A alteração do horário previsto para a realização do circuito do especial não dá direito ao segundo outorgante à desistência ou à reclamação de qualquer indemnização. -----

Cláusula 9ª -----

#### **Penalidades** -----

No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao segundo outorgante, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades: -----

a) O segundo outorgante não receberá qualquer pagamento pelos períodos em que não tenha assegurado a realização dos circuitos. ---

b) Sempre que o transporte não se realize por causa imputável ao segundo outorgante, este fica obrigado a indemnizar o primeiro outorgante em 75% do preço do serviço correspondente ao período em que o circuito não tenha sido executado; -----

c) Nos casos em que por motivos imputáveis ao segundo outorgante, o período de interrupção de todo ou parte do serviço seja superior a 5 dias escolares consecutivos ou de 15 intercalados há lugar à rescisão do contrato, sendo ainda a indemnização a que se refere o número anterior agravada para o montante equivalente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês lectivo a 22 dias; -----

d) As indemnizações devidas nos termos do presente artigo poderão ser deduzidas das somas devidas pelo primeiro ao segundo outorgante.-----

Cláusula 10ª -----

#### **Casos fortuitos ou de força maior -----**

1- Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos colectivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato. -----

2- A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação. -----

3- Quando por motivos de força maior e totalmente imprevisíveis para o primeiro outorgante, qualquer dos circuitos colocados a concurso, parcial ou totalmente se venha a mostrar desnecessário em virtude da ausência temporárias, considerando-se como tal um período superior a cinco dias, ou permanente dos alunos a transportar, o circuito ou parte dele poderá ser suspenso. -----

Cláusula 11ª -----

#### **Caução para garantir o cumprimento de obrigações -----**

1- Para garantir o exacto e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo outorgante prestou Depósito de Garantia/Garantia Bancária no valor de **€ 480,59** (quatrocentos e oitenta euros e cinquenta e nove cêntimos), efectuado na Tesouraria do Município de Chaves no dia de hoje, através da guia nº ..../08, correspondente a 1% do montante total do contrato, com exclusão do IVA. -----

2- O primeiro outorgante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo segundo outorgante. -----

3- No prazo de 30 dias úteis contados do cumprimento de todas as obrigações contratuais por parte do segundo outorgante, o primeiro outorgante promove a libertação da caução a que se refere o nº 1. --

4- A demora na libertação da caução confere ao segundo outorgante o direito de exigir ao primeiro outorgante juros sobre a importância da caução, calculados sobre o tempo decorrido desde o dia seguinte ao termo do prazo referido no número anterior, nas condições a estabelecer por portaria do Ministro das Finanças. -----

Cláusula 12ª -----

#### **Revisão de preços -----**

A contratualização dos serviços objecto do presente contrato não está sujeita às regras da revisão de preços. -----

Cláusula 13ª -----

#### **Rescisão do contrato -----**

1- O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do presente contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra

parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais. -----

2- Para efeitos do número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na execução da prestação dos serviços alvo do presente contrato ou falta de reposição de bom funcionamento pelo período superior a 10 dias úteis. -----

3- No caso de no início do ano lectivo se verificar que a realização de determinado circuito especial não se justifica, o primeiro outorgante poderá rescindir o contrato celebrado relativo a esse circuito. -----

4- Também poderá haver lugar à rescisão daquele contrato se no decorrer do ano lectivo deixar de se justificar a rescisão do circuito ou o número de alunos se tenha alterado de modo que o seu transportes possa ser efectuado em veículos com características diversas do utilizado. -----

5- Para efeitos do número anterior, sempre que o primeiro outorgante assegure a execução do circuito em veículos que preencham as novas exigências, terá preferência na celebração do novo contrato. -----

6- Sempre que o contrato for rescindido nos termos dos nºs 3 e 4, o segundo outorgante terá direito a uma indemnização igual ao montante correspondente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês lectivo a 22 dias. -----

7- O contrato poderá ainda ser rescindido em caso de comprovada má execução da condução, falta de idoneidade moral ou falta de civismo do condutor, quando a sua substituição, quando solicitada, não seja promovida. -----

8- No caso do número anterior, o primeiro outorgante não está obrigado ao pagamento de qualquer indemnização. -----

Cláusula 14ª -----

#### **Alteração dos circuitos** -----

1- As partes contratantes obrigam-se a proceder à alteração das distâncias fixadas em quilómetros dos circuitos colocados a concurso, no sentido da sua redução ou aumento, em função do número de alunos que efectivamente vier a ser transportado e do número de viagens a realizar. -----

2- Tal alteração deverá ser titulada mediante a celebração de contrato adicional ao presente contrato. -----

3- As situações previstas no nº3, da cláusula 10ª e cláusula 14ª não configuram para o segundo outorgante o direito de rescisão de contrato. -----

Cláusula 15ª -----

#### **Outros encargos** -----

Todas as despesas derivadas da celebração do presente contrato são da responsabilidade do segundo outorgante. -----

Cláusula 16ª -----

#### **Foro competente** -----

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal da Comarca de Chaves. -----

Cláusula 17ª -----

#### **Prevalência** -----

1- Fazem parte integrante do presente contrato o programa de concurso, caderno de encargos e a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

2- Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do presente contrato, seguidamente o programa de concurso e caderno de

encargos, e em último lugar a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

Cláusula 18ª -----

**Disposições finais** -----

1- Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas. -----

2- O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação camarária de 21 de Maio de 2009; -----

3- A prestação dos serviços objecto do presente contrato foi adjudicada por deliberação camarária de ... de Agosto de 2009; -----

4- A minuta relativa ao presente contrato foi aprovada por deliberação camarária de ... de Agosto de 2009. -----

5- O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento do Município, sob as rubricas orçamentais com a classificação económica: 020210. -----

6- Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes. -----

Depois de o segundo outorgante ter feito prova, por certidão, de que tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português e por contribuições para a segurança social, o contrato foi assinado pelos representantes de ambas as partes. -----

Pelo Primeiro Outorgante, -----

Pelo Segundo Outorgante, -----

Imposto de Selo, Verba 8, Anexo III, da TGIS: € 5, liquidado hoje por meio de guia -----

Guia nº .../09. -----

Contrato registado sob o nº ...../09. -----

**MINUTA DO CONTRATO PARA "EXECUÇÃO DE TRANSPORTES TERRESTRES DE ALUNOS - CIRCUITOS ESPECIAIS - ANO LECTIVO 2009/10 - CIRCUITO Nº 17 -"** -----

No dia ... de ..... de dois mil e nove, celebram o presente contrato de prestação de serviços, para o transporte terrestre de alunos em circuitos especiais, para o Ano Lectivo 2009/2010, pelo preço total de **€ 12 623,12** (doze mil, seiscentos e vinte e três euros e doze cêntimos) acrescidos de IVA à taxa de 5%. -----

Como primeiro outorgante, o **Município de Chaves**, titular do cartão de pessoa colectiva nº 501205551, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Gonçalves Martins Batista. -----

Como segundo outorgante, **Taxis Herculano & Filhos, Lda.**, com sede na Estrada Nova, nº 12, S. Vicente da Raia, 5400 - Chaves, titular do NIPC nº 506235254, registada na Conservatória do Registo Comercial de Chaves sob o nº 01249, neste acto legalmente representada por Herculano José do Nascimento, titular do Bilhete de Identidade nº 944724, emitido pelos S.I.C. de Vila Real em 12 de Julho de 2002, N.I.F. nº 125178824, na qualidade de sócio gerente da referida firma. -----

Cláusula 1ª -----

**Objecto** -----

1- O objecto do presente contrato consiste na aquisição de serviços de transportes terrestres de alunos, em circuitos especiais, na área do concelho de Chaves, para o ano lectivo 2009/10. -----

2- Os circuitos/percursos contratados no presente contrato, bem como a tipologia do veículo a utilizar para o efeito, são os constantes



do anexo I, documento que faz parte integrante do presente contrato.-----

3- Classificação estatística de produtos por actividades a que se refere o Regulamento (CE) N° 1232/98, da Comissão, de 17 de Junho de 1998, da seguinte forma: Categoria 60.21.3; subcategoria 60.21.22, Grupo 60.2; Classe 60.21; Referências - CPC (1991) 71212. -----

Cláusula 2ª -----

#### **Local da prestação dos serviços -----**

Os serviços objecto do presente contrato serão executados na área do concelho de Chaves. -----

Cláusula 3ª -----

#### **Prazo de execução da prestação de serviços -----**

1- A prestação de serviços a realizar no âmbito do presente contrato deverá ser integralmente executada durante o ano lectivo 2009/10, sendo o seu início coincidente com o 1º dia lectivo. -----

2- A presente prestação de serviços será executada no cumprimento integral dos horários escolares dos alunos. -----

Cláusula 4ª -----

#### **Regularidade do Serviço -----**

1- Os circuitos especiais deverão ser executados com a regularidade prevista no plano de transportes, a seguir discriminados: -----

a) Os circuitos especiais que fazem a ligação com transporte público funcionam no horário da manhã e ao fim da tarde/noite. -----

b) Os circuitos para os Jardins-de-infância, Escolas do 1º Ciclo, Escolas EB2,3 e Escolas Secundárias funcionam de acordo com os horários dos respectivos estabelecimentos de ensino. Os locais de paragem para a tomada e largada de alunos serão, além dos próprios estabelecimentos de ensino, o centro de cada localidade, com excepção para os alunos de Ensino especial que será a sua residência. -----

c) Nas situações em que se verifique necessidade de desdobramento, o tempo máximo de espera dos alunos no estabelecimento de ensino é de 30 minutos, nas restantes situações é de 15 minutos. -----

Cláusula 5ª -----

#### **Preço e condições de pagamento -----**

1- O encargo total do presente contrato é de **€ 13 254,28** (treze mil, duzentos e cinquenta e quatro euros e vinte e oito cêntimos), sendo **€ 12 623,12** (doze mil, seiscentos e vinte e três euros e doze cêntimos) referentes ao valor da prestação de serviços e **€ 631,16** (seiscentos e trinta e um euros e dezasseis cêntimos) relativos ao valor do IVA -----

2. Os pagamentos serão efectuados mediante a apresentação do respectivo documento mensal de despesa (factura), nos serviços deste Município, as quais devem ser apresentadas até ao dia 15 do mês seguinte a que disserem respeito. -----

3 - As facturas serão pagas no prazo de 90 dias úteis, contados a partir da sua recepção nos serviços do primeiro outorgante. -----

Cláusula 6ª -----

#### **Sigilo -----**

O segundo outorgante garantirá o sigilo quanto a informações que venha a ter conhecimento relacionadas com a actividade do primeiro outorgante. -----

Cláusula 7ª -----

#### **Cessão da posição contratual -----**

1- O segundo outorgante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sem autorização do primeiro outorgante. -----

2- Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve: --

a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao segundo outorgante no presente procedimento; -----

b) O primeiro outorgante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

Cláusula 8ª -----

**Desistência da execução dos circuitos -----**

1- Depois de adjudicada a execução dos circuitos especiais, o segundo outorgante só poderá desistir de realizar um ou mais circuitos com base em motivos de força maior, comunicados ao primeiro outorgante com trinta dias de antecedência da data prevista para o seu termo. -----

2- Para efeitos do número anterior não se consideram motivos de força maior quaisquer alterações dos componentes que integram os custos dos transportes. -----

3- A alteração do horário previsto para a realização do circuito do especial não dá direito ao segundo outorgante à desistência ou à reclamação de qualquer indemnização. -----

Cláusula 9ª -----

**Penalidades -----**

No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao segundo outorgante, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades: -----

a) O segundo outorgante não receberá qualquer pagamento pelos períodos em que não tenha assegurado a realização dos circuitos. ---

b) Sempre que o transporte não se realize por causa imputável ao segundo outorgante, este fica obrigado a indemnizar o primeiro outorgante em 75% do preço do serviço correspondente ao período em que o circuito não tenha sido executado; -----

c) Nos casos em que por motivos imputáveis ao segundo outorgante, o período de interrupção de todo ou parte do serviço seja superior a 5 dias escolares consecutivos ou de 15 intercalados há lugar à rescisão do contrato, sendo ainda a indemnização a que se refere o número anterior agravada para o montante equivalente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês lectivo a 22 dias; -----

d) As indemnizações devidas nos termos do presente artigo poderão ser deduzidas das somas devidas pelo primeiro ao segundo outorgante.-----

Cláusula 10ª -----

**Casos fortuitos ou de força maior -----**

1- Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos colectivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato. -----

2- A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação. -----

3- Quando por motivos de força maior e totalmente imprevisíveis para o primeiro outorgante, qualquer dos circuitos colocados a concurso, parcial ou totalmente se venha a mostrar desnecessário em virtude da ausência temporárias, considerando-se como tal um período superior a

cinco dias, ou permanente dos alunos a transportar, o circuito ou parte dele poderá ser suspenso. -----

Cláusula 11ª -----

**Caução para garantir o cumprimento de obrigações -----**

1- Para garantir o exacto e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo outorgante prestou Depósito de Garantia/Garantia Bancária no valor de **€ 126,23** (cento e vinte e seis euros e vinte e três cêntimos), efectuado na Tesouraria do Município de Chaves no dia de hoje, através da guia nº .... /08, correspondente a 1% do montante total do contrato, com exclusão do IVA. -----

2- O primeiro outorgante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo segundo outorgante. -----

3- No prazo de 30 dias úteis contados do cumprimento de todas as obrigações contratuais por parte do segundo outorgante, o primeiro outorgante promove a libertação da caução a que se refere o nº 1. --

4- A demora na libertação da caução confere ao segundo outorgante o direito de exigir ao primeiro outorgante juros sobre a importância da caução, calculados sobre o tempo decorrido desde o dia seguinte ao termo do prazo referido no número anterior, nas condições a estabelecer por portaria do Ministro das Finanças. -----

Cláusula 12ª -----

**Revisão de preços -----**

A contratualização dos serviços objecto do presente contrato não está sujeita às regras da revisão de preços. -----

Cláusula 13ª -----

**Rescisão do contrato -----**

1- O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do presente contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais. -----

2- Para efeitos do número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na execução da prestação dos serviços alvo do presente contrato ou falta de reposição de bom funcionamento pelo período superior a 10 dias úteis. -----

3- No caso de no início do ano lectivo se verificar que a realização de determinado circuito especial não se justifica, o primeiro outorgante poderá rescindir o contrato celebrado relativo a esse circuito. -----

4- Também poderá haver lugar à rescisão daquele contrato se no decorrer do ano lectivo deixar de se justificar a rescisão do circuito ou o número de alunos se tenha alterado de modo que o seu transportes possa ser efectuado em veículos com características diversas do utilizado. -----

5- Para efeitos do número anterior, sempre que o primeiro outorgante assegure a execução do circuito em veículos que preencham as novas exigências, terá preferência na celebração do novo contrato. -----

6- Sempre que o contrato for rescindido nos termos dos nºs 3 e 4, o segundo outorgante terá direito a uma indemnização igual ao montante correspondente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês lectivo a 22 dias. -----

7- O contrato poderá ainda ser rescindido em caso de comprovada má execução da condução, falta de idoneidade moral ou falta de civismo do condutor, quando a sua substituição, quando solicitada, não seja promovida. -----

8- No caso do número anterior, o primeiro outorgante não está obrigado ao pagamento de qualquer indemnização. -----

Cláusula 14ª -----

**Alteração dos circuitos** -----

1- As partes contratantes obrigam-se a proceder à alteração das distâncias fixadas em quilómetros dos circuitos colocados a concurso, no sentido da sua redução ou aumento, em função do número de alunos que efectivamente vier a ser transportado e do número de viagens a realizar. -----

2- Tal alteração deverá ser titulada mediante a celebração de contrato adicional ao presente contrato. -----

3- As situações previstas no nº3, da cláusula 10ª e cláusula 14ª não configuram para o segundo outorgante o direito de rescisão de contrato. -----

Cláusula 15ª -----

**Outros encargos** -----

Todas as despesas derivadas da celebração do presente contrato são da responsabilidade do segundo outorgante. -----

Cláusula 16ª -----

**Foro competente** -----

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal da Comarca de Chaves. -----

Cláusula 17ª -----

**Prevalência** -----

1- Fazem parte integrante do presente contrato o programa de concurso, caderno de encargos e a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

2- Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do presente contrato, seguidamente o programa de concurso e caderno de encargos, e em último lugar a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

Cláusula 18ª -----

**Disposições finais** -----

1- Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas. -----

2- O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação camarária de 21 de Maio de 2009; -----

3- A prestação dos serviços objecto do presente contrato foi adjudicada por deliberação camarária de ... de Agosto de 2009; -----

4- A minuta relativa ao presente contrato foi aprovada por deliberação camarária de ... de Agosto de 2009. -----

5- O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento do Município, sob as rubricas orçamentais com a classificação económica: 020210. -----

6- Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes. -----

Depois de o segundo outorgante ter feito prova, por certidão, de que tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português e por contribuições para a segurança social, o contrato foi assinado pelos representantes de ambas as partes. -----

Pelo Primeiro Outorgante, -----

Pelo Segundo Outorgante, -----

Imposto de Selo, Verba 8, Anexo III, da TGIS: € 5, liquidado hoje por meio de guia -----

Guia n° .../09. -----  
 Contrato registado sob o n° ...../09. -----  
 -----

**MINUTA DO CONTRATO PARA "EXECUÇÃO DE TRANSPORTES TERRESTRES DE ALUNOS - CIRCUITOS ESPECIAIS - ANO LECTIVO 2009/10 - CIRCUITOS N°S 18 E 19 -"** -----

No dia ... de ..... de dois mil e nove, celebram o presente contrato de prestação de serviços, para o transporte terrestre de alunos em circuitos especiais, para o Ano Lectivo 2009/2010, pelo preço total de **€ 27 599,40** (vinte e sete mil, quinhentos e noventa e nove euros e quarenta cêntimos) acrescidos de IVA à taxa de 5%. -----

Como primeiro outorgante, o **Município de Chaves**, titular do cartão de pessoa colectiva n° 501205551, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Gonçalves Martins Batista. -----

Como segundo outorgante, **Transportes Central Montenegro**, com sede em ....., titular do NIPC n° ....., registada na Conservatória do Registo Comercial de ..... sob o n°....., neste acto legalmente representada por....., titular do Bilhete de Identidade n° ..... , emitido pelos S.I.C. de ..... em ... de ..... de 200.., N.I.F. n°.... , na qualidade de sócio gerente da referida firma. -----

Cláusula 1ª -----

**Objecto** -----

1- O objecto do presente contrato consiste na aquisição de serviços de transportes terrestres de alunos, em circuitos especiais, na área do concelho de Chaves, para o ano lectivo 2009/10. -----

2- Os circuitos/percursos contratados no presente contrato, bem como a tipologia do veículo a utilizar para o efeito, são os constantes do anexo I, documento que faz parte integrante do presente contrato.

3- Classificação estatística de produtos por actividades a que se refere o Regulamento (CE) N° 1232/98, da Comissão, de 17 de Junho de 1998, da seguinte forma: Categoria 60.21.3; subcategoria 60.21.22, Grupo 60.2; Classe 60.21; Referências - CPC (1991) 71212. -----

Cláusula 2ª -----

**Local da prestação dos serviços** -----

Os serviços objecto do presente contrato serão executados na área do concelho de Chaves. -----

Cláusula 3ª -----

**Prazo de execução da prestação de serviços** -----

1- A prestação de serviços a realizar no âmbito do presente contrato deverá ser integralmente executada durante o ano lectivo 2009/10, sendo o seu início coincidente com o 1º dia lectivo. -----

2- A presente prestação de serviços será executada no cumprimento integral dos horários escolares dos alunos. -----

Cláusula 4ª -----

**Regularidade do Serviço** -----

1- Os circuitos especiais deverão ser executados com a regularidade prevista no plano de transportes, a seguir discriminados: -----

a) Os circuitos especiais que fazem a ligação com transporte público funcionam no horário da manhã e ao fim da tarde/noite. -----

b) Os circuitos para os Jardins-de-infância, Escolas do 1º Ciclo, Escolas EB2,3 e Escolas Secundárias funcionam de acordo com os horários dos respectivos estabelecimentos de ensino. Os locais de paragem para a tomada e largada de alunos serão, além dos próprios estabelecimentos de ensino, o centro de cada localidade, com excepção para os alunos de Ensino especial que será a sua residência. -----

c) Nas situações em que se verifique necessidade de desdobramento, o tempo máximo de espera dos alunos no estabelecimento de ensino é de 30 minutos, nas restantes situações é de 15 minutos. -----

Cláusula 5ª -----

**Preço e condições de pagamento** -----

1- O encargo total do presente contrato é de **€ 28 979,37** (vinte e oito mil, novecentos e setenta e nove euros e trinta e sete cêntimos), sendo **€ 27 599,40** (vinte e sete mil, quinhentos e noventa e nove euros e quarenta cêntimos) referentes ao valor da prestação de serviços e **€ 1 379,97** (mil, trezentos e setenta e nove euros e noventa e sete cêntimos) relativos ao valor do IVA -----

2. Os pagamentos serão efectuados mediante a apresentação do respectivo documento mensal de despesa (factura), nos serviços deste Município, as quais devem ser apresentadas até ao dia 15 do mês seguinte a que disserem respeito. -----

3 - As facturas serão pagas no prazo de 90 dias úteis, contados a partir da sua recepção nos serviços do primeiro outorgante. -----

Cláusula 6ª -----

**Sigilo** -----

O segundo outorgante garantirá o sigilo quanto a informações que venha a ter conhecimento relacionadas com a actividade do primeiro outorgante. -----

Cláusula 7ª -----

**Cessão da posição contratual** -----

1- O segundo outorgante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sem autorização do primeiro outorgante. -----

2- Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve: --

a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao segundo outorgante no presente procedimento; -----

b) O primeiro outorgante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

Cláusula 8ª -----

**Desistência da execução dos circuitos** -----

1- Depois de adjudicada a execução dos circuitos especiais, o segundo outorgante só poderá desistir de realizar um ou mais circuitos com base em motivos de força maior, comunicados ao primeiro outorgante com trinta dias de antecedência da data prevista para o seu termo. -----

2- Para efeitos do número anterior não se consideram motivos de força maior quaisquer alterações dos componentes que integram os custos dos transportes. -----

3- A alteração do horário previsto para a realização do circuito do especial não dá direito ao segundo outorgante à desistência ou à reclamação de qualquer indemnização. -----

Cláusula 9ª -----

**Penalidades** -----

No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao segundo outorgante, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades: -----

a) O segundo outorgante não receberá qualquer pagamento pelos períodos em que não tenha assegurado a realização dos circuitos. ---

b) Sempre que o transporte não se realize por causa imputável ao segundo outorgante, este fica obrigado a indemnizar o primeiro

outorgante em 75% do preço do serviço correspondente ao período em que o circuito não tenha sido executado; -----

**c)** Nos casos em que por motivos imputáveis ao segundo outorgante, o período de interrupção de todo ou parte do serviço seja superior a 5 dias escolares consecutivos ou de 15 intercalados há lugar à rescisão do contrato, sendo ainda a indemnização a que se refere o número anterior agravada para o montante equivalente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês lectivo a 22 dias; -----

**d)** As indemnizações devidas nos termos do presente artigo poderão ser deduzidas das somas devidas pelo primeiro ao segundo outorgante.

Cláusula 10ª -----

**Casos fortuitos ou de força maior** -----

1- Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos colectivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato. -----

2- A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação. -----

3- Quando por motivos de força maior e totalmente imprevisíveis para o primeiro outorgante, qualquer dos circuitos colocados a concurso, parcial ou totalmente se venha a mostrar desnecessário em virtude da ausência temporárias, considerando-se como tal um período superior a cinco dias, ou permanente dos alunos a transportar, o circuito ou parte dele poderá ser suspenso. -----

Cláusula 11ª -----

**Caução para garantir o cumprimento de obrigações** -----

1- Para garantir o exacto e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo outorgante prestou Depósito de Garantia/Garantia Bancária no valor de **€ 275,99** (duzentos e setenta e cinco euros e noventa e nove cêntimos), efectuado na Tesouraria do Município de Chaves no dia de hoje, através da guia nº .... /08, correspondente a 1% do montante total do contrato, com exclusão do IVA. -----

2- O primeiro outorgante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo segundo outorgante. -----

3- No prazo de 30 dias úteis contados do cumprimento de todas as obrigações contratuais por parte do segundo outorgante, o primeiro outorgante promove a libertação da caução a que se refere o nº 1. --

4- A demora na libertação da caução confere ao segundo outorgante o direito de exigir ao primeiro outorgante juros sobre a importância da caução, calculados sobre o tempo decorrido desde o dia seguinte ao termo do prazo referido no número anterior, nas condições a estabelecer por portaria do Ministro das Finanças. -----

Cláusula 12ª -----

**Revisão de preços** -----

A contratualização dos serviços objecto do presente contrato não está sujeita às regras da revisão de preços. -----

Cláusula 13ª -----

**Rescisão do contrato** -----

1- O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do presente contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais. -----

2- Para efeitos do número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na execução da prestação dos serviços alvo do presente contrato ou falta de reposição de bom funcionamento pelo período superior a 10 dias úteis. -----

3- No caso de no início do ano lectivo se verificar que a realização de determinado circuito especial não se justifica, o primeiro outorgante poderá rescindir o contrato celebrado relativo a esse circuito. -----

4- Também poderá haver lugar à rescisão daquele contrato se no decorrer do ano lectivo deixar de se justificar a rescisão do circuito ou o número de alunos se tenha alterado de modo que o seu transportes possa ser efectuado em veículos com características diversas do utilizado. -----

5- Para efeitos do número anterior, sempre que o primeiro outorgante assegure a execução do circuito em veículos que preencham as novas exigências, terá preferência na celebração do novo contrato. -----

6- Sempre que o contrato for rescindido nos termos dos n.ºs 3 e 4, o segundo outorgante terá direito a uma indemnização igual ao montante correspondente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês lectivo a 22 dias. -----

7- O contrato poderá ainda ser rescindido em caso de comprovada má execução da condução, falta de idoneidade moral ou falta de civismo do condutor, quando a sua substituição, quando solicitada, não seja promovida. -----

8- No caso do número anterior, o primeiro outorgante não está obrigado ao pagamento de qualquer indemnização. -----

Cláusula 14ª -----

#### **Alteração dos circuitos** -----

1- As partes contratantes obrigam-se a proceder à alteração das distâncias fixadas em quilómetros dos circuitos colocados a concurso, no sentido da sua redução ou aumento, em função do número de alunos que efectivamente vier a ser transportado e do número de viagens a realizar. -----

2- Tal alteração deverá ser titulada mediante a celebração de contrato adicional ao presente contrato. -----

3- As situações previstas no n.º3, da cláusula 10ª e cláusula 14ª não configuram para o segundo outorgante o direito de rescisão de contrato. -----

Cláusula 15ª -----

#### **Outros encargos** -----

Todas as despesas derivadas da celebração do presente contrato são da responsabilidade do segundo outorgante. -----

Cláusula 16ª -----

#### **Foro competente** -----

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal da Comarca de Chaves. -----

Cláusula 17ª -----

#### **Prevalência** -----

1- Fazem parte integrante do presente contrato o programa de concurso, caderno de encargos e a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

2- Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do presente contrato, seguidamente o programa de concurso e caderno de encargos, e em último lugar a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

Cláusula 18ª -----



**Disposições finais**

- 1- Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas. -----
- 2- O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação camarária de 21 de Maio de 2009; -----
- 3- A prestação dos serviços objecto do presente contrato foi adjudicada por deliberação camarária de ... de Agosto de 2009; -----
- 4- A minuta relativa ao presente contrato foi aprovada por deliberação camarária de ... de Agosto de 2009. -----
- 5- O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento do Município, sob as rubricas orçamentais com a classificação económica: 020210. -----
- 6- Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes. -----
- Depois de o segundo outorgante ter feito prova, por certidão, de que tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português e por contribuições para a segurança social, o contrato foi assinado pelos representantes de ambas as partes. -----
- Pelo Primeiro Outorgante, -----
- Pelo Segundo Outorgante, -----
- Imposto de Selo, Verba 8, Anexo III, da TGIS: € 5, liquidado hoje por meio de guia -----
- Guia n° .../09. -----
- Contrato registado sob o n° ...../09. -----

**MINUTA DO CONTRATO PARA "EXECUÇÃO DE TRANSPORTES TERRESTRES DE ALUNOS - CIRCUITOS ESPECIAIS - ANO LECTIVO 2009/10 - CIRCUITO N° 27 -"**

No dia ... de ..... de dois mil e nove, celebram o presente contrato de prestação de serviços, para o transporte terrestre de alunos em circuitos especiais, para o Ano Lectivo 2009/2010, pelo preço total de **€ 7 159,52** (sete mil, cento e cinquenta e nove euros e cinquenta e dois cêntimos) acrescidos de IVA à taxa de 5%. -----

Como primeiro outorgante, o **Município de Chaves**, titular do cartão de pessoa colectiva n° 501205551, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Gonçalves Martins Batista. -----

Como segundo outorgante, **Zeferino Pereira de Moraes**, casado, residente na Quinta de Ranha Lobos, Curalha, 5400 - 620 Chaves, titular do Bilhete de Identidade n° 8228593, Contribuinte Fiscal n° 156338840, representado no acto por Manuel Leite Ferreira, casado, natural e residente em Curalha, concelho de Chaves, titular do B.I. n° 7867982, emitido pelos SIC de Vila Real, em 13/08/2001, na qualidade de procurador, conforme documento em anexo. -----

Cláusula 1ª -----

**Objecto**

- 1- O objecto do presente contrato consiste na aquisição de serviços de transportes terrestres de alunos, em circuitos especiais, na área do concelho de Chaves, para o ano lectivo 2009/10. -----
- 2- Os circuitos/percursos contratados no presente contrato, bem como a tipologia do veículo a utilizar para o efeito, são os constantes do anexo I, documento que faz parte integrante do presente contrato.
- 3- Classificação estatística de produtos por actividades a que se refere o Regulamento (CE) N° 1232/98, da Comissão, de 17 de Junho de

1998, da seguinte forma: Categoria 60.21.3; subcategoria 60.21.22, Grupo 60.2; Classe 60.21; Referências - CPC (1991) 71212. -----

Cláusula 2ª -----

**Local da prestação dos serviços** -----

Os serviços objecto do presente contrato serão executados na área do concelho de Chaves. -----

Cláusula 3ª -----

**Prazo de execução da prestação de serviços** -----

1- A prestação de serviços a realizar no âmbito do presente contrato deverá ser integralmente executada durante o ano lectivo 2009/10, sendo o seu início coincidente com o 1º dia lectivo. -----

2- A presente prestação de serviços será executada no cumprimento integral dos horários escolares dos alunos. -----

Cláusula 4ª -----

**Regularidade do Serviço** -----

1- Os circuitos especiais deverão ser executados com a regularidade prevista no plano de transportes, a seguir discriminados: -----

a) Os circuitos especiais que fazem a ligação com transporte público funcionam no horário da manhã e ao fim da tarde/noite. -----

b) Os circuitos para os Jardins-de-infância, Escolas do 1º Ciclo, Escolas EB2,3 e Escolas Secundárias funcionam de acordo com os horários dos respectivos estabelecimentos de ensino. Os locais de paragem para a tomada e largada de alunos serão, além dos próprios estabelecimentos de ensino, o centro de cada localidade, com excepção para os alunos de Ensino especial que será a sua residência. -----

c) Nas situações em que se verifique necessidade de desdobramento, o tempo máximo de espera dos alunos no estabelecimento de ensino é de 30 minutos, nas restantes situações é de 15 minutos. -----

Cláusula 5ª -----

**Preço e condições de pagamento** -----

1- O encargo total do presente contrato é de **€ 7 517,50** (sete mil, quinhentos e dezassete euros e cinquenta cêntimos), sendo **€ 7 159,52** (sete mil, cento e cinquenta e nove euros e cinquenta e dois cêntimos) referentes ao valor da prestação de serviços e **€ 357,98** (trezentos e cinquenta e sete euros e noventa e oito cêntimos) relativos ao valor do IVA -----

2. Os pagamentos serão efectuados mediante a apresentação do respectivo documento mensal de despesa (factura), nos serviços deste Município, as quais devem ser apresentadas até ao dia 15 do mês seguinte a que disserem respeito. -----

3 - As facturas serão pagas no prazo de 90 dias úteis, contados a partir da sua recepção nos serviços do primeiro outorgante. -----

Cláusula 6ª -----

**Sigilo** -----

O segundo outorgante garantirá o sigilo quanto a informações que venha a ter conhecimento relacionadas com a actividade do primeiro outorgante. -----

Cláusula 7ª -----

**Cessão da posição contratual** -----

1- O segundo outorgante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sem autorização do primeiro outorgante. -----

2- Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve: --

a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao segundo outorgante no presente procedimento; -----

b) O primeiro outorgante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

Cláusula 8ª -----

**Desistência da execução dos circuitos -----**

1- Depois de adjudicada a execução dos circuitos especiais, o segundo outorgante só poderá desistir de realizar um ou mais circuitos com base em motivos de força maior, comunicados ao primeiro outorgante com trinta dias de antecedência da data prevista para o seu termo. -----

2- Para efeitos do número anterior não se consideram motivos de força maior quaisquer alterações dos componentes que integram os custos dos transportes. -----

3- A alteração do horário previsto para a realização do circuito do especial não dá direito ao segundo outorgante à desistência ou à reclamação de qualquer indemnização. -----

Cláusula 9ª -----

**Penalidades -----**

No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao segundo outorgante, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades: -----

a) O segundo outorgante não receberá qualquer pagamento pelos períodos em que não tenha assegurado a realização dos circuitos. ---

b) Sempre que o transporte não se realize por causa imputável ao segundo outorgante, este fica obrigado a indemnizar o primeiro outorgante em 75% do preço do serviço correspondente ao período em que o circuito não tenha sido executado; -----

c) Nos casos em que por motivos imputáveis ao segundo outorgante, o período de interrupção de todo ou parte do serviço seja superior a 5 dias escolares consecutivos ou de 15 intercalados há lugar à rescisão do contrato, sendo ainda a indemnização a que se refere o número anterior agravada para o montante equivalente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês lectivo a 22 dias; -----

d) As indemnizações devidas nos termos do presente artigo poderão ser deduzidas das somas devidas pelo primeiro ao segundo outorgante.

Cláusula 10ª -----

**Casos fortuitos ou de força maior -----**

1- Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos colectivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato. -----

2- A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação. -----

3- Quando por motivos de força maior e totalmente imprevisíveis para o primeiro outorgante, qualquer dos circuitos colocados a concurso, parcial ou totalmente se venha a mostrar desnecessário em virtude da ausência temporárias, considerando-se como tal um período superior a cinco dias, ou permanente dos alunos a transportar, o circuito ou parte dele poderá ser suspenso. -----

Cláusula 11ª -----

**Caução para garantir o cumprimento de obrigações -----**

1- Para garantir o exacto e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo outorgante prestou Depósito de Garantia/Garantia Bancária no valor de **€ 71,60** (setenta e um euros e sessenta cêntimos), efectuado na Tesouraria do Município de Chaves no dia de hoje,

através da guia nº ..../08, correspondente a 1% do montante total do contrato, com exclusão do IVA. -----

2- O primeiro outorgante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo segundo outorgante. -----

3- No prazo de 30 dias úteis contados do cumprimento de todas as obrigações contratuais por parte do segundo outorgante, o primeiro outorgante promove a libertação da caução a que se refere o nº 1. --

4- A demora na libertação da caução confere ao segundo outorgante o direito de exigir ao primeiro outorgante juro sobre a importância da caução, calculados sobre o tempo decorrido desde o dia seguinte ao termo do prazo referido no número anterior, nas condições a estabelecer por portaria do Ministro das Finanças. -----

Cláusula 12ª -----

**Revisão de preços -----**

A contratualização dos serviços objecto do presente contrato não está sujeita às regras da revisão de preços. -----

Cláusula 13ª -----

**Rescisão do contrato -----**

1- O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do presente contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais. -----

2- Para efeitos do número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na execução da prestação dos serviços alvo do presente contrato ou falta de reposição de bom funcionamento pelo período superior a 10 dias úteis. -----

3- No caso de no início do ano lectivo se verificar que a realização de determinado circuito especial não se justifica, o primeiro outorgante poderá rescindir o contrato celebrado relativo a esse circuito. -----

4- Também poderá haver lugar à rescisão daquele contrato se no decorrer do ano lectivo deixar de se justificar a rescisão do circuito ou o número de alunos se tenha alterado de modo que o seu transportes possa ser efectuado em veículos com características diversas do utilizado. -----

5- Para efeitos do número anterior, sempre que o primeiro outorgante assegure a execução do circuito em veículos que preencham as novas exigências, terá preferência na celebração do novo contrato. -----

6- Sempre que o contrato for rescindido nos termos dos nºs 3 e 4, o segundo outorgante terá direito a uma indemnização igual ao montante correspondente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês lectivo a 22 dias. -----

7- O contrato poderá ainda ser rescindido em caso de comprovada má execução da condução, falta de idoneidade moral ou falta de civismo do condutor, quando a sua substituição, quando solicitada, não seja promovida. -----

8- No caso do número anterior, o primeiro outorgante não está obrigado ao pagamento de qualquer indemnização. -----

Cláusula 14ª -----

**Alteração dos circuitos -----**

1- As partes contratantes obrigam-se a proceder à alteração das distâncias fixadas em quilómetros dos circuitos colocados a concurso, no sentido da sua redução ou aumento, em função do número

de alunos que efectivamente vier a ser transportado e do número de viagens a realizar. -----

2- Tal alteração deverá ser titulada mediante a celebração de contrato adicional ao presente contrato. -----

3- As situações previstas no nº3, da cláusula 10º e cláusula 14ª não configuram para o segundo outorgante o direito de rescisão de contrato. -----

Cláusula 15ª -----

#### **Outros encargos** -----

Todas as despesas derivadas da celebração do presente contrato são da responsabilidade do segundo outorgante. -----

Cláusula 16ª -----

#### **Foro competente** -----

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal da Comarca de Chaves. -----

Cláusula 17ª -----

#### **Prevalência** -----

1- Fazem parte integrante do presente contrato o programa de concurso, caderno de encargos e a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

2- Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do presente contrato, seguidamente o programa de concurso e caderno de encargos, e em último lugar a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

Cláusula 18ª -----

#### **Disposições finais** -----

1- Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas. -----

2- O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação camarária de 21 de Maio de 2009; -----

3- A prestação dos serviços objecto do presente contrato foi adjudicada por deliberação camarária de ... de Agosto de 2009; -----

4- A minuta relativa ao presente contrato foi aprovada por deliberação camarária de ... de Agosto de 2009. -----

5- O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento do Município, sob as rubricas orçamentais com a classificação económica: 020210. -----

6- Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes. -----

Depois de o segundo outorgante ter feito prova, por certidão, de que tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português e por contribuições para a segurança social, o contrato foi assinado pelos representantes de ambas as partes. -----

Pelo Primeiro Outorgante, -----

Pelo Segundo Outorgante, -----

Imposto de Selo, Verba 8, Anexo III, da TGIS: € 5, liquidado hoje por meio de guia -----

Guia nº .../09. -----

Contrato registado sob o nº ...../09. -----

**MINUTA DO CONTRATO PARA "EXECUÇÃO DE TRANSPORTES TERRESTRES DE ALUNOS - CIRCUITOS ESPECIAIS - ANO LECTIVO 2009/10 - CIRCUITO Nº 30**

-----

No dia ... de ..... de dois mil e nove, celebram o presente contrato de prestação de serviços, para o transporte terrestre de alunos em circuitos especiais, para o Ano Lectivo 2009/2010, pelo preço total de **€ 6 090,00** (seis mil e noventa euros) acrescidos de IVA à taxa de 5%. -----

Como primeiro outorgante, o **Município de Chaves**, titular do cartão de pessoa colectiva nº 501205551, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Gonçalves Martins Batista. -----

Como segundo outorgante, **Manuel Joaquim dos Santos Gonçalves**, casado, residente na Estrada de Paradela, nº3, 5400 - 604 Águas Frias, titular do Bilhete de Identidade nº 114120019, Contribuinte Fiscal nº 201054353. -----

Cláusula 1ª -----

**Objecto** -----

1- O objecto do presente contrato consiste na aquisição de serviços de transportes terrestres de alunos, em circuitos especiais, na área do concelho de Chaves, para o ano lectivo 2009/10. -----

2- Os circuitos/percursos contratados no presente contrato, bem como a tipologia do veículo a utilizar para o efeito, são os constantes do anexo I, documento que faz parte integrante do presente contrato.-----

3- Classificação estatística de produtos por actividades a que se refere o Regulamento (CE) Nº 1232/98, da Comissão, de 17 de Junho de 1998, da seguinte forma: Categoria 60.21.3; subcategoria 60.21.22, Grupo 60.2; Classe 60.21; Referências - CPC (1991) 71212. -----

Cláusula 2ª -----

**Local da prestação dos serviços** -----

Os serviços objecto do presente contrato serão executados na área do concelho de Chaves. -----

Cláusula 3ª -----

**Prazo de execução da prestação de serviços** -----

1- A prestação de serviços a realizar no âmbito do presente contrato deverá ser integralmente executada durante o ano lectivo 2009/10, sendo o seu início coincidente com o 1º dia lectivo. -----

2- A presente prestação de serviços será executada no cumprimento integral dos horários escolares dos alunos. -----

Cláusula 4ª -----

**Regularidade do Serviço** -----

1- Os circuitos especiais deverão ser executados com a regularidade prevista no plano de transportes, a seguir discriminados: -----

a) Os circuitos especiais que fazem a ligação com transporte público funcionam no horário da manhã e ao fim da tarde/noite. -----

b) Os circuitos para os Jardins-de-infância, Escolas do 1º Ciclo, Escolas EB2,3 e Escolas Secundárias funcionam de acordo com os horários dos respectivos estabelecimentos de ensino. Os locais de paragem para a tomada e largada de alunos serão, além dos próprios estabelecimentos de ensino, o centro de cada localidade, com excepção para os alunos de Ensino especial que será a sua residência. -----

c) Nas situações em que se verifique necessidade de desdobramento, o tempo máximo de espera dos alunos no estabelecimento de ensino é de 30 minutos, nas restantes situações é de 15 minutos. -----

Cláusula 5ª -----

**Preço e condições de pagamento** -----

1- O encargo total do presente contrato é de **€ 6 394,50** (seis mil, trezentos e noventa e quatro euros e cinquenta cêntimos), sendo **€ 6**

**090,00** (seis mil e noventa euros) referentes ao valor da prestação de serviços e **€ 304,50** (trezentos e quatro euros e cinquenta cêntimos) relativos ao valor do IVA -----

2. Os pagamentos serão efectuados mediante a apresentação do respectivo documento mensal de despesa (factura), nos serviços deste Município, as quais devem ser apresentadas até ao dia 15 do mês seguinte a que disserem respeito. -----

3 - As facturas serão pagas no prazo de 90 dias úteis, contados a partir da sua recepção nos serviços do primeiro outorgante. -----

Cláusula 6ª -----

**Sigilo** -----

O segundo outorgante garantirá o sigilo quanto a informações que venha a ter conhecimento relacionadas com a actividade do primeiro outorgante. -----

Cláusula 7ª -----

**Cessão da posição contratual** -----

1- O segundo outorgante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sem autorização do primeiro outorgante. -----

2- Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve: --

a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao segundo outorgante no presente procedimento; -----

b) O primeiro outorgante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

Cláusula 8ª -----

**Desistência da execução dos circuitos** -----

1- Depois de adjudicada a execução dos circuitos especiais, o segundo outorgante só poderá desistir de realizar um ou mais circuitos com base em motivos de força maior, comunicados ao primeiro outorgante com trinta dias de antecedência da data prevista para o seu termo. -----

2- Para efeitos do número anterior não se consideram motivos de força maior quaisquer alterações dos componentes que integram os custos dos transportes. -----

3- A alteração do horário previsto para a realização do circuito do especial não dá direito ao segundo outorgante à desistência ou à reclamação de qualquer indemnização. -----

Cláusula 9ª -----

**Penalidades** -----

No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao segundo outorgante, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades: -----

**a)** O segundo outorgante não receberá qualquer pagamento pelos períodos em que não tenha assegurado a realização dos circuitos. ---

**b)** Sempre que o transporte não se realize por causa imputável ao segundo outorgante, este fica obrigado a indemnizar o primeiro outorgante em 75% do preço do serviço correspondente ao período em que o circuito não tenha sido executado; -----

**c)** Nos casos em que por motivos imputáveis ao segundo outorgante, o período de interrupção de todo ou parte do serviço seja superior a 5 dias escolares consecutivos ou de 15 intercalados há lugar à rescisão do contrato, sendo ainda a indemnização a que se refere o número anterior agravada para o montante equivalente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês lectivo a 22 dias; -----

d) As indemnizações devidas nos termos do presente artigo poderão ser deduzidas das somas devidas pelo primeiro ao segundo outorgante.

Cláusula 10ª -----

**Casos fortuitos ou de força maior -----**

1- Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos colectivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato. -----

2- A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação. -----

3- Quando por motivos de força maior e totalmente imprevisíveis para o primeiro outorgante, qualquer dos circuitos colocados a concurso, parcial ou totalmente se venha a mostrar desnecessário em virtude da ausência temporárias, considerando-se como tal um período superior a cinco dias, ou permanente dos alunos a transportar, o circuito ou parte dele poderá ser suspenso. -----

Cláusula 11ª -----

**Caução para garantir o cumprimento de obrigações -----**

1- Para garantir o exacto e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo outorgante prestou Depósito de Garantia/Garantia Bancária no valor de **€ 60,90** (sessenta euros e noventa cêntimos), efectuado na Tesouraria do Município de Chaves no dia de hoje, através da guia nº ..../08, correspondente a 1% do montante total do contrato, com exclusão do IVA. -----

2- O primeiro outorgante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo segundo outorgante. -----

3- No prazo de 30 dias úteis contados do cumprimento de todas as obrigações contratuais por parte do segundo outorgante, o primeiro outorgante promove a libertação da caução a que se refere o nº 1. --

4- A demora na libertação da caução confere ao segundo outorgante o direito de exigir ao primeiro outorgante juros sobre a importância da caução, calculados sobre o tempo decorrido desde o dia seguinte ao termo do prazo referido no número anterior, nas condições a estabelecer por portaria do Ministro das Finanças. -----

Cláusula 12ª -----

**Revisão de preços -----**

A contratualização dos serviços objecto do presente contrato não está sujeita às regras da revisão de preços. -----

Cláusula 13ª -----

**Rescisão do contrato -----**

1- O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do presente contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais. -----

2- Para efeitos do número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na execução da prestação dos serviços alvo do presente contrato ou falta de reposição de bom funcionamento pelo período superior a 10 dias úteis. -----

3- No caso de no início do ano lectivo se verificar que a realização de determinado circuito especial não se justifica, o primeiro outorgante poderá rescindir o contrato celebrado relativo a esse circuito. -----



4- Também poderá haver lugar à rescisão daquele contrato se no decorrer do ano lectivo deixar de se justificar a rescisão do circuito ou o número de alunos se tenha alterado de modo que o seu transportes possa ser efectuado em veículos com características diversas do utilizado. -----

5- Para efeitos do número anterior, sempre que o primeiro outorgante assegure a execução do circuito em veículos que preencham as novas exigências, terá preferência na celebração do novo contrato. -----

6- Sempre que o contrato for rescindido nos termos dos n.ºs 3 e 4, o segundo outorgante terá direito a uma indemnização igual ao montante correspondente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês lectivo a 22 dias. -----

7- O contrato poderá ainda ser rescindido em caso de comprovada má execução da condução, falta de idoneidade moral ou falta de civismo do condutor, quando a sua substituição, quando solicitada, não seja promovida. -----

8- No caso do número anterior, o primeiro outorgante não está obrigado ao pagamento de qualquer indemnização. -----

Cláusula 14ª -----

**Alteração dos circuitos** -----

1- As partes contratantes obrigam-se a proceder à alteração das distâncias fixadas em quilómetros dos circuitos colocados a concurso, no sentido da sua redução ou aumento, em função do número de alunos que efectivamente vier a ser transportado e do número de viagens a realizar. -----

2- Tal alteração deverá ser titulada mediante a celebração de contrato adicional ao presente contrato. -----

3- As situações previstas no n.º3, da cláusula 10ª e cláusula 14ª não configuram para o segundo outorgante o direito de rescisão de contrato. -----

Cláusula 15ª -----

**Outros encargos** -----

Todas as despesas derivadas da celebração do presente contrato são da responsabilidade do segundo outorgante. -----

Cláusula 16ª -----

**Foro competente** -----

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal da Comarca de Chaves. -----

Cláusula 17ª -----

**Prevalência** -----

1- Fazem parte integrante do presente contrato o programa de concurso, caderno de encargos e a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

2- Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do presente contrato, seguidamente o programa de concurso e caderno de encargos, e em último lugar a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

Cláusula 18ª -----

**Disposições finais** -----

1- Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas. -----

2- O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação camarária de 21 de Maio de 2009; -----

3- A prestação dos serviços objecto do presente contrato foi adjudicada por deliberação camarária de ... de Agosto de 2009; -----  
 4- A minuta relativa ao presente contrato foi aprovada por deliberação camarária de ... de Agosto de 2009. -----  
 5- O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento do Município, sob as rubricas orçamentais com a classificação económica: 020210. -----  
 6- Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes. -----  
 Depois de o segundo outorgante ter feito prova, por certidão, de que tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português e por contribuições para a segurança social, o contrato foi assinado pelos representantes de ambas as partes. ----  
 Pelo Primeiro Outorgante, -----  
 Pelo Segundo Outorgante, -----  
 Imposto de Selo, Verba 8, Anexo III, da TGIS: € 5, liquidado hoje por meio de guia -----  
 Guia nº .../09. -----  
 Contrato registado sob o nº ...../09. -----

**MINUTA DO CONTRATO PARA "EXECUÇÃO DE TRANSPORTES TERRESTRES DE ALUNOS - CIRCUITOS ESPECIAIS - ANO LECTIVO 2009/10 - CIRCUITOS NºS 32 e 35 -"** -----

No dia ... de ..... de dois mil e nove, celebram o presente contrato de prestação de serviços, para o transporte terrestre de alunos em circuitos especiais, para o Ano Lectivo 2009/2010, pelo preço total de **€ 11 579,70** (onze mil, quinhentos e setenta e nove euros e setenta cêntimos) acrescidos de IVA à taxa de 5%. -----  
 Como primeiro outorgante, o **Município de Chaves**, titular do cartão de pessoa colectiva nº 501205551, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Gonçalves Martins Batista. -----  
 Como segundo outorgante, **José António Barreira Dias**, casado, residente na Rua do Pinheiro, N.º2 - Castelo de Eiras, 5400 Chaves, titular do Bilhete de Identidade nº 3739958, Contribuinte Fiscal nº 161234534. -----

Cláusula 1ª -----

**Objecto** -----

1- O objecto do presente contrato consiste na aquisição de serviços de transportes terrestres de alunos, em circuitos especiais, na área do concelho de Chaves, para o ano lectivo 2009/10. -----  
 2- Os circuitos/percursos contratados no presente contrato, bem como a tipologia do veículo a utilizar para o efeito, são os constantes do anexo I, documento que faz parte integrante do presente contrato.  
 3- Classificação estatística de produtos por actividades a que se refere o Regulamento (CE) Nº 1232/98, da Comissão, de 17 de Junho de 1998, da seguinte forma: Categoria 60.21.3; subcategoria 60.21.22, Grupo 60.2; Classe 60.21; Referências - CPC (1991) 71212. -----

Cláusula 2ª -----

**Local da prestação dos serviços** -----

Os serviços objecto do presente contrato serão executados na área do concelho de Chaves. -----

Cláusula 3ª -----

**Prazo de execução da prestação de serviços** -----

1- A prestação de serviços a realizar no âmbito do presente contrato deverá ser integralmente executada durante o ano lectivo 2009/10, sendo o seu início coincidente com o 1º dia lectivo. -----

2- A presente prestação de serviços será executada no cumprimento integral dos horários escolares dos alunos. -----

Cláusula 4ª -----

**Regularidade do Serviço** -----

1- Os circuitos especiais deverão ser executados com a regularidade prevista no plano de transportes, a seguir discriminados: -----

a) Os circuitos especiais que fazem a ligação com transporte público funcionam no horário da manhã e ao fim da tarde/noite. -----

b) Os circuitos para os Jardins-de-infância, Escolas do 1º Ciclo, Escolas EB2,3 e Escolas Secundárias funcionam de acordo com os horários dos respectivos estabelecimentos de ensino. Os locais de paragem para a tomada e largada de alunos serão, além dos próprios estabelecimentos de ensino, o centro de cada localidade, com excepção para os alunos de Ensino especial que será a sua residência. -----

c) Nas situações em que se verifique necessidade de desdobramento, o tempo máximo de espera dos alunos no estabelecimento de ensino é de 30 minutos, nas restantes situações é de 15 minutos. -----

Cláusula 5ª -----

**Preço e condições de pagamento** -----

1- O encargo total do presente contrato é de **€ 12 158,69** (doze mil, cento e cinquenta e oito euros e sessenta e nove cêntimos), sendo **€ 11 579,70** (onze mil, quinhentos e setenta e nove euros e setenta cêntimos) referentes ao valor da prestação de serviços e **€ 578,99** (quinhentos e setenta e oito euros e noventa e nove cêntimos) relativos ao valor do IVA -----

2. Os pagamentos serão efectuados mediante a apresentação do respectivo documento mensal de despesa (factura), nos serviços deste Município, as quais devem ser apresentadas até ao dia 15 do mês seguinte a que disserem respeito. -----

3 - As facturas serão pagas no prazo de 90 dias úteis, contados a partir da sua recepção nos serviços do primeiro outorgante. -----

Cláusula 6ª -----

**Sigilo** -----

O segundo outorgante garantirá o sigilo quanto a informações que venha a ter conhecimento relacionadas com a actividade do primeiro outorgante. -----

Cláusula 7ª -----

**Cessão da posição contratual** -----

1- O segundo outorgante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sem autorização do primeiro outorgante. -----

2- Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve: --

a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao segundo outorgante no presente procedimento; -----

b) O primeiro outorgante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

Cláusula 8ª -----

**Desistência da execução dos circuitos** -----

1- Depois de adjudicada a execução dos circuitos especiais, o segundo outorgante só poderá desistir de realizar um ou mais circuitos com base em motivos de força maior, comunicados ao primeiro outorgante com trinta dias de antecedência da data prevista para o seu termo. -----

2- Para efeitos do número anterior não se consideram motivos de força maior quaisquer alterações dos componentes que integram os custos dos transportes. -----

3- A alteração do horário previsto para a realização do circuito do especial não dá direito ao segundo outorgante à desistência ou à reclamação de qualquer indemnização. -----

Cláusula 9ª -----

**Penalidades -----**

No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao segundo outorgante, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades: -----

a) O segundo outorgante não receberá qualquer pagamento pelos períodos em que não tenha assegurado a realização dos circuitos. ---

b) Sempre que o transporte não se realize por causa imputável ao segundo outorgante, este fica obrigado a indemnizar o primeiro outorgante em 75% do preço do serviço correspondente ao período em que o circuito não tenha sido executado; -----

c) Nos casos em que por motivos imputáveis ao segundo outorgante, o período de interrupção de todo ou parte do serviço seja superior a 5 dias escolares consecutivos ou de 15 intercalados há lugar à rescisão do contrato, sendo ainda a indemnização a que se refere o número anterior agravada para o montante equivalente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês lectivo a 22 dias; -----

d) As indemnizações devidas nos termos do presente artigo poderão ser deduzidas das somas devidas pelo primeiro ao segundo outorgante.

Cláusula 10ª -----

**Casos fortuitos ou de força maior -----**

1- Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos colectivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato. -----

2- A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação. -----

3- Quando por motivos de força maior e totalmente imprevisíveis para o primeiro outorgante, qualquer dos circuitos colocados a concurso, parcial ou totalmente se venha a mostrar desnecessário em virtude da ausência temporárias, considerando-se como tal um período superior a cinco dias, ou permanente dos alunos a transportar, o circuito ou parte dele poderá ser suspenso. -----

Cláusula 11ª -----

**Caução para garantir o cumprimento de obrigações -----**

1- Para garantir o exacto e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo outorgante prestou Depósito de Garantia/Garantia Bancária no valor de **€ 115,80** (cento e quinze euros e oitenta cêntimos), efectuado na Tesouraria do Município de Chaves no dia de hoje, através da guia nº .... /08, correspondente a 1% do montante total do contrato, com exclusão do IVA. -----

2- O primeiro outorgante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo segundo outorgante. -----

3- No prazo de 30 dias úteis contados do cumprimento de todas as obrigações contratuais por parte do segundo outorgante, o primeiro outorgante promove a libertação da caução a que se refere o nº 1. --

4- A demora na libertação da caução confere ao segundo outorgante o direito de exigir ao primeiro outorgante juros sobre a importância da caução, calculados sobre o tempo decorrido desde o dia seguinte ao termo do prazo referido no número anterior, nas condições a estabelecer por portaria do Ministro das Finanças. -----

Cláusula 12ª -----

**Revisão de preços** -----

A contratualização dos serviços objecto do presente contrato não está sujeita às regras da revisão de preços. -----

Cláusula 13ª -----

**Rescisão do contrato** -----

1- O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do presente contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais. -----

2- Para efeitos do número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na execução da prestação dos serviços alvo do presente contrato ou falta de reposição de bom funcionamento pelo período superior a 10 dias úteis. -----

3- No caso de no início do ano lectivo se verificar que a realização de determinado circuito especial não se justifica, o primeiro outorgante poderá rescindir o contrato celebrado relativo a esse circuito. -----

4- Também poderá haver lugar à rescisão daquele contrato se no decorrer do ano lectivo deixar de se justificar a rescisão do circuito ou o número de alunos se tenha alterado de modo que o seu transportes possa ser efectuado em veículos com características diversas do utilizado. -----

5- Para efeitos do número anterior, sempre que o primeiro outorgante assegure a execução do circuito em veículos que preencham as novas exigências, terá preferência na celebração do novo contrato. -----

6- Sempre que o contrato for rescindido nos termos dos nºs 3 e 4, o segundo outorgante terá direito a uma indemnização igual ao montante correspondente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês lectivo a 22 dias. -----

7- O contrato poderá ainda ser rescindido em caso de comprovada má execução da condução, falta de idoneidade moral ou falta de civismo do condutor, quando a sua substituição, quando solicitada, não seja promovida. -----

8- No caso do número anterior, o primeiro outorgante não está obrigado ao pagamento de qualquer indemnização. -----

Cláusula 14ª -----

**Alteração dos circuitos** -----

1- As partes contratantes obrigam-se a proceder à alteração das distâncias fixadas em quilómetros dos circuitos colocados a concurso, no sentido da sua redução ou aumento, em função do número de alunos que efectivamente vier a ser transportado e do número de viagens a realizar. -----

2- Tal alteração deverá ser titulada mediante a celebração de contrato adicional ao presente contrato. -----

3- As situações previstas no nº3, da cláusula 10ª e cláusula 14ª não configuram para o segundo outorgante o direito de rescisão de contrato. -----

Cláusula 15ª -----

**Outros encargos** -----

Todas as despesas derivadas da celebração do presente contrato são da responsabilidade do segundo outorgante. -----

Cláusula 16ª -----

**Foro competente** -----

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal da Comarca de Chaves. -----

Cláusula 17ª -----

**Prevalência** -----

1- Fazem parte integrante do presente contrato o programa de concurso, caderno de encargos e a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

2- Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do presente contrato, seguidamente o programa de concurso e caderno de encargos, e em último lugar a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

Cláusula 18ª -----

**Disposições finais** -----

1- Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas. -----

2- O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação camarária de 21 de Maio de 2009; -----

3- A prestação dos serviços objecto do presente contrato foi adjudicada por deliberação camarária de ... de Agosto de 2009; -----

4- A minuta relativa ao presente contrato foi aprovada por deliberação camarária de ... de Agosto de 2009. -----

5- O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento do Município, sob as rubricas orçamentais com a classificação económica: 020210. -----

6- Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes. -----

Depois de o segundo outorgante ter feito prova, por certidão, de que tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português e por contribuições para a segurança social, o contrato foi assinado pelos representantes de ambas as partes. -----

Pelo Primeiro Outorgante, -----

Pelo Segundo Outorgante, -----

Imposto de Selo, Verba 8, Anexo III, da TGIS: € 5, liquidado hoje por meio de guia -----

Guia nº .../09. -----

Contrato registado sob o nº ...../09. -----

**MINUTA DO CONTRATO PARA "EXECUÇÃO DE TRANSPORTES TERRESTRES DE ALUNOS - CIRCUITOS ESPECIAIS - ANO LECTIVO 2009/10 - CIRCUITO Nº 33 -"** -----

No dia ... de ..... de dois mil e nove, celebram o presente contrato de prestação de serviços, para o transporte terrestre de alunos em circuitos especiais, para o Ano Lectivo 2009/2010, pelo preço total de **€ 7 234,92** (sete mil, duzentos e trinta e quatro euros e noventa e dois centimos) acrescidos de IVA à taxa de 5%. -----

Como primeiro outorgante, o **Município de Chaves**, titular do cartão de pessoa colectiva nº 501205551, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Gonçalves Martins Batista. -----

Como segundo outorgante, **José António Barreira Dias**, casado, residente na Rua do Pinheiro, N.º2 - Castelo de Eiras, 5400 Chaves,

titular do Bilhete de Identidade nº 3739958, Contribuinte Fiscal nº 161234534. -----

Cláusula 1ª -----

**Objecto** -----

1- O objecto do presente contrato consiste na aquisição de serviços de transportes terrestres de alunos, em circuitos especiais, na área do concelho de Chaves, para o ano lectivo 2009/10. -----

2- Os circuitos/percursos contratados no presente contrato, bem como a tipologia do veículo a utilizar para o efeito, são os constantes do anexo I, documento que faz parte integrante do presente contrato.

3- Classificação estatística de produtos por actividades a que se refere o Regulamento (CE) Nº 1232/98, da Comissão, de 17 de Junho de 1998, da seguinte forma: Categoria 60.21.3; subcategoria 60.21.22, Grupo 60.2; Classe 60.21; Referências - CPC (1991) 71212. -----

Cláusula 2ª -----

**Local da prestação dos serviços** -----

Os serviços objecto do presente contrato serão executados na área do concelho de Chaves. -----

Cláusula 3ª -----

**Prazo de execução da prestação de serviços** -----

1- A prestação de serviços a realizar no âmbito do presente contrato deverá ser integralmente executada durante o ano lectivo 2009/10, sendo o seu início coincidente com o 1º dia lectivo. -----

2- A presente prestação de serviços será executada no cumprimento integral dos horários escolares dos alunos. -----

Cláusula 4ª -----

**Regularidade do Serviço** -----

1- Os circuitos especiais deverão ser executados com a regularidade prevista no plano de transportes, a seguir discriminados: -----

**a)** Os circuitos especiais que fazem a ligação com transporte público funcionam no horário da manhã e ao fim da tarde/noite. -----

**b)** Os circuitos para os Jardins-de-infância, Escolas do 1º Ciclo, Escolas EB2,3 e Escolas Secundárias funcionam de acordo com os horários dos respectivos estabelecimentos de ensino. Os locais de paragem para a tomada e largada de alunos serão, além dos próprios estabelecimentos de ensino, o centro de cada localidade, com excepção para os alunos de Ensino especial que será a sua residência. -----

**c)** Nas situações em que se verifique necessidade de desdobramento, o tempo máximo de espera dos alunos no estabelecimento de ensino é de 30 minutos, nas restantes situações é de 15 minutos. -----

Cláusula 5ª -----

**Preço e condições de pagamento** -----

1- O encargo total do presente contrato é de **€ 7 596,67** (sete mil, quinhentos e noventa e seis euros e sessenta e sete cêntimos), sendo **€ 7 234,92** (sete mil, duzentos e trinta e quatro euros e noventa e dois cêntimos) referentes ao valor da prestação de serviços e **€ 361,75** (trezentos e sessenta e um euros e setenta e cinco cêntimos) relativos ao valor do IVA -----

2. Os pagamentos serão efectuados mediante a apresentação do respectivo documento mensal de despesa (factura), nos serviços deste Município, as quais devem ser apresentadas até ao dia 15 do mês seguinte a que disserem respeito. -----

3 - As facturas serão pagas no prazo de 90 dias úteis, contados a partir da sua recepção nos serviços do primeiro outorgante. -----

Cláusula 6ª -----

**Sigilo -----**

O segundo outorgante garantirá o sigilo quanto a informações que venha a ter conhecimento relacionadas com a actividade do primeiro outorgante. -----

**Cláusula 7ª -----****Cessão da posição contratual -----**

1- O segundo outorgante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sem autorização do primeiro outorgante. -----

2- Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve: --

a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao segundo outorgante no presente procedimento; -----

b) O primeiro outorgante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

**Cláusula 8ª -----****Desistência da execução dos circuitos -----**

1- Depois de adjudicada a execução dos circuitos especiais, o segundo outorgante só poderá desistir de realizar um ou mais circuitos com base em motivos de força maior, comunicados ao primeiro outorgante com trinta dias de antecedência da data prevista para o seu termo. -----

2- Para efeitos do número anterior não se consideram motivos de força maior quaisquer alterações dos componentes que integram os custos dos transportes. -----

3- A alteração do horário previsto para a realização do circuito do especial não dá direito ao segundo outorgante à desistência ou à reclamação de qualquer indemnização. -----

**Cláusula 9ª -----****Penalidades -----**

No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao segundo outorgante, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades: -----

**a)** O segundo outorgante não receberá qualquer pagamento pelos períodos em que não tenha assegurado a realização dos circuitos. ---

**b)** Sempre que o transporte não se realize por causa imputável ao segundo outorgante, este fica obrigado a indemnizar o primeiro outorgante em 75% do preço do serviço correspondente ao período em que o circuito não tenha sido executado; -----

**c)** Nos casos em que por motivos imputáveis ao segundo outorgante, o período de interrupção de todo ou parte do serviço seja superior a 5 dias escolares consecutivos ou de 15 intercalados há lugar à rescisão do contrato, sendo ainda a indemnização a que se refere o número anterior agravada para o montante equivalente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês lectivo a 22 dias; -----

**d)** As indemnizações devidas nos termos do presente artigo poderão ser deduzidas das somas devidas pelo primeiro ao segundo outorgante. -----

**Cláusula 10ª -----****Casos fortuitos ou de força maior -----**

1- Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos colectivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato. -----

2- A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação. -----



3- Quando por motivos de força maior e totalmente imprevisíveis para o primeiro outorgante, qualquer dos circuitos colocados a concurso, parcial ou totalmente se venha a mostrar desnecessário em virtude da ausência temporárias, considerando-se como tal um período superior a cinco dias, ou permanente dos alunos a transportar, o circuito ou parte dele poderá ser suspenso. -----

Cláusula 11ª -----

**Caução para garantir o cumprimento de obrigações -----**

1- Para garantir o exacto e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo outorgante prestou Depósito de Garantia/Garantia Bancária no valor de **€ 72,35** (setenta e dois euros e trinta e cinco cêntimos), efectuado na Tesouraria do Município de Chaves no dia de hoje, através da guia nº ...../08, correspondente a 1% do montante total do contrato, com exclusão do IVA. -----

2- O primeiro outorgante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo segundo outorgante. -----

3- No prazo de 30 dias úteis contados do cumprimento de todas as obrigações contratuais por parte do segundo outorgante, o primeiro outorgante promove a libertação da caução a que se refere o nº 1. --

4- A demora na libertação da caução confere ao segundo outorgante o direito de exigir ao primeiro outorgante juros sobre a importância da caução, calculados sobre o tempo decorrido desde o dia seguinte ao termo do prazo referido no número anterior, nas condições a estabelecer por portaria do Ministro das Finanças. -----

Cláusula 12ª -----

**Revisão de preços -----**

A contratualização dos serviços objecto do presente contrato não está sujeita às regras da revisão de preços. -----

Cláusula 13ª -----

**Rescisão do contrato -----**

1- O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do presente contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais. -----

2- Para efeitos do número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na execução da prestação dos serviços alvo do presente contrato ou falta de reposição de bom funcionamento pelo período superior a 10 dias úteis. -----

3- No caso de no início do ano lectivo se verificar que a realização de determinado circuito especial não se justifica, o primeiro outorgante poderá rescindir o contrato celebrado relativo a esse circuito. -----

4- Também poderá haver lugar à rescisão daquele contrato se no decorrer do ano lectivo deixar de se justificar a rescisão do circuito ou o número de alunos se tenha alterado de modo que o seu transportes possa ser efectuado em veículos com características diversas do utilizado. -----

5- Para efeitos do número anterior, sempre que o primeiro outorgante assegure a execução do circuito em veículos que preencham as novas exigências, terá preferência na celebração do novo contrato. -----

6- Sempre que o contrato for rescindido nos termos dos nºs 3 e 4, o segundo outorgante terá direito a uma indemnização igual ao montante correspondente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês lectivo a 22 dias. -----

7- O contrato poderá ainda ser rescindido em caso de comprovada má execução da condução, falta de idoneidade moral ou falta de civismo do condutor, quando a sua substituição, quando solicitada, não seja promovida. -----

8- No caso do número anterior, o primeiro outorgante não está obrigado ao pagamento de qualquer indemnização. -----

Cláusula 14ª -----

**Alteração dos circuitos** -----

1- As partes contratantes obrigam-se a proceder à alteração das distâncias fixadas em quilómetros dos circuitos colocados a concurso, no sentido da sua redução ou aumento, em função do número de alunos que efectivamente vier a ser transportado e do número de viagens a realizar. -----

2- Tal alteração deverá ser titulada mediante a celebração de contrato adicional ao presente contrato. -----

3- As situações previstas no nº3, da cláusula 10ª e cláusula 14ª não configuram para o segundo outorgante o direito de rescisão de contrato. -----

Cláusula 15ª -----

**Outros encargos** -----

Todas as despesas derivadas da celebração do presente contrato são da responsabilidade do segundo outorgante. -----

Cláusula 16ª -----

**Foro competente** -----

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal da Comarca de Chaves. -----

Cláusula 17ª -----

**Prevalência** -----

1- Fazem parte integrante do presente contrato o programa de concurso, caderno de encargos e a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

2- Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do presente contrato, seguidamente o programa de concurso e caderno de encargos, e em último lugar a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

Cláusula 18ª -----

**Disposições finais** -----

1- Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas. -----

2- O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação camarária de 21 de Maio de 2009; -----

3- A prestação dos serviços objecto do presente contrato foi adjudicada por deliberação camarária de ... de Agosto de 2009; -----

4- A minuta relativa ao presente contrato foi aprovada por deliberação camarária de ... de Agosto de 2009. -----

5- O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento do Município, sob as rubricas orçamentais com a classificação económica: 020210. -----

6- Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes. -----

Depois de o segundo outorgante ter feito prova, por certidão, de que tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português e por contribuições para a segurança social, o contrato foi assinado pelos representantes de ambas as partes. -----

Pelo Primeiro Outorgante, -----  
 Pelo Segundo Outorgante, -----  
 Imposto de Selo, Verba 8, Anexo III, da TGIS: € 5, liquidado hoje  
 por meio de guia -----  
 Guia nº .../09. -----  
 Contrato registado sob o nº ...../09. -----

**MINUTA DO CONTRATO PARA "EXECUÇÃO DE TRANSPORTES TERRESTRES DE ALUNOS - CIRCUITOS ESPECIAIS - ANO LECTIVO 2009/10 - CIRCUITO Nº 36 -"** -----

No dia ... de ..... de dois mil e nove, celebram o presente contrato de prestação de serviços, para o transporte terrestre de alunos em circuitos especiais, para o Ano Lectivo 2009/2010, pelo preço total de **€ 9 463,86** (nove mil, quatrocentos e sessenta e três euros e oitenta e seis cêntimos) acrescidos de IVA à taxa de 5%. -----  
 Como primeiro outorgante, o **Município de Chaves**, titular do cartão de pessoa colectiva nº 501205551, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Gonçalves Martins Batista. -----  
 Como segundo outorgante, **João Manuel Teixeira Rebelo**, casado, residente na Rua do Forno, S. Lourenço, 5400 Chaves, titular do Bilhete de Identidade nº 7970084, Contribuinte Fiscal nº 176322159.

Cláusula 1ª -----

**Objecto** -----

- 1- O objecto do presente contrato consiste na aquisição de serviços de transportes terrestres de alunos, em circuitos especiais, na área do concelho de Chaves, para o ano lectivo 2009/10. -----
- 2- Os circuitos/percursos contratados no presente contrato, bem como a tipologia do veículo a utilizar para o efeito, são os constantes do anexo I, documento que faz parte integrante do presente contrato.
- 3- Classificação estatística de produtos por actividades a que se refere o Regulamento (CE) Nº 1232/98, da Comissão, de 17 de Junho de 1998, da seguinte forma: Categoria 60.21.3; subcategoria 60.21.22, Grupo 60.2; Classe 60.21; Referências - CPC (1991) 71212. -----

Cláusula 2ª -----

**Local da prestação dos serviços** -----

Os serviços objecto do presente contrato serão executados na área do concelho de Chaves. -----

Cláusula 3ª -----

**Prazo de execução da prestação de serviços** -----

- 1- A prestação de serviços a realizar no âmbito do presente contrato deverá ser integralmente executada durante o ano lectivo 2009/10, sendo o seu início coincidente com o 1º dia lectivo. -----
- 2- A presente prestação de serviços será executada no cumprimento integral dos horários escolares dos alunos. -----

Cláusula 4ª -----

**Regularidade do Serviço** -----

- 1- Os circuitos especiais deverão ser executados com a regularidade prevista no plano de transportes, a seguir discriminados: -----
  - a) Os circuitos especiais que fazem a ligação com transporte público funcionam no horário da manhã e ao fim da tarde/noite. -----
  - b) Os circuitos para os Jardins-de-infância, Escolas do 1º Ciclo, Escolas EB2,3 e Escolas Secundárias funcionam de acordo com os horários dos respectivos estabelecimentos de ensino. Os locais de paragem para a tomada e largada de alunos serão, além dos próprios estabelecimentos de ensino, o centro de cada localidade, com

excepção para os alunos de Ensino especial que será a sua residência. -----

**c)** Nas situações em que se verifique necessidade de desdobramento, o tempo máximo de espera dos alunos no estabelecimento de ensino é de 30 minutos, nas restantes situações é de 15 minutos. -----

Cláusula 5ª -----

**Preço e condições de pagamento** -----

1- O encargo total do presente contrato é de **€ 9 937,05** (nove mil, novecentos e trinta e sete euros e cinco cêntimos), sendo **€ 9 463,86** (nove mil, quatrocentos e sessenta e três euros e oitenta e seis cêntimos) referentes ao valor da prestação de serviços e **€ 473,19** (quatrocentos e setenta e três euros e dezanove cêntimos) relativos ao valor do IVA -----

2. Os pagamentos serão efectuados mediante a apresentação do respectivo documento mensal de despesa (factura), nos serviços deste Município, as quais devem ser apresentadas até ao dia 15 do mês seguinte a que disserem respeito. -----

3 - As facturas serão pagas no prazo de 90 dias úteis, contados a partir da sua recepção nos serviços do primeiro outorgante. -----

Cláusula 6ª -----

**Sigilo** -----

O segundo outorgante garantirá o sigilo quanto a informações que venha a ter conhecimento relacionadas com a actividade do primeiro outorgante. -----

Cláusula 7ª -----

**Cessão da posição contratual** -----

1- O segundo outorgante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sem autorização do primeiro outorgante. -----

2- Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve: --

a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao segundo outorgante no presente procedimento; -----

b) O primeiro outorgante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

Cláusula 8ª -----

**Desistência da execução dos circuitos** -----

1- Depois de adjudicada a execução dos circuitos especiais, o segundo outorgante só poderá desistir de realizar um ou mais circuitos com base em motivos de força maior, comunicados ao primeiro outorgante com trinta dias de antecedência da data prevista para o seu termo. -----

2- Para efeitos do número anterior não se consideram motivos de força maior quaisquer alterações dos componentes que integram os custos dos transportes. -----

3- A alteração do horário previsto para a realização do circuito do especial não dá direito ao segundo outorgante à desistência ou à reclamação de qualquer indemnização. -----

Cláusula 9ª -----

**Penalidades** -----

No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao segundo outorgante, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades: -----

**a)** O segundo outorgante não receberá qualquer pagamento pelos períodos em que não tenha assegurado a realização dos circuitos. ---

b) Sempre que o transporte não se realize por causa imputável ao segundo outorgante, este fica obrigado a indemnizar o primeiro outorgante em 75% do preço do serviço correspondente ao período em que o circuito não tenha sido executado; -----

c) Nos casos em que por motivos imputáveis ao segundo outorgante, o período de interrupção de todo ou parte do serviço seja superior a 5 dias escolares consecutivos ou de 15 intercalados há lugar à rescisão do contrato, sendo ainda a indemnização a que se refere o número anterior agravada para o montante equivalente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês lectivo a 22 dias; -----

d) As indemnizações devidas nos termos do presente artigo poderão ser deduzidas das somas devidas pelo primeiro ao segundo outorgante. Cláusula 10ª -----

#### **Casos fortuitos ou de força maior -----**

1- Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos colectivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato. -----

2- A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação. -----

3- Quando por motivos de força maior e totalmente imprevisíveis para o primeiro outorgante, qualquer dos circuitos colocados a concurso, parcial ou totalmente se venha a mostrar desnecessário em virtude da ausência temporárias, considerando-se como tal um período superior a cinco dias, ou permanente dos alunos a transportar, o circuito ou parte dele poderá ser suspenso. -----

Cláusula 11ª -----

#### **Caução para garantir o cumprimento de obrigações -----**

1- Para garantir o exacto e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo outorgante prestou Depósito de Garantia/Garantia Bancária no valor de **€ 94,64** (noventa e quatro euros e sessenta e quatro cêntimos), efectuado na Tesouraria do Município de Chaves no dia de hoje, através da guia nº ..../08, correspondente a 1% do montante total do contrato, com exclusão do IVA. -----

2- O primeiro outorgante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo segundo outorgante. -----

3- No prazo de 30 dias úteis contados do cumprimento de todas as obrigações contratuais por parte do segundo outorgante, o primeiro outorgante promove a libertação da caução a que se refere o nº 1. --

4- A demora na libertação da caução confere ao segundo outorgante o direito de exigir ao primeiro outorgante juros sobre a importância da caução, calculados sobre o tempo decorrido desde o dia seguinte ao termo do prazo referido no número anterior, nas condições a estabelecer por portaria do Ministro das Finanças. -----

Cláusula 12ª -----

#### **Revisão de preços -----**

A contratualização dos serviços objecto do presente contrato não está sujeita às regras da revisão de preços. -----

Cláusula 13ª -----

#### **Rescisão do contrato -----**

1- O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do presente contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra

parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais. -----

2- Para efeitos do número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na execução da prestação dos serviços alvo do presente contrato ou falta de reposição de bom funcionamento pelo período superior a 10 dias úteis. -----

3- No caso de no início do ano lectivo se verificar que a realização de determinado circuito especial não se justifica, o primeiro outorgante poderá rescindir o contrato celebrado relativo a esse circuito. -----

4- Também poderá haver lugar à rescisão daquele contrato se no decorrer do ano lectivo deixar de se justificar a rescisão do circuito ou o número de alunos se tenha alterado de modo que o seu transportes possa ser efectuado em veículos com características diversas do utilizado. -----

5- Para efeitos do número anterior, sempre que o primeiro outorgante assegure a execução do circuito em veículos que preencham as novas exigências, terá preferência na celebração do novo contrato. -----

6- Sempre que o contrato for rescindido nos termos dos nºs 3 e 4, o segundo outorgante terá direito a uma indemnização igual ao montante correspondente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês lectivo a 22 dias. -----

7- O contrato poderá ainda ser rescindido em caso de comprovada má execução da condução, falta de idoneidade moral ou falta de civismo do condutor, quando a sua substituição, quando solicitada, não seja promovida. -----

8- No caso do número anterior, o primeiro outorgante não está obrigado ao pagamento de qualquer indemnização.

Cláusula 14ª -----

#### **Alteração dos circuitos** -----

1- As partes contratantes obrigam-se a proceder à alteração das distâncias fixadas em quilómetros dos circuitos colocados a concurso, no sentido da sua redução ou aumento, em função do número de alunos que efectivamente vier a ser transportado e do número de viagens a realizar. -----

2- Tal alteração deverá ser titulada mediante a celebração de contrato adicional ao presente contrato. -----

3- As situações previstas no nº3, da cláusula 10ª e cláusula 14ª não configuram para o segundo outorgante o direito de rescisão de contrato. -----

Cláusula 15ª -----

#### **Outros encargos** -----

Todas as despesas derivadas da celebração do presente contrato são da responsabilidade do segundo outorgante. -----

Cláusula 16ª -----

#### **Foro competente** -----

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal da Comarca de Chaves. -----

Cláusula 17ª -----

#### **Prevalência** -----

1- Fazem parte integrante do presente contrato o programa de concurso, caderno de encargos e a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

2- Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do presente contrato, seguidamente o programa de concurso e caderno de

encargos, e em último lugar a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

Cláusula 18ª -----

**Disposições finais** -----

1- Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas. -----

2- O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação camarária de 21 de Maio de 2009; -----

3- A prestação dos serviços objecto do presente contrato foi adjudicada por deliberação camarária de ... de Agosto de 2009; -----

4- A minuta relativa ao presente contrato foi aprovada por deliberação camarária de ... de Agosto de 2009. -----

5- O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento do Município, sob as rubricas orçamentais com a classificação económica: 020210. -----

6- Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes. -----

Depois de o segundo outorgante ter feito prova, por certidão, de que tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português e por contribuições para a segurança social, o contrato foi assinado pelos representantes de ambas as partes. -----

Pelo Primeiro Outorgante, -----

Pelo Segundo Outorgante, -----

Imposto de Selo, Verba 8, Anexo III, da TGIS: € 5, liquidado hoje por meio de guia -----

Guia nº .../09. -----

Contrato registado sob o nº ...../09. -----

**DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DR. JOÃO BATISTA DE 2009.08.17.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com o Relatório Final supra. Proceda-se em conformidade com o teor do mesmo. Notifique-se. -----

## XII

### EMPRESAS MUNICIPAIS

## XIII

### ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

#### 1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

#### 2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

**2.1. "CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS, DESTINADO AO FINANCIAMENTO DE PROJECTOS DE INVESTIMENTO - NOVO PEDIDO DE APROVAÇÃO DAS CLAUSULAS DO CONTRATO"** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----  
 No seguimento da Informação/Proposta nº 18/DGFEP/2009, aprovada pelo órgão executivo em 17 de Abril de 2009 e sancionada pelo órgão deliberativo em sua sessão ordinária de 29 de Abril do corrente ano, relativa à contratação do empréstimo de médio e longo prazos identificado em epígrafe, foi promovida a aprovação pelo órgão executivo em sua reunião de 21/05/2009, do clausulado do contrato celebrado com a instituição bancária adjudicatária do referido procedimento, - Banco Santander Totta - mediante informação nº22/2009, de 15/04/2009. -----

Considerando que, o respectivo processo foi remetido para a apreciação e "visto" do Tribunal de Contas em 26/05/2009, veio este organismo, após solicitação dos competentes esclarecimentos pelo Município, a determinar a redução do montante inicialmente aprovado (1.000.000,00€), considerando que os projectos que lhe estão afectos, já se encontram concluídos e apresentam facturas com data vencimento de 2008. -----

Face ao exposto e devendo o Município acatar as decisões proferidas pelo Tribunal de Contas, cumpre-me submeter, para aprovação do respectivo clausulado, o aludido contrato, reduzido para um montante de 471.584,77€, resultante da eliminação dos projectos com facturação vencida em 2008. -----

Chaves, 17 de Agosto de 2009 -----

À consideração superior, -----

A Chefe de Divisão -----

(Márcia Raquel B. dos Santos, Dra.) -----

Em anexo: Minuta do contrato de empréstimo -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2009.08.17.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior. -----

**DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DR. JOÃO BATISTA DE 2009.08.17.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## **2.2.PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO. INFORMAÇÃO Nº 10/DGFEP/SP/09.** -----

Foi presente a informação identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

A Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, remeteu para este sector, exposição apresentada pela Empresa Rodoviária Rodonorte, na qual responsabiliza o Município, pelos danos causados na sua viatura 27-55-OC, provocados pela projecção de uma pedra do corta relvas. -----

Feitas as diligências necessárias pela Companhia de Seguros AXA, foram apurados prejuízos, pelos quais o Município é responsável, no valor 491,04€ (quatrocentos e noventa e um euros e quatro cêntimos).-----

Contudo, dado o contrato de Responsabilidade Civil, aplicada uma franquia de 250€ do valor, a companhia irá suportar o valor de 241,04€ (duzentos e quarenta e um euros e quatro cêntimos). -----



Assim, o Município, deverá liquidar directamente ao lesado o valor de 250€ (duzentos e cinquenta euros) referente à franquia. -----  
À consideração superior. -----

Chaves, 17 de Agosto de 2009 -----

A Funcionária -----

(Em anexo, respectivo processo) -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2009.08.17.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior. -----

**DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DR. JOÃO BATISTA DE 2009.08.17.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

#### XIV DIVERSOS

**1. REQUERIMENTO EM NOME DO SR. JOSÉ BRUNO PEREIRA. INFORMAÇÃO N.º. 102/DASU/GTF/2009.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 12143/09, datado de 05-08-2009, em nome do Sr. José Bruno Pereira, contribuinte n.º 134455878, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo de artifício no lugar de São João, povoação de Cimo de Vila, freguesia de Cimo de Vila da Castanheira, deste concelho. -----

O fogo de artifício será lançado no seguinte horário: -----

Dia 22/08/2009 -----

■ 18:00 - 18:30 h -----

Dia 23/08/2009 -----

■ 07:00 - 15:00 h -----

Dia 24/08/2009 -----

■ 00:10 - 01:30 h -----

**Legislação em vigor** -----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1 e 2 do artigo 29.º do Decreto-lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, os quais se enumeram: -----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes. -----

2 - Em todos os espaços rurais, durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita à autorização prévia da respectiva Câmara Municipal. -----

3 - O período crítico, no ano de 2009, vigora de 1 de Julho a 15 de Outubro (Portaria 678/2009 de 23 de Junho). -----

**Parecer** -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se: -----

1. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.3 - espaços florestais e subcategoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns; -----  
 2. O fogo de artifício requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnico devidamente habilitados para este fim, conforme declaram as firmas "Pirotecnia Barquense, Lda. e Carlos Artur Oliveira" (Declarações em anexo); ---  
 3. A zona de lançamento do fogo de artifício encontra-se isenta de vegetação apresentando baixa perigosidade; -----  
 4. A zona envolvente caracteriza-se por áreas de cultivo, conferindo a estas zonas baixa perigosidade. No entanto, a cerca de 40 metros deparamo-nos com uma zona de mato apresentando elevada perigosidade;  
 5. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto). -----  
 Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que seja concedida a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de festas assegurar o cumprimento das condições que se enumeram: -----

1. Remoção total da vegetação herbácea e arbustiva numa faixa exterior de protecção de largura mínima não inferior a 50 metros; --  
 2. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congêneres); -----  
 3. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa; -----  
 4. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais. -----

À consideração Superior -----  
 Chaves, 11 de Agosto de 2009 -----  
 O Técnico Superior -----  
 (Eng.º Sílvio José Sevivas Silva) -----

**Anexo:** -----

■ Requerimento referido na informação supra; -----  
 ■ Declaração da firma "Pirotecnia Barquense, Lda. e Carlos Artur Oliveira"; -----  
 ■ Credencial da firma "Pirotecnia Barquense, Lda. e Carlos Artur Oliveira" -----  
 ■ Carta de perigosidade de incêndio florestal. -----

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/08/11.** -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**2. REQUERIMENTO EM NOME DO SR. MATIAS PIRES DOS SANTOS. INFORMAÇÃO Nº. 103/DASU/GTF/2009.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----  
 Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 12139/09, datado de

04-08-2009, em nome do Sr. Matias Pires dos Santos, contribuinte n.º 146599276, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo de artifício no largo do Sr. dos Aflitos, povoação de Travancas, freguesia de Travancas, deste concelho. -----

O fogo de artifício será lançado no seguinte horário: -----

Dia 30/08/2009 -----

■ 09:00 - 24:00 h -----

Dia 31/08/2008 -----

■ 09:00 - 24:00 h -----

**Legislação em vigor** -----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1 e 2 do artigo 29.º do Decreto-lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, os quais se enumeram: -----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes. -----

2 - Em todos os espaços rurais, durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita à autorização prévia da respectiva Câmara Municipal. -----

3 - O período crítico, no ano de 2009, vigora de 1 de Julho a 15 de Outubro (Portaria 678/2009 de 23 de Junho). -----

**Parecer** -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se: -----

1. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.2 - espaços agrícolas e subcategoria 4.2.A - espaços agrícolas defendidos (RAN), conforme planta apresentada pelo requerente; -----

2. O fogo de artifício requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnico devidamente habilitados para este fim, conforme declara a firma "Pirotecnia Racrifer." (Declaração em anexo). -----

3. A zona de lançamento do fogo de artifício encontra-se isenta de vegetação apresentando baixa perigosidade (carta em anexo); -----

4. A zona envolvente caracteriza-se por áreas agrícolas devidamente agricultadas (áreas de cereais apresentando baixa a muito baixa perigosidade); -----

5. A área florestal mais próxima, a Norte da zona de lançamento, dista aproximadamente 40 metros apresentando algum sub coberto de média dimensão; -----

6. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto). -----

Face à legislação em vigor e ao exposto anteriormente sou a propor que seja concedida a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de festas assegurar o cumprimento das condições que se enumeram: -----

1. Remoção total da vegetação herbácea e arbustiva numa faixa exterior de protecção de largura mínima não inferior a 50 metros; --

2. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congéneres); -----

3. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa; -----

4. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais. -----

À consideração Superior -----

Chaves, 11 de Agosto de 2009 -----

O Técnico Superior -----

(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva) -----

**Anexo:** -----

■ Requerimento referido na informação supra; -----

■ Declaração da firma "Pirotecnia Racrifer"; -----

■ Credencial da firma "Pirotecnia Racrifer"; -----

■ Carta de perigosidade de incêndio florestal. -----

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/08/11.** -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### **3. REQUERIMENTO EM NOME DO SRA. ALZIRA PEREIRA GOMES ARAÚJO. INFORMAÇÃO Nº. 109/DASU/GTF/2009.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 12468/09, datado de 11-08-2009, em nome da Sra. Alzira Pereira Gomes Araújo, contribuinte n.º 177899964, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo de artifício no santuário da Sra. da Aparecida, povoação de Calvão, freguesia de Calvão, deste concelho. -----

O fogo de artifício será lançado no seguinte horário: -----

Dia 13/09/2008 -----

■ 09:00 - 09:15 h -----

■ 13:00 - 15:00 h -----

■ 23:30 - 24:00 h -----

**Legislação em vigor** -----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1 e 2 do artigo 29.º do Decreto-lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, os quais se enumeram: -----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes. -----

2 - Em todos os espaços rurais, durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita à autorização prévia da respectiva Câmara Municipal. -----

3 - O período crítico, no ano de 2009, vigora de 1 de Julho a 15 de Outubro (Portaria 678/2009 de 23 de Junho). -----

**Parecer** -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se: -----

**1.** O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.3 - espaços florestais e subcategoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns; -----

2. O fogo de artifício e/ou foguetes requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnicos, tecnicamente habilitado para este fim, conforme declara a firma "Pirotecnia Minhota, Lda." (Declaração ao presente requerimento); -----

3. A zona de lançamento do fogo de artifício, apresenta vegetação herbácea e apresenta Baixa perigosidade (planta em anexo); -----

4. Na zona envolvente a perigosidade é Baixa a Média. A cerca de 30 metros a perigosidade é elevada, planta em anexo. -----

5. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto). -----

Face à legislação em vigor e ao exposto anteriormente sou a propor que seja concedida a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de festas assegurar o cumprimento das condições que se enumeram: -----

1. Remoção total da vegetação herbácea e arbustiva numa faixa exterior de protecção de largura mínima não inferior a 50 metros; --

2. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congéneres); -----

3. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa; -----

4. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais. -----

À consideração Superior -----

Chaves, 12 de Agosto de 2009 -----

O Técnico Superior -----

(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva) -----

**Anexo:** -----

■ Requerimento referido na informação supra; -----

■ Declaração da firma "Pirotecnia Minhota, Lda"; -----

■ Credencial da firma "Pirotecnia Minhota, Lda"; -----

■ Carta de perigosidade de incêndio florestal. -----

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS  
DATADO DE 2009/08/13.** -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a acta sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 92, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, com vista à sua excecutoriedade imediata. -----

E nada mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram dez horas e quarenta minutos, para constar se

lavrou a presente acta, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado,  
redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_